



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA**

*MESTRADO PROFISSIONAL*

Instituição Associada

IFFluminense — *Campus Macaé*

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE —  
*CAMPUS CABO FRIO*

MAÍRA FREITAS CARDOSO

MACAÉ-RJ

2023

MAÍRA FREITAS CARDOSO

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE —  
*CAMPUS CABO FRIO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Severino Joaquim Correa Neto

MACAÉ-RJ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C268e Cardoso, Máira Freitas, 1983-.  
Educação quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Campus Cabo Frio / Máira Freitas Cardoso. — Macaé, RJ, 2023.  
144 p.: il. color.

Orientador: Severino Joaquim Correa Neto, 1964-.  
Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Macaé, RJ, 2023.  
Inclui referências.

1. Quilombos - Educação. 2. Educação Profissional. 3. Ensino integrado.  
I. Correa Neto, Severino Joaquim, 1964-, orient. II. Título.

CDD 370 (23. ed.)

Dissertação intitulada **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE — CAMPUS CABO FRIO**, elaborada por **Maíra Freitas Cardoso** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense — IFFluminense, na área concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 13/12/2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SEVERINO JOAQUIM CORREIA NETO  
Data: 24/12/2023 10:21:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Severino Joaquim Correa Neto, Doutor em Ciência da Educação  
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)  
Orientador

---

Marcelo Fagundes Felix, Doutor em Informática  
Instituto Federal Fluminense (IFF)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VICTOR BARBOSA SARAIVA  
Data: 28/12/2023 17:35:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Victor Barbosa Saraiva, Doutor em Ciências Biológicas (Biofísica)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE RODRIGUES DE SOUZA FILHO  
Data: 27/12/2023 17:08:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

José Rodrigues de Souza Filho, Doutor em Geologia Marinha  
Instituto Federal Baiano

## AGRADECIMENTOS

Expresso aqui toda minha gratidão a Deus, Deusa, Força Maior do Universo, que guia todos os meus passos nesta caminhada, e sempre me dá forças para prosseguir, buscando o meu melhor.

Agradeço muito ao Prof. Dr. Severino Joaquim Correa Netto, por me acolher como orientanda, guiando minhas ações, com muita sabedoria, encorajamento e profissionalismo. Meus agradecimentos, também, aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pelos ensinamentos ao longo do Mestrado.

Minha profunda gratidão à minha mãe, que segura minhas mãos, em todos os momentos, para enfrentar as empreitadas da vida, da melhor forma, sempre me mostrando a importância do trabalho, da honestidade, dos bons valores, e de acreditar nas ações em prol do próximo como pilares da vida.

Agradeço imensamente ao meu pai, por seu apoio incondicional e acreditar no meu potencial de ser cada vez melhor, por meio da educação, da humildade e de seus exemplos de vida.

Estendo também meus infinitos agradecimentos aos meus avós e todos os meus ancestrais, pela minha formação enquanto ser humano, e por me ensinarem sobre a importância de seguir incondicionalmente o caminho do bem.

Muita gratidão à minha companheira, Cíntia, por seu companheirismo, amor, paciência, incentivo, e estar ao meu lado em todas as ocasiões, nos dias difíceis e todas as horas felizes.

Agradeço à minha irmã, Júlia, e ao meu sobrinho, Diogo, pela parceria de vida, pelo incentivo, pelo cuidado e por sempre confiarem na minha capacidade.

Gratidão sem fim aos meus filhos (*pets*), Chopp, Gaia (já estrelinha, mas sempre companheira), Lua, Sol, Fred e Estrela, por me salvarem com seu amor incondicional, seus ensinamentos e toda a felicidade que proporcionam ao meu coração.

Meus grandes agradecimentos aos meus amigos da vida, que seria injusto nomear aqui, pois felizmente são tantos e tão bons, por me encorajarem, oferecerem ombro, braços e abraços, torcida, sorrisos e tantas alegrias. Agradeço, especialmente, à Flávia, que esteve ao meu lado, ajudando e incentivando durante toda a jornada do Mestrado.

Muita gratidão ao Instituto Federal Fluminense, primordial para minha formação enquanto cidadã crítica e profissional. O fato de ter realizado o Ensino Médio no IFF Macaé foi basilar para minha educação. Ao voltar para o Instituto como servidora traz sempre novos

ensinamentos e desafios, com base na crença da relevância de uma educação pública de qualidade para a emancipação. Novamente, por ofertar o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ampliou grandemente meus horizontes. Tenho certeza de que me torna uma profissional melhor. Logo, estendo minha gratidão aos amigos e aos colegas de jornada em toda a trajetória.

Meus grandes agradecimentos aos membros das comunidades quilombolas da Região dos Lagos, por terem contribuído expressivamente para a construção desta pesquisa.

Agradeço, também, a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

Que noite mais funda calunga  
No porão de um navio negreiro  
Que viagem mais longa candonga  
Ouvindo o batuque das ondas  
Compasso de um coração de pássaro  
No fundo do cativeiro  
É o samba do mundo calunga  
Batendo samba em meu peito  
Kawo Kabiecile Kawo  
Okê arô okê  
Quem me pariu foi o ventre de um navio  
Quem me ouviu foi o vento no vazio  
Do ventre escuro de um porão  
Vou baixar no seu terreiro  
Epa raio, machado, trovão  
Epa justiça de guerreiro  
Ê samba ê  
Samba á  
O batuque das ondas  
Nas noites mais longas  
Me ensinou a cantar  
[...]  
Vou aprender a ler  
Pra ensinar meus camaradas  
Vou aprender a ler  
Pra ensinar meus camaradas  
Prender a ler  
Pra ensinar meus camaradas  
Vou aprender a ler  
Pra ensinar meus camaradas  
Vou aprender a ler  
[...]  
(Massemba, 2003).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 —	Reportagem do jornal <i>Milenium</i> .....	16
Figura 2 —	Sede da fazenda Campos Novos.....	34
Figura 3 —	Peça da casa de farinha da comunidade quilombola Maria Joaquina.....	37
Figura 4 —	Dona Uia, uma das maiores lideranças da luta quilombola na Região dos Lagos .....	38
Figura 5 —	Mulheres quilombolas realizando curso na associação de moradores da comunidade quilombola Maria Joaquina.....	39
Figura 6 —	Casa grande da fazenda Prodígio.....	42
Figura 7 —	Entrada no bloco A do IFF <i>campus</i> Cabo Frio.....	52
Figura 8 —	Imagem aérea do IFF <i>campus</i> Cabo Frio.....	55
Figura 9 —	Curso <i>Noções básicas de compostagem</i> , na Escola Municipal Nilo Batista (2022) .....	62
Figura 10 —	Curso <i>Gestão de negócios</i> — Sobara .....	69
Figura 11 —	Alunas e professora quilombolas do curso <i>Artesanato em fibra de bananeira</i> .....	70
Figura 12 —	Curso de <i>Noções básicas de compostagem</i> , na Escola Municipal Nilo Batista (2022) .....	73
Figura 13 -	Informações dos cursos do programa de extensão (por comunidade) .....	84
Figura 14 -	Respostas ao questionário aplicado aos alunos quilombolas (por comunidade) .....	85
Figura 15 —	<i>Print</i> do site da Plataforma <i>Nilo Peçanha</i> que disponibiliza informações da rede de EPT do Brasil .....	95
Figura 16 -	Projeto QGIS - Comunidades quilombolas na área de abrangência do IFF .....	97
Figura 17 -	Projeto QGIS — Comunidades quilombolas no entorno do IFF .....	101
Figura 18 -	<i>Layout</i> Projeto QGIS — Comunidades quilombolas no entorno do IFF...	109
Figura 19 -	Projeto QGIS — Abrangência dos cursos do programa de extensão (por número de cursos) .....	112
Figura 20 -	Projeto QGIS — Abrangência dos cursos do programa de extensão (por número de certificados) .....	113

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 —	Número de pessoas quilombolas por região do Brasil .....	30
Gráfico 2 —	Número de quilombolas no Rio de Janeiro e na área pesquisada .....	30
Gráfico 3 —	População quilombola residente em territórios titulados e não titulados .	31
Gráfico 4 —	Alunos ingressantes no 1º semestre de 2023 .....	56
Gráfico 5 —	Alunos ingressantes no 2º semestre de 2023 .....	56
Gráfico 6 —	Alunos ingressantes no 1º semestre de 2023 .....	57
Gráfico 7 —	Alunos ingressantes no 2º semestre de 2023 .....	57
Gráfico 8 —	Número de respondentes por comunidade .....	68
Gráfico 9 —	Curso que o respondente participou .....	68
Gráfico 10 —	Gênero dos respondentes .....	70
Gráfico 11 —	Em qual sentido você considera que este curso irá contribuir com o seu desenvolvimento profissional / pessoal? .....	71
Gráfico 12 —	Qual curso de curta duração você considera que contribuiria para seu desenvolvimento profissional / pessoal? .....	72
Gráfico 13 —	Áreas de cursos técnicos de interesse dos respondentes .....	74
Gráfico 14 —	Curso superior de interesse .....	75
Gráfico 15 —	Quais questões dificultam seu acesso aos cursos do IFF? .....	76
Gráfico 16 —	Qual é a preferência de dias e turnos para realização de algum curso do IFF? .....	77
Gráfico 17 —	Quais fatores você considera importantes para participar de algum curso do IFF? .....	78
Gráfico 18 —	Qual é sua opinião em relação à forma de ingresso nos cursos regulares do IFF? .....	79
Gráfico 19 —	Há quanto tempo você conhece o IFF <i>campus</i> Cabo Frio? .....	80
Gráfico 20 —	Você considera que a história e a cultura quilombola estão inseridos no currículo escolar dos estudantes do ensino público de forma adequada, de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/03? .....	81
Gráfico 21 —	Escala de relevância do PE apresentado .....	115
Gráfico 22 —	Escala de aplicabilidade do PE apresentado .....	115
Gráfico 23 —	Escala de contribuição do PE para o planejamento e a avaliação de ações	116
Gráfico 24 —	Escala de clareza das explicações do vídeo sobre o PE .....	116

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 —	Número de pessoas quilombolas por município do Brasil .....	29
Mapa 2 —	Mapa das comunidades quilombolas da Região dos Lagos .....	33
Mapa 3 —	Área de abrangência do IFF .....	44
Mapa 4 —	Mapa das comunidades quilombolas da Região dos Lagos .....	83
Mapa 5 —	Mapa de abrangência do programa de extensão do IFF <i>campus</i> Cabo Frio (por número de certificados, em 2022) .....	87
Mapa 6 —	Mapa de abrangência do programa de extensão do IFF <i>campus</i> Cabo Frio (por número de cursos ofertados, em 2022) .....	88
Mapa 7 —	Mapa das comunidades quilombolas no entorno do IFF .....	90
Mapa 8 —	Número de pessoas quilombolas por município do Rio de Janeiro .....	95
Mapa 9 —	Mapa das comunidades quilombolas no entorno do IFF .....	110

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 —	Caracterização das comunidades quilombolas da Região dos Lagos .....	35
Tabela 2 —	Número de alunos do IFF <i>campus</i> Cabo Frio (1º semestre de 2023) .....	55
Tabela 3 —	Número de alunos do IFF <i>campus</i> Cabo Frio (2º semestre de 2023) .....	55
Tabela 4 —	Informações sobre bolsa permanência do MEC, em 2023 ( <i>campus</i> Cabo Frio) .....	58
Tabela 5 —	Informações sobre auxílio alimentação, em 2023 ( <i>campus</i> Cabo Frio) ....	58
Tabela 6 —	Informações sobre auxílio transporte, em 2023 ( <i>campus</i> Cabo Frio) .....	58
Tabela 7 —	Número de participantes certificados nos cursos FIC realizados pelo programa de extensão em 2022 .....	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 —	Formas de reservas de vagas nos processos seletivos do IFF.....	46
Quadro 2 —	Atividades do programa de extensão desenvolvidas em 2022 .....	61
Quadro 3 —	Cursos livres de extensão ofertados para os quilombolas, no período de julho a dezembro de 2022 .....	61
Quadro 4 —	Respostas ao questionário aplicado aos alunos quilombolas	86
Quadro 5 —	Comunidades quilombolas do entorno no IFF (por município) .....	91
Quadro 6 —	Tabela de atributos – Áreas quilombolas INCRA (área de abrangência do IFF) .....	98
Quadro 7 —	Tabela de atributos – Municípios que possuem unidade do IFF .....	99

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRISA	Agroindustrial de São João
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Institutos Federais
IFF	Instituto Federal Fluminense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
NEABIS	Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIG	Sistema de Informações Geográficas

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS  
NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FLUMINENSE — *CAMPUS* CABO FRIO**

**RESUMO**

No passado, os quilombos representaram a resistência dos escravos às desumanidades sofridas. Porém, as comunidades quilombolas passaram a apresentar características culturais específicas, e seguem uma história de luta, tentando garantir seus direitos previstos nos instrumentos legais. Mesmo com a existência de normativas, algumas questões dificultam o seu cumprimento, o que contribui para a manutenção das assimetrias sociais que cercam essas coletividades. Por isso, a importância de estudar a Educação Quilombola dentro da realidade das próprias comunidades quilombolas e, também, no interior do Instituto Federal Fluminense (IFF), pois é fundamental para mudar o paradigma colonialista e fortalecer a interlocução multicultural. Diante disso, este trabalho buscou analisar as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, bem como as condições de formação que tais comunidades gostariam de serem atendidas pela instituição. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho aplicado e explicativo, a fim de um exame qualitativo das informações, recolhidas por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento das legislações e coleta de dados por intermédio de um estudo de caso. Junto aos procedimentos metodológicos, utilizaram-se os conceitos de: Quilombo; Direitos quilombolas; Educação Quilombola; Educação Multicultural; e Educação Profissional e Tecnológica. A partir dessas informações obtidas por questionário respondido pelos quilombolas, compreendeu-se a importância dessas pessoas aos cursos de capacitação para ampliar seus conhecimentos, bem como uma forma de levar novos saberes para suas comunidades e áreas de atuação. Perceberam-se também as questões do transporte e da distância como desafios preponderantes para acesso dessas comunidades ao Instituto. Então, criou-se um produto educacional, em formato de Sistema de Informação Geográfica, que representa uma ferramenta com diversas utilizações para planejamento e avaliação de ações.

**Palavras-chave:** IFF *campus* Cabo Frio. Comunidades quilombolas. Educação Quilombola. Educação Profissional e Tecnológica. Sistema de Informações Geográficas.

**QUILOMBOLA EDUCATION: A LOOK AT POSSIBILITIES AND CHALLENGES AT  
THE FLUMINENSE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND  
TECHNOLOGY – CABO FRIO CAMPUS**

**ABSTRACT**

*In the past, quilombos represented the resistance of slaves to the inhumanities they suffered. However, quilombola communities have come to have specific cultural characteristics and continue to struggle to guarantee their rights under legal instruments. Even with the existing regulations, some issues make it hard to comply with them, which contributes to maintaining the social asymmetries that fence these communities. For this reason, it is relevant to study Quilombola Education within the reality of the Quilombola communities and the Fluminense Federal Institute (IFF), as it is essential to change the colonialist paradigm and strengthen multicultural dialogue. Considering this, this study sought to analyze the educational training possibilities offered by the IFF Cabo Frio campus for the quilombola communities of the Região dos Lagos, as well as the training conditions that these communities would like to be served by the institution. To this end, we developed an applied and explanatory study to qualitatively examine the information gathered through bibliographical research, a survey of legislation, and data collection through a case study. Besides the methodological procedures, we used the concepts of Quilombo, Quilombola Rights, Quilombola Education, Multicultural Education, and Professional and Technological Education. Based on the information obtained from the questionnaire answered by the quilombolas, we understood the importance of these people attending training courses to expand their knowledge, as well as a way of bringing new know-how to their communities and areas of activity. We also perceived the issues of transportation and distance as predominant challenges for these communities' access to the Institute. So, we created an educational product, a Geographic Information System, a tool with various uses for planning and evaluating actions.*

**Keywords:** *IFF Cabo Frio campus. Quilombola communities. Quilombola Education. Professional and Technological Education. Geographic Information System.*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	22
2.1	AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SEUS DIREITOS.....	22
2.2	ALGUMAS INFORMAÇÕES DO CENSO QUILOMBOLA.....	28
2.3	AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO DOS LAGOS.....	32
<b>2.3.1</b>	<b>Baía Formosa, Botafogo, Caveira, Maria Joaquina, Preto Forro e Rasa ...</b>	36
<b>2.3.2</b>	<b>Fazenda Espírito Santo e Maria Romana.....</b>	39
<b>2.3.3</b>	<b>Sobara e Tapinoã-Prodígio.....</b>	40
2.4	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE .....	43
<b>2.4.1</b>	<b>Considerações sobre ingresso e permanência dos estudantes quilombolas no IFF.....</b>	45
<b>2.4.2</b>	<b>Análise de documentos institucionais em relação à Educação para as Relações Étnico-Raciais .....</b>	48
<b>2.4.3</b>	<b>Plano de Desenvolvimento Institucional.....</b>	48
<b>2.4.4</b>	<b>Projetos pedagógicos das licenciaturas do <i>campus</i> Cabo Frio (Biologia, Física e Química) .....</b>	50
<b>2.4.5</b>	<b>O IFF <i>campus</i> Cabo Frio.....</b>	52
<i>2.4.5.1</i>	<i>Caracterização.....</i>	54
<i>2.4.5.2</i>	<i>Comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: Terra, Renda, Educação e Trabalho — o programa de extensão.....</i>	59
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	64
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	66
4.1	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES .....	66
4.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	82
<b>5</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL — SIG .....</b>	93
5.1	SIG COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO DOS LAGOS .....	93
<b>5.1.1</b>	<b>Elaboração do produto educacional.....</b>	96
<b>5.1.2</b>	<b>Aplicação e validação do produto educacional.....</b>	114
<b>5.1.3</b>	<b>Resultados da validação do produto educacional.....</b>	114
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	118

	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
	<b>APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DOS CURSOS DO PROJETO DE EXTENSÃO: COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DA REGIÃO DOS LAGOS: <i>TERRA, RENDA, EDUCAÇÃO E TRABALHO</i>, REALIZADOS PELO IFF — <i>CAMPUS CABO FRIO</i>.....</b>	<b>129</b>
	<b>APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE C — MAPAS ELABORADOS NOS SIGS DO PE .....</b>	<b>135</b>
	<b>APÊNDICE D — QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PE.....</b>	<b>138</b>
	<b>ANEXO A — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>139</b>
	<b>ANEXO B — CARTA DAS MENINAS QUILOMBOLAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO .....</b>	<b>148</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há bastante tempo, existe o interesse em conhecer a cultura, as tradições e os direitos das comunidades remanescentes de quilombo localizadas na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Em 2019, essa curiosidade se fortaleceu, devido ao nosso trabalho no setor de registro acadêmico, do Instituto Federal Fluminense (IFF), *campus* Cabo Frio, quando realizamos os lançamentos do *Educacenso* (Censo da Educação Básica) no sistema. Na ocasião, notamos que, embora o *campus* estivesse cercado por comunidades quilombolas, praticamente não havia registro de alunos quilombolas entre os discentes. A partir de então, surgiram questionamentos acerca da atuação do IFF junto a essas coletividades e sobre a ideia de pertencimento/acesso dos quilombolas ao *campus*.

Figura 1 — Reportagem do jornal *Milenium*

6 MILENIUM 2ª quinzena de Setembro de 2006

# Brasil Quilombola

Os quilombos surgiram no século XVII como forma de resistência dos negros às atrocidades sofridas na escravidão. Estes eram um refúgio para a sobrevivência física e cultural dos escravos, além da preservação de sua dignidade e uma forma de manter sua cultura matricial.

Mesmo após a abolição da escravidão os quilombos continuaram existindo, e até os dias de hoje muitas comunidades permanecem agregadas.

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. A característica singular que aproxima a dimensão do quilombo no período colonial às mais recentes formas organizativas dos quilombos contemporâneos está presente nas práticas econômicas desenvolvidas.

Na Região dos Lagos, há quatro comunidades quilombolas já identificadas.

Comunidade	Município	Área (ha)
Preto Forno	Cabo Frio	90,45
Botafogo/Caveira	São Pedro da Aldeia	720,73
Da Rosa	Itaboraí	69,97
Rapito Santo	Cabo Frio	---

Segundo os quilombolas, algumas ameaças rondam as comunidades onde residem. São elas: a titulação, para garantir o domínio e a posse da terra, assegurando alternativas viáveis para sua sobrevivência com dignidade, recuperando e renovando sua cultura; legislação ambiental que não reconhece os direitos das populações tradicionais e, muitas vezes, favorece tentos e conflitos nas áreas, que inviabilizam sua permanência na terra e a educação, onde as escolas em funcionamento não têm a manutenção garantida nem valorizam a cultura local.

A Constituição de 1988 assegurou aos remanescentes dos quilombos o direito às suas terras (artigo 68 da Disposição Constitucional Transitória) e garantiu-lhes o direito à preservação de suas tradições culturais.

Em 2003, foi assinado o decreto 4887 que determina ao INCRA a responsabilidade pelo reconhecimento e titulação das terras quilombolas no território brasileiro. No ano seguinte, foi criado o Programa Brasil Quilombola cuja finalidade essencial é ordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos com ênfase na participação da sociedade civil.

O principal objetivo do Programa Brasil Quilombola é assegurar às comunidades remanescentes de quilombos, desenvolvimento sustentável e justiça social, bem como a propriedade de suas terras. As principais ações do projeto são:

- \* Fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos.
- \* Capacitação de agentes representativos das comunidades remanescentes de quilombos.
- \* Atenção à saúde das populações quilombolas.
- \* Apoio à distribuição de material didático e paradidático para o Ensino Fundamental em escolas situadas nas comunidades remanescentes de quilombos.
- \* Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.
- \* Pagamento de indenização aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos.
- \* Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos.
- \* Apoio à capacitação de professores do Ensino Fundamental para atuação nas comunidades remanescentes de quilombos.
- \* Apoio à ampliação e melhoria da Rede Física Escolar nas comunidades remanescentes de quilombos.

Em São Pedro da Aldeia, o Programa Brasil Quilombola está atuando diretamente na comunidade Botafogo/Caveira. Juntamente com a Associação dos Remanescentes do Quilombo Botafogo/Caveira, que alterou seu estatuto e cumpre todas as exigências para receber o auxílio do Programa, o governo já cadastrou 269 famílias, sendo mais de 150 famílias remanescentes de quilombos.

Nos dias 20 e 21 de setembro, o Incra terminará o cadastramento das famílias quilombolas para depois começar a titulação das terras dos remanescentes. A partir desta titulação, a comunidade de São Pedro passará a receber os recursos do programa para implantar diversas melhorias no local.

A Associação dos Remanescentes do Quilombo Botafogo/Caveira já recebeu três vezes cestas básicas do Programa para a Comunidade Quilombola, e tem muitas mudanças em andamento, tais como:

- \* Implantação de uma agência de Correios.
- \* Melhorias na iluminação pública.
- \* Instalação de linhas telefônicas na comunidade.
- \* Atendimento de médico, enfermeira e agente de saúde (esperando a titulação das terras para a construção do Posto de Saúde).
- \* Implantação do Projeto Brasil Alfabetizado.
- \* Realização de curso de bordado e crochê.

De acordo com o presidente da Associação, Roberto dos Santos, a maior prioridade do local é a área de lazer. Ele afirma ainda que a maior vontade da população local é a construção de um galpão onde possam expor os produtos de fabricação da comunidade.

Roberto dos Santos faz questão de ressaltar que a partir do dia 18/09 o Ônibus Odontológico vai estar na comunidade atendendo a todos até que o posto local seja construído.

Seguir o exemplo da comunidade de Botafogo/Caveira, valorizando a cultura negra e tentando recompor e retornar às comunidades quilombolas os direitos dos quais foram privados é dever do governo e de toda a população, para que possamos ter uma sociedade um pouco menos desigual.

Maira Freitas Cardoso

Presidente e Tesoureira em frente à Associação dos Remanescentes do Quilombo Botafogo/Caveira.

Cesta de produção de doces na comunidade.

Fonte: Acervo da autora (2006).

Essas indagações levaram ao diálogo com uma integrante do Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro (ITERJ), e se iniciaram as conversas que resultaram em uma parceria com o IFF e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Isso teve a finalidade de desenvolver ações de extensão direcionadas aos membros das comunidades quilombolas. Logo, ofertou-se um curso para os indivíduos dessas instituições conhecerem melhor a realidade do entorno. Os professores do curso foram os próprios líderes das comunidades, e revelaram o universo encantador e desafiador que compõe sua cultura.

É essencial mencionar que os IFFs possuem, como uma de suas missões, o desenvolvimento local e regional e a inclusão social através da promoção da Educação, Extensão, Ciência e Tecnologia no âmbito da sua área de abrangência. Também, conservam a interiorização de suas unidades, no intuito de proporcionar o acesso a um ensino gratuito de qualidade, em diversos níveis, a milhares de estudantes que residem em locais distantes dos grandes centros. Ainda detém a finalidade de ressignificar aptidões intelectuais, produzindo identidades a partir de uma vivência prática, com crítica social (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Assim, os IFFs agem como parceiros das redes públicas estaduais e municipais, desfazendo dualismos estruturais e viabilizando o ensino às regiões periféricas. Ademais, qualificam e formam discentes no campo da educação tecnológica, fomentando pesquisas voltadas para o desenvolvimento científico de novos processos e serviços, de modo articulado com as áreas produtivas e a sociedade.

O IFF *campus* Cabo Frio oferta cursos técnicos, licenciaturas, bacharelado, tecnólogos, pós-graduação *lato sensu* e formação continuada. Durante a realização desta pesquisa, desenvolvem-se projetos de extensão em seus Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIS), e alguns dos servidores trabalham para integrarem os *campi* às comunidades locais (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Esse contexto institucional nos levou a desenvolver este trabalho, com a ideia de estudar a importância da Educação Quilombola dentro da realidade das próprias comunidades remanescentes de quilombo e, também, no interior do IFF. Isso porque consideramos que tal educação é fundamental para a mudança do paradigma colonialista e o fortalecimento de uma interlocução multicultural.

As comunidades remanescentes de quilombo provém dos quilombos que existiram no Brasil desde o século XVII, onde os negros escravizados se abrigavam em busca de uma vida que proporcionasse liberdade individual e coletiva. Os refúgios representavam a resistência dos

indivíduos às atrocidades da escravidão, sendo uma forma de manter sua cultura viva (Almeida; Pereira, 2003).

Atualmente, existem comunidades quilombolas em todo o território nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Rio de Janeiro possui uma população quilombola de 20.344 pessoas, representando um percentual de 0,13% da população do estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a). Essas coletividades — e tantas outras — possuem atributos específicos, provenientes da cultura africana, que os distinguem do restante da sociedade brasileira. Por exemplo, caracterizam-se pela ancestralidade, pela arte (dança, artesanato, comida e música), pelo modo de vida baseado em costumes e práticas econômicas coletivas e por direitos diferenciados. Dentre os últimos, destacam-se o direito: a) à titulação definitiva das terras que ocupam; e b) a uma educação comprometida em reconhecer sua diversidade étnico-racial, que promova práticas pedagógicas asseguradoras dos seus saberes (Gomes, 2017).

Cabe salientar que os direitos foram garantidos apenas em 1988, com a Constituição. A partir de então, estabeleceram-se normas, visando à defesa e à reparação dessas coletividades, devido ao que sofreram durante o regime de escravidão (Brasil, [2016]). Porém, somente em 2003, com a publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentaram-se os procedimentos necessários para a certificação e a regularização fundiária, sendo primordial para a existência delas (Brasil, 2003a).

Adiante, com o advento das Leis Federais nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou-se obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica. As duas normativas preveem que os saberes das coletividades — constituintes da sociedade brasileira, mas que têm sido invisibilizados — se apresentem no cotidiano escolar, de modo a oferecer um efetivo lugar de fala (Brasil, 2003b, 2008a; Gomes, 2017).

Em 2009 e 2012, foram lançados o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana* e a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que especifica as formas como ofertar tal Educação. A Resolução estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*, garantindo aos estudantes o reconhecimento dos seus costumes e valores, e deve ser

ministrada por estabelecimentos de ensino reconhecidos, localizados nas comunidades quilombolas ou situados nas proximidades (Brasil, 2009, 2012a)<sup>1</sup>.

Apesar dos direitos estabelecidos — e representando um número expressivo na sociedade contemporânea —, várias questões dificultam o cumprimento. Isso contribui para a manutenção das assimetrias que cercam as comunidades. A nosso ver, o principal desafio concerne à quebra do paradigma propagado, ao longo da História do país, da superioridade dos descendentes europeus em relação aos de africanos escravizados, cuja cultura e participação na construção da identidade brasileira foram subestimadas. Inclusive, uma das grandes responsáveis por continuar a manter essa invisibilização é a própria instituição escolar, que, através dos materiais didáticos e das formas de ensinar, reforça as narrativas eurocêntricas.

Outro desafio relaciona-se à conquista dos direitos quilombolas básicos, sobretudo vinculados ao reconhecimento, à titulação dos seus territórios<sup>2</sup> e à oferta de uma educação que retrate sua cultura sobre o prisma decolonial. Julgamos que pode ser construída a partir de uma formação docente apropriada; da elaboração de materiais que divulguem os saberes das coletividades; e do conhecimento dos atores escolares sobre as *Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola* (Souza *et al.*, 2021).

Assim, defendemos a urgência da promoção de ações afirmativas com papel integrador, visando à informação e ao empoderamento dos membros dessas comunidades, a partir da perspectiva da interlocução e não da intervenção. Em concordância com Carril (2017), acreditamos que a grade curricular escolar precisa de uma proposta de Educação Quilombola inclusiva, de forma interdisciplinar e adaptável, contando com a experiência e a aprendizagem das comunidades quilombolas.

Com base no exposto, desenvolvemos nossa pesquisa, a fim de respondermos às seguintes questões: quais são as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos? E quais condições de formação essas comunidades acreditam que possam ser oferecidas pela instituição?

Em continuidade, é essencial destacar os motivos que conduziram a escolher o período cronológico de 2023 e o recorte geográfico dos municípios com comunidades quilombolas da Região dos Lagos. Quanto à cronologia, justifica-se, por ser quando desenvolvemos a pesquisa,

---

<sup>1</sup> “As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola* foram construídas a partir de consultas públicas oficiais no Maranhão, na Bahia e em Brasília, realizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)/Ministério da Educação (MEC), assim como de consultas públicas em outros Estados a partir de iniciativas locais e autônomas, reivindicadas pelas organizações quilombolas e pelos movimentos parceiros” (Arruti, 2017, p. 117-118).

<sup>2</sup> Os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 dispõem que os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos são estabelecidos como tombados (Brasil, [2016]).

sobretudo a coleta de dados junto às comunidades e aos alunos quilombolas, realizada entre os meses de junho e julho de 2023. Mesmo que os respondentes tenham realizado os cursos em 2022, a coleta de dados ocorreu em 2023. No entanto, este estudo não se restringe a esses dois anos, pois pode ser aproveitado para embasar estudos futuros ou planejamentos institucionais, utilizando inclusive o Produto Educacional (PE) aqui proposto, como ferramenta.

Posto isso, ponderamos que a presente pesquisa possui duas justificativas: uma de relevância social e outra de cunho pessoal. Quanto à relevância social, este estudo visou mostrar as potencialidades de formação do IFF para as comunidades quilombolas, isto é, como a instituição pode agregar educacionalmente a essas coletividades. Com isso, o IFF apresenta grande potencial para alcançar públicos distintos social, cultural e economicamente, de acordo com sua missão social. Além do mais, essa interlocução entre os quilombolas e os demais educandos do Instituto beneficia sobremaneira toda a comunidade acadêmica.

Ao seu turno, a justificativa de cunho pessoal vincula-se ao nosso contexto de trabalho no IFF. Atualmente, existem dez comunidades quilombolas certificadas pela *Fundação Palmares* na área de atuação do IFF *campus* Cabo Frio. Distribuem-se em quatro municípios: duas em Armação dos Búzios; cinco em Cabo Frio; uma em São Pedro da Aldeia; e duas em Araruama (Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro, 2020).

Importa mencionar que, em 2021, o *campus* Cabo Frio iniciou um trabalho junto às comunidades quilombolas situadas em sua área de abrangência, estabelecendo o *Termo de Cooperação Técnica* junto ao ITERJ e à Prefeitura Municipal de Cabo Frio, onde se criou o projeto de extensão — comunidades remanescentes de quilombo da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*. Com isso, estabeleceram-se metas voltadas à realização de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e ações de extensão direcionadas para a capacitação e a geração de emprego e renda para os membros das comunidades da Região dos Lagos.

Mesmo com a iniciativa, ainda falta muito para o *campus* atender às comunidades quilombolas de modo concreto. Alguns fatores influenciam fortemente para que esse atendimento pelo IFF não seja efetivo, como: distância entre as comunidades quilombolas e o *campus*; dificuldades de transporte dos quilombolas; desconhecimento sobre o *campus* pelos quilombolas, dentre outros.

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado, a fim de cumprirmos cinco objetivos. O geral foi analisar as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, e as condições de formação que essas comunidades gostariam que fossem atendidas pela instituição. E os específicos foram quatro: a) caracterizar as comunidades quilombolas da Região dos Lagos; b) identificar as

opções de formação educacional ofertadas pelo IFF *campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos; c) compreender, simultaneamente, se as ações desenvolvidas pelo IFF *campus* Cabo Frio, de fato, contemplam os anseios das comunidades quilombolas, e se consideram o Instituto como um espaço de pertencimento; e d) desenvolver um PE em formato de Sistema de Informações Geográficas (SIG) que possibilite o planejamento de ações futuras pela instituição de ensino.

Resta pontuar os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste trabalho. Para a coleta dos dados, realizamos pesquisa bibliográfica, documental, estudo de caso e aplicação de questionários. E para a análise dos dados, empregamos abordagem qualitativa, por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2002).

Junto à metodologia, utilizamos os seguintes conceitos: Quilombo, discutido por Reis e Gomes (1996), no livro *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*; Educação Quilombola, proposto por Silva *et al.* (2021), no livro *Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*; Educação Multicultural, transmitido por Candau (2011), em *Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos*; e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentado em *Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*, por Ciavatta (2005); e SIG, relatado por Bossle (2017), em *QGIS e Geoprocessamento na prática*.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

“A fundamentação teórica é um caminho que nos permite a construção de uma lógica com determinada coerência, por meio de uma reflexão e que, de fato, válida, o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa de cunho científico (Correia Neto, 2016, p. 42)”. Destarte, discutiremos os principais conceitos trabalhados nesta dissertação.

### 2.1 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SEUS DIREITOS

A história do Brasil marca-se pela exploração e opressão ao povo negro, que foi trazido à força, como escravo, para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, café e outras culturas. Após a abolição da escravidão, em 1888, a sociedade brasileira não ofereceu ajuda efetiva para integrar os negros na sociedade. Pelo contrário, impuseram a responsabilidade de se reeducarem e adaptarem aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo trabalho livre, regime republicano e capitalista, conforme afirma Fernandes (1978). Essa atitude negligente e injusta trouxe inúmeras desigualdades ao longo dos anos, negando o acesso à educação, a empregos e a oportunidades de ascensão social.

O processo escravocrata que marcou a história do Brasil se iniciou no começo do século XVI, e foi marcado pela imigração forçada de pessoas africanas de diferentes etnias. Embora não haja dados precisos sobre o número de escravizados, sabe-se que o tráfico humano se realizou de maneira brutal, com violência extrema e técnicas de aprisionamento. Além disso, a escravidão vigorou por muitos anos no país e deixou marcas profundas na história e na sociedade brasileira. Apesar de abolida há mais de 130 anos, a luta pela igualdade racial ainda é uma realidade muito presente no país.

A palavra “quilombo” possuiu diversos significados ao longo da História. Nascimento (1980, p. 255-256) explicita que essas coletividades

formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis Afro-brasileira, eu denomino quilombismo. [...] Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico.

O termo “quilombo” é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro, a partir da promulgação da Constituição de 1988, a qual visa “assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais

específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata” (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017, p. 4)<sup>3</sup>.

Contudo, somente em 2003, com o Decreto nº 4.887, iniciou-se o processo de reconhecimento e titulação das terras de várias comunidades brasileiras remanescentes de quilombos. Tal decreto regulamentou

[...] o procedimento administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. [Definiu] [...] remanescentes das comunidades dos quilombos [como] [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência. [...] [Também estabeleceu que] [...] as terras ocupadas por remanescentes dos quilombos [...] [são aquelas] utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, levando em consideração critérios de territorialidade [...] (Brasil, 2003a, arts. 1º-2º).

Portanto, historicamente, eles representam a luta das comunidades negras ao longo do desenvolvimento do país. Inclusive, essa luta atrela-se à busca constante pela garantia dos direitos previstos nos instrumentos legais. Silva *et al.* (2021, p. 8) esclarecem:

Como direitos quilombolas, incluem-se o acesso à regularização fundiária, com a titulação da terra [...] e o direito à educação diferenciada, da qual deve constar formação de conteúdo e prática pedagógica, além de limites ao fechamento das escolas quilombolas [...]. Neles, inclui-se também o direito à saúde [...], à cultura, ao trabalho e ao desenvolvimento [...].

A luta por direitos territoriais é um tema central na pauta dos grupos que se autodenominam remanescentes de quilombos, e configura um estado constante de reivindicação pelo reconhecimento junto ao Estado brasileiro. Nesse sentido, a luta dos remanescentes de quilombos se apresenta como um processo dinâmico, e depende sobremaneira das condições políticas e sociais em que estão inseridos, segundo O’Dwyer (2012).

Para uma comunidade remanescente acessar a política de regularização de territórios quilombolas, é preciso que ela se autoidentifique como tal, a partir de sua relação histórica com o território reivindicado. A *Fundação Palmares* é a instituição responsável por analisar as informações e emitir a Certidão de Autoidentificação. Após a emissão dessa Certidão, inicia-se o processo para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse documento, chamado de titulação, garante a propriedade do território e a autonomia da comunidade.

---

<sup>3</sup> Reis e Gomes (1996) publicaram uma coletânea que reconstrói a história dos quilombos no Brasil, trazendo novas perspectivas de leituras.

O INCRA é o órgão responsável por realizar o levantamento territorial e os estudos antropológicos e históricos, por meio da construção de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território, documento necessário para demarcar corretamente a área a ser titulada (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018). Pela publicação de uma portaria de reconhecimento, pelo INCRA, declaram-se os limites do território quilombola, seguido da titulação da área. Com a titulação, reconhece-se o direito à propriedade da terra, de forma coletiva e inalienável, registrada em nome da associação de moradores (Ministério da Cultura, 2023).

Mesmo com todo o aparato legal, há inúmeras questões que inviabilizam o acesso a essas garantias legais, dentre as quais o racismo presente na sociedade, por exemplo. Aguiar pontua (2007, p. 84) que “[...] a raça funciona como um mecanismo adscritivo de criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e outros setores da vida social”. Atualmente, o Programa Aquilomba Brasil, instituído em 2023, por meio do Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023, busca a garantia dos direitos quilombolas em diversos setores. De acordo com o documento, alguns objetivos do programa são:

I — garantir a regularização fundiária dos territórios quilombolas, especialmente por meio da elaboração, por todos os órgãos competentes envolvidos, de um plano de ação que desenvolva uma agenda nacional de titulação;

II — promover a segurança e a soberania alimentar e nutricional da população quilombola, especialmente por meio de programas específicos de fomento à agricultura familiar quilombola e à inclusão produtiva;

III — garantir o desenvolvimento de uma agroindústria rural, por meio do acesso à assistência técnica e à extensão rural agroecológica, a tecnologias apropriadas e a políticas de crédito, com respeito às especificidades de cada território, aos sistemas produtivos e aos saberes locais;

IV — fortalecer a educação escolar quilombola, por meio do respeito às especificidades e da valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais dessa população;

V — promover a participação da população quilombola na formulação de políticas públicas de educação e de planejamento pedagógico;

VI — garantir o acesso e a permanência de estudantes quilombolas no Ensino Superior;

VII — garantir o acesso à saúde física, mental, integral e de qualidade para a população quilombola;

VIII — promover a proteção prioritária da população quilombola em casos de epidemias, principalmente por meio do acesso a vacinas;

IX — garantir o respeito aos saberes e aos fazeres da medicina tradicional quilombola, seus usos e costumes;

X — garantir a implementação de equipamentos de assistência social, de saúde e de educação nos territórios quilombolas;

[...] XIII — implementar medidas de equidade de gênero e valorização da diversidade, respeitadas todas as manifestações das diferenças, nos gêneros e na orientação sexual, e fortalecer os direitos das mulheres quilombolas;

XIV — implementar políticas públicas destinadas à juventude quilombola, especialmente para a inclusão de jovens quilombolas nos espaços de governança;

[...] XIX — implementar política pública destinada à conscientização dos direitos da população quilombola, por meio de pactos de cooperação, especialmente com as instituições de Ensino Superior e com os órgãos do sistema de justiça, e de outros instrumentos;

XX — combater a violência contra a população quilombola;

XXI — sistematizar dados sobre a população quilombola e garantir a sua utilização no aprimoramento de políticas públicas destinadas a essa população;

[...] XXIV — garantir a participação social e o controle social nas políticas públicas para a população quilombola (Brasil, 2023, art. 5º).

Estão intrinsecamente ligadas ao território as políticas públicas que buscam a reparação dos direitos dos remanescentes de quilombo. Em seus territórios, essas coletividades se agregam, perpetuam sua cultura e seu modo de vida. A Educação Quilombola, antirracista e multicultural promove a efetiva construção da cidadania, em uma interlocução primordial para a formação de todos os brasileiros.

Todo esse contexto por trás das coletividades investigadas conduz a refletir sobre a importância da atuação das escolas, por uma educação dialógica e emancipatória, que privilegie o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. É urgente a formulação de

políticas mais eficientes de combate à desigualdade racial, [...] que aproveitem os conhecimentos existentes sobre a reprodução da desigualdade racial, dotadas de orçamento e com ampla cobertura (Osório, 2008, p. 91).

A Educação Quilombola relaciona-se intimamente aos territórios ocupados por essas comunidades e pelas lutas travadas ao longo da História, expressivamente pelo Movimento Negro Unificado (MNU), para o surgimento e garantia desses direitos, estabelecidos nos documentos legais, conforme aponta Gomes (2017).

Por meio da realização de um relato histórico sobre a educação para as relações étnico-raciais no Brasil, a partir da atuação do MNU e sua luta pela ressignificação do conceito de raça, Santana *et al.* (2017) ressaltam os efeitos gerados pela Lei nº 10.639 no debate sobre a Educação Quilombola. Os autores explicitam que ela deve ser elaborada em cima do contexto atual, e

embasada na diferença, destacando, também, a resiliente luta dos movimentos sociais negros da atualidade, que visam atender às exigências trazidas pelas comunidades quilombolas.

A conquista do MNU quanto ao reconhecimento e à propagação dos saberes das comunidades quilombolas no âmbito legal da educação formal, ocorreu através da Lei 10.639/03, alterada, posteriormente, pela Lei nº 11.645 (Brasil, 2003), que tornam obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todo o Ensino Básico, tanto privado quanto público, e em todas as disciplinas. Porém,

o caráter da Lei n.º 10.639/03 e suas formas de regulamentação atribuem ao MEC a responsabilidade de induzir a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais em parceria com os sistemas de ensino, para todos os níveis e todas as modalidades. [...] Uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos para (e na) diversidade étnico-racial, significa a compreensão e a ampliação do direito à diferença como um dos pilares dos direitos sociais. Implica também a formação de subjetividades inconformistas diante das práticas racistas e com conhecimento teórico-conceitual mais aprofundado sobre a África e as questões Afro-brasileiras (Gomes, 2017, p. 22).

Ou seja, implica também uma formação docente adequada. Cavalcante *et al.* (2017, p. 1.246) argumentam:

Após dez anos de aprovação da Lei nº 10.639/2003, a temática ainda encontra muitos obstáculos para ser desenvolvida no âmbito escolar, entre eles, a falta de conhecimento teórico sobre a referida Lei e a ausência de formação propícia para o trato com as relações étnico-raciais na sala de aula. Acreditamos que todo o conhecimento e trabalho que vem sendo realizado pelos docentes no que se refere à educação das relações étnico-raciais ainda não está sendo em sua totalidade suficiente e eficaz para atender a demanda e os anseios que envolvem o ambiente escolar. Mesmo que implemente a Lei nº 10.639/2003 no Projeto Político Pedagógico das escolas, ainda falta a preparação do professor para tornar os saberes da Lei, os seus fazeres pedagógicos.

De acordo com a Resolução nº 8, do CNE, que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*, a Educação Quilombola:

I — organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas reminiscentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade.

II — compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;

III — destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

IV — deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

V — deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI — deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade (Brasil, 2012a, art. 1º).

Na verdade, constata-se o cumprimento ineficaz das resoluções presentes nas *Diretrizes*, bem como a resistência, por parte de algumas representações escolares, em implementar as medidas estabelecidas. Por conseguinte, ocorre o cumprimento de algumas normativas e o avanço em prol de um processo educativo-escolar plural e inclusivo, a partir das ações espontâneas e pontuais de docentes com maior interesse, sem práticas consistentes e institucionalizadas por parte da gestão escolar (Morais; Melo; Melo, 2019).

Segundo Arruti (2017), o que tem sido chamado, de modo geral, como “Educação Quilombola”, levando a crer em um diferencial, no Censo Escolar, na verdade, aparece como “escolas em áreas de Quilombo”. Ou seja, classificam as escolas quilombolas como qualquer escola que exista nas terras identificadas como quilombolas, sem apresentar diferenciação sobre métodos pedagógicos, gestão ou formação dos professores.

A nosso ver, esse desafio pode ser superado, por meio da promoção de uma Educação multicultural, que possibilite o reconhecimento do “outro” e enfrente os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos da sociedade. Em outros termos, a perspectiva intercultural pode oportunizar a construção de um Brasil democrático e humano, que articule políticas de igualdade e identidade (Candau, 2011).

Nesse sentido, trabalhar o conceito de “Cultura” em sala de aula viabiliza, por exemplo, desconstruir os estereótipos que circundam os povos negros, e possibilita desestruturar as narrativas eurocêntricas discriminatórias que compõem a matriz de poder colonial — e, em geral, estão presentes nos materiais didáticos (Mignolo, 2018). Permite também a

(des)folclorização das identidades negras, ou seja, a problematização de tudo o que estereotipa, desqualifica, exotiza e tira de cena os sujeitos históricos de carne e osso, como pleiteantes de um direito que tem sido negado (Leite, 1999). Retomando as palavras de Freire (1996, p. 38):

[...] A Educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

Para tanto, é primordial uma formação docente adequada, capaz de ensinar os professores a proporem práticas pedagógicas que valorizem as identidades brasileiras. Porém, não se trata de qualquer formação, e sim de uma decolonial, voltada para ações antirracistas que reflitam sobre a construção eurocêntrica do conhecimento, e privilegiem os saberes dos quilombolas — formas invisibilizadas e alternativas de conhecimento. A promoção da diversidade cultural, destituída de preconceito ou jogos de poder que segregam e suprimem, seria o recurso fundamental para o exercício da igualdade étnico-racial (Paim; Pinheiro; Paula, 2019).

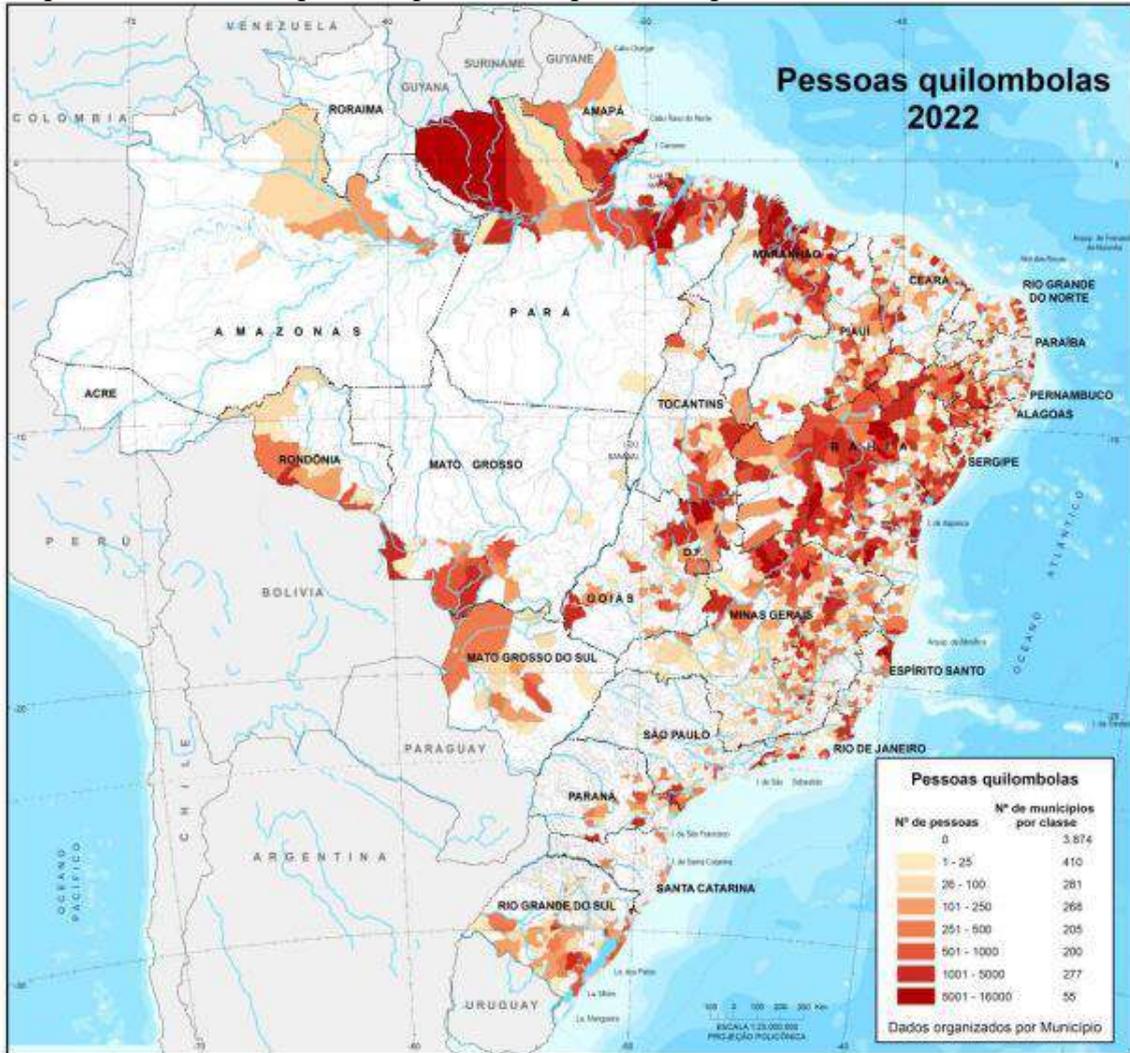
## 2.2 ALGUMAS INFORMAÇÕES DO CENSO QUILOMBOLA

No final do mês de julho de 2023, o IBGE divulgou os dados do Censo 2022 referentes à população quilombola do país. Pela primeira vez, desde o início da realização dos Censos do Instituto, em 1872, realizou-se a identificação das pessoas quilombolas, constituindo as informações nomeadas pela instituição como *Brasil quilombola: quantos somos, onde estamos?* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a).

De acordo com as deliberações da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgou-se a legislação no Brasil que explicita a autoidentificação como parâmetro essencial para avaliar o pertencimento étnico e identitário de povos e comunidades (Organização Internacional do Trabalho, 2011). Portanto, a definição de pessoa quilombola utilizada para a realização do Censo 2022, com base na autoidentificação, permitiu que a investigação sobre o pertencimento étnico quilombola se orientasse pelo princípio da autodeclaração, a partir de um quesito de pertencimento étnico quilombola (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a).

De acordo com o IBGE (2023), a população quilombola do país é de 1.327.802 pessoas, representando o total de 0,65% dos residentes no Brasil (Mapa 1), em 31 de julho de 2022 (data de referência do Censo). No Brasil, 1.696 municípios possuem população quilombola.

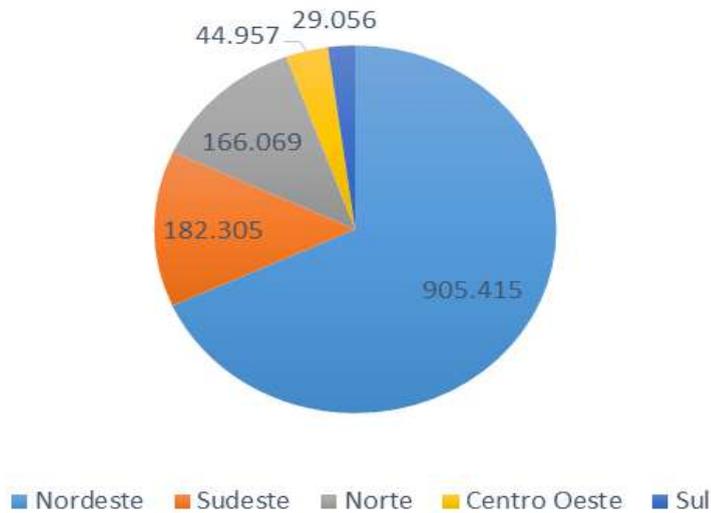
Mapa 1 — Número de pessoas quilombolas por município do Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023a, p. 77).

Segundo o IBGE (2023), a região Nordeste possui 68,2% das pessoas quilombolas, seguida das regiões Sudeste, com 13,7%; Norte, com 12,5%; Centro Oeste, 3,4%; e Sul, com 2,2%, conforme o gráfico 1.

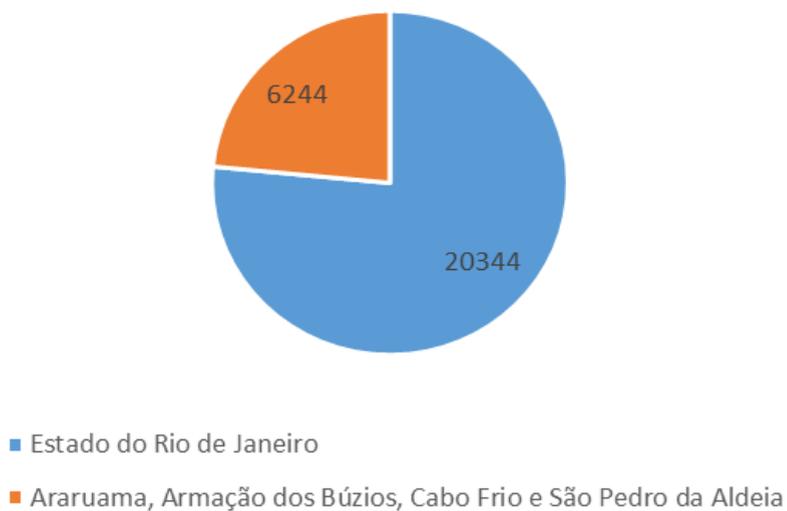
Gráfico 1 — Número de pessoas quilombolas por região do Brasil



Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023a).

Os estados brasileiros com maior população quilombola são, respectivamente, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Pernambuco. O estado do Rio de Janeiro apresenta 20.344 pessoas, representando um percentual de 0,13% da população do Estado. Nesse contexto, 6.244 residem nos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, cidades da Região dos Lagos com as comunidades remanescentes de quilombos abordadas no presente estudo, que correspondem a 30,69% da população quilombola do estado (Gráfico 2).

Gráfico 2 — Número de quilombolas no Rio de Janeiro e na área pesquisada



Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023a).

Na fase de testes para a realização do censo nas comunidades quilombolas, foram selecionados os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, e pré-selecionadas as comunidades de Caveira, Preto Forro, Maria Joaquina, Rasa, Baia Formosa, Fazenda Espírito Santo e Maria Romana. Segundo o IBGE (2023), essa fase teve o objetivo de identificar a melhor pergunta para dar seguimento ao processo de teste de questionário do Censo Demográfico da rodada de 2020. Portanto, esses são os municípios e algumas comunidades objetos desta pesquisa.

Outra constatação expressiva do Censo é que a diferença entre a população quilombola do país, em comparação com a população quilombola residente em territórios quilombolas titulados é preocupante (Gráfico 3). Segundo o Censo, a população quilombola residente em territórios quilombolas titulados é de 57.442 pessoas quilombolas e, fora de territórios titulados, é de 1.270.360 pessoas quilombolas.

Gráfico 3 — População quilombola residente em territórios titulados e não titulados



Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023a).

O resultado demonstra que o processo para regularização fundiária é moroso e atrapalha sobremaneira a população quilombola na efetivação de seus direitos. Isso porque, pela titulação do território, a comunidade passa a ter efetivo direito às suas terras, de forma coletiva e inalienável. Ressalta-se que o Censo 2022 utiliza um SIG, presente na Plataforma Geográfica Interativa, pelo IBGE, e a utilização desse tipo de programa atende ao estabelecido pela instituição, pois

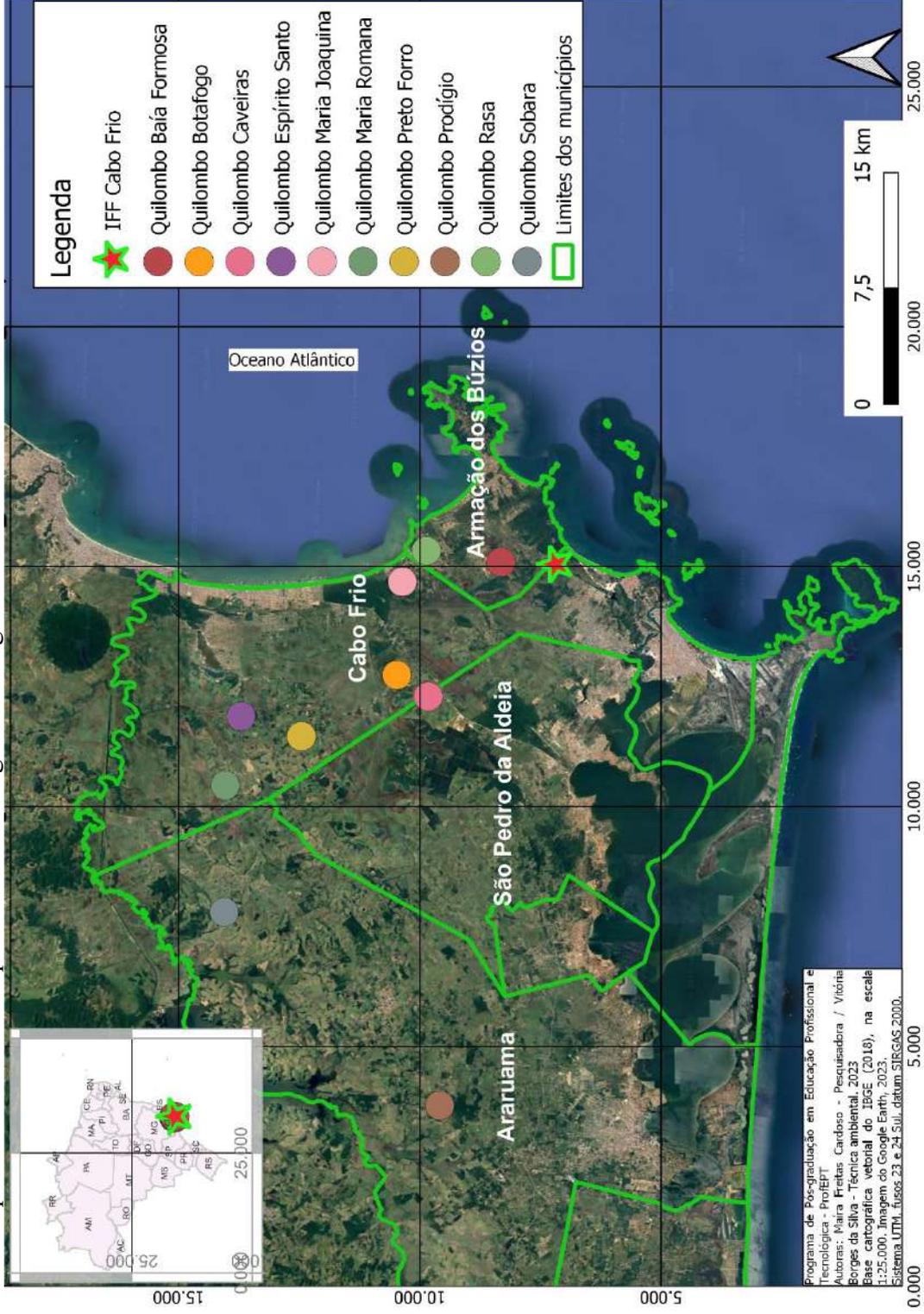
a realização de censos junto a populações etnicamente diferenciadas exige um conjunto de cuidados desde o planejamento da operação, passando pela coleta das informações e na divulgação dos resultados. A elaboração de uma cartografia censitária adaptada às necessidades específicas dos povos e comunidades recenseados é uma etapa metodológica fundamental para a produção de informações estatísticas sobre esses grupos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a, p. 43).

Com base nisso, o PE construído no presente trabalho consiste em um SIG sobre as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, atendidas pelo projeto de extensão do IFF – *campus* Cabo Frio, em consonância com os princípios utilizados pelo IBGE.

### 2.3 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO DOS LAGOS

Na maioria dos casos, são distintas as classificações dos municípios nas regiões governamentais do Rio de Janeiro e nas mesorregiões geográficas estabelecidas pelo IBGE. A região de governo das Baixadas Litorâneas se divide em duas microrregiões: a microrregião da bacia do Rio São João, que inclui Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras; e a microrregião dos Lagos (conhecida como Região dos Lagos), que abrange Araruama, Armação Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro Aldeia e Saquarema, de acordo com o INCRA (2016). Atualmente, existem dez comunidades quilombolas certificadas pela Fundação na Região dos Lagos (Mapa 2), das quais seis reconhecidas pelo INCRA, com RTID concluído, distribuídas em quatro municípios da região (Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro, 2020).

Mapa 2 — Mapa das comunidades quilombolas da Região dos Lagos



Fonte: A autora (2023).

A história da maior parte dessas coletividades se relaciona intimamente à fundação da fazenda Campos Novos (Figura 2), no ano de 1648, realizada pelos jesuítas, a partir de 1/3 da sesmaria que havia sido doada aos índios nativos (INCRA, 2018).

Figura 2 — Sede da fazenda Campos Novos



Fonte: IPatrimônio (2015, [tela 2]).

Para o abastecimento alimentício da região, os membros da Companhia de Jesus utilizavam mão de obra escrava, que, com o passar dos anos, se tornou bastante vultosa e lucrativa, a ponto de a fazenda se tornar um centro de distribuição de escravos africanos. Os sujeitos que desembarcavam em Búzios eram conduzidos para essa fazenda, onde eram enviados para as propriedades nucleares para a “engorda” e a redistribuição, pois chegavam fracos dos navios negreiros (INCRA, 2018).

O processo de escravização dos negros na Região dos Lagos se relaciona também à escravização dos povos indígenas e à colonização pela Companhia dos Jesuítas. Alguns registros oficiais da época, datados da segunda metade do século XIX, demonstram a grande existência de escravizados na Região dos Lagos, de acordo com O’dwyer (2012). Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, as fazendas nucleares passaram a ser administradas por diversos “setores”. Na sequência, com a Abolição da Escravatura, em 1888, os ex-escravos

permaneceram nessas fazendas, como “sitiantes”. Nesses locais, eles formaram seus núcleos familiares, e puderam garantir a sobrevivência, pela posse da terra, por meio da troca de dias de trabalho nas atividades agrícolas dos fazendeiros (O’Dwyer, 1999).

Somente a partir de 2003, com o Decreto nº 4.887, iniciou-se o processo de titulação dessas terras para as comunidades remanescentes de quilombo. Porém, poucas comunidades detêm o título de suas terras, conforme previsto na legislação (Brasil, 2003a). A primeira comunidade quilombola a receber o título de propriedade foi Campinho da Independência, em Paraty. Entre as comunidades tituladas, encontra-se a comunidade remanescente de quilombo de Preto Forro, localizada na zona rural de Cabo Frio (INCRA, 2018).

Apesar de algumas diferenças em suas origens, as comunidades remanescentes de quilombo da Região dos Lagos apresentam características bastantes similares na constituição, resistência e modo de vida, ao longo dos tempos. Os relatos encontrados nos documentos oficiais e na literatura sobre o tema demonstram que a autoidentificação transpassa a questão do nascimento no local, significando o critério ancestral, mas, também, o fato de existir uma história em comum (O’Dwyer, 2012). A tabela 1 apresenta algumas informações sobre cada uma dessas comunidades.

Tabela 1 — Caracterização das comunidades quilombolas da Região dos Lagos

<b>Comunidade quilombola</b>	<b>Pessoas quilombolas</b>	<b>Status fundiário</b>
Baía Formosa	***	***
Botafogo	337	Portaria
Caveira	370	Portaria
Fazenda Espírito Santo	***	***
Maria Joaquina	173	RTID
Maria Romana	83	Delimitado
Preto Forro	31	Titulado
Prodígio	92	RTID
Rasa	274	RTID
Sobara	***	***
<b>TOTAL</b>	<b>1360</b>	

\*\*\* As informações destas comunidades não constam no Censo 2022.

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

A seguir, constam informações sobre as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, e suas histórias.

### 2.3.1 Baía Formosa, Botafogo, Caveira, Maria Joaquina, Preto Forro e Rasa

Os escravizados ancestrais das comunidades quilombolas de Caveira<sup>4</sup>, Rasa, Botafogo, Preto Forro, Maria Joaquina e Baía Formosa eram desembarcados clandestinamente em portos das praias da região, e levados para a Fazenda Campos Novos, onde passavam por uma triagem, e eram destinados às fazendas locais (INCRA, 2018). Após a abolição da escravatura, nas fazendas onde existiam as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, a economia continuou baseada na mão de obra escravizada.

Na época do Império, havia “manuais” para os fazendeiros sobre como tratar os escravizados, prevendo um “pequeno direito de propriedade” (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018, p. 48). Conforme relatado, essa forma de ocupação das terras por meio do arrendamento, na época, permitiu

a exploração de terras ‘livres’ por meio de uma relativa flexibilidade de ocupação dos espaços não utilizados, ou até mesmo relegados, pelos grandes proprietários rurais. Da mesma forma, tal apropriação forneceu condições favoráveis para que se constituíssem famílias estáveis a partir de arranjos matrimoniais dentro da escravaria (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018, p. 51).

Essas pessoas permaneceram residindo nas terras, formaram núcleos familiares, cultivaram as terras, produziram principalmente café, banana, mandioca e milho, e trocaram dias de trabalho pela garantia dessa permanência, conforme destacado pelo INCRA (2018). Outra atividade produtiva era a pesca. A partir de 1950, iniciou-se um processo agressivo de tomada das terras, forçando os moradores a deixarem seus sítios e áreas de uso comum, e deslocaram-se para áreas próximas.

Com isso, essas coletividades começaram a passar por um empobrecimento, por vezes, sem possuir o mínimo para sua subsistência. Algumas pessoas passaram a produzir farinha de mandioca (Figura 3) para se sustentar, tendo que dividir a produção com os pretensos proprietários dos locais onde estavam as casas de farinha. Outros migraram das comunidades, buscando empregos em cidades vizinhas ou para sobreviver da pesca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018).

---

<sup>4</sup> No livro *A Revolta do Cachimbo*, Nazário (2022) conta parte da história da comunidade de Caveira e relata fatos que desencadearam um dos maiores atos de resistência da história da região.

Figura 3 — Peça da casa de farinha da comunidade quilombola Maria Joaquina



Fonte: INCRA (2018, p. 162).

A partir de então, os homens passaram a se dedicar à pesca, em diversos locais do país, e mulheres e crianças permaneceram nas terras, muitas trabalhando como domésticas em Búzios e região, como relatado em INCRA (2018). Com isso, houve casos em que toda a família migrou para outras localidades, pois vários “supostos proprietários” ocuparam as terras, com criação de gado, como se fossem donos. Esse fato acarretou grande evasão dos moradores, dando lugar à construção de empreendimentos imobiliários.

É importante destacar que o processo de conversão de terras agrícolas em empreendimentos voltados para a especulação imobiliária segue uma tática operacional aplicada em grande parte das áreas agricultáveis no estado do Rio de Janeiro, desde a segunda metade do século XX. De acordo com o INCRA (2018), esse método consiste em uma redução gradual da atividade agrícola, seguida pelo avanço da pecuária, que substitui os cultivos por pastos. Isso tem o objetivo de desocupar as áreas de seus habitantes, pois a presença do gado nas plantações produz estragos irreparáveis, e elimina os meios de subsistência dos agricultores que dependem delas.

As regiões ocupadas por essas famílias, principalmente ex-escravos locais e seus descendentes, apresentam uma organização espacial distinta. Elas consideram o território não apenas como um meio geográfico, mas um espaço social construído por relações de parentesco e colaboração. A utilização da terra não se baseia em lotes individuais designados a unidades familiares específicas, mas é gerenciada por um esforço coletivo em áreas compartilhadas. Isso inclui o cultivo conjunto, o processamento de alimentos, o abastecimento de água natural e o controle da mata, dentre outras atividades que envolvem a dinâmica da comunidade.

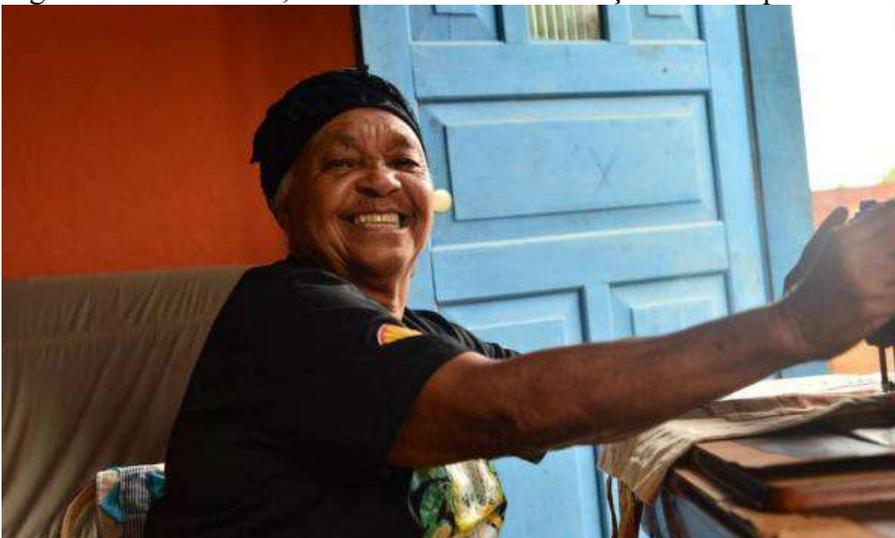
As questões culturais e ancestrais sempre possuíram grande destaque na vida dessas coletividades, com os festejos do jongo, as crenças em seres míticos e em santos cultuados, tanto pelo espiritismo, quanto pelo catolicismo. No entanto, ao longo dos anos, muitas dessas pessoas se tornaram evangélicas, conforme demonstrado pelo INCRA (2016, p. 84):

De acordo com os estudos já realizados pelo Serviço quilombola do INCRA-RJ, as igrejas evangélicas estão presentes no cotidiano da maioria dos moradores das comunidades quilombolas. [...] Comparando com as informações recolhidas nos estudos antropológicos das comunidades quilombolas de outras regiões, onde o catolicismo, a Umbanda e o Jongo predominam, a Região dos Lagos é a mais evangélica do estado.

Desde a chegada, essas coletividades mantiveram a atividade agrícola nessas terras, estabelecendo as comunidades remanescentes de quilombo que mantiveram a cultura, as tradições, os laços de parentesco, e passaram a adotar, segundo o INCRA (2018, p. 14), “a categoria identitária jurídica de ‘remanescentes de quilombo’ a fim de garantir o direito constitucional instituído por meio do artigo 68 do ADCT da CF/88”.

Os quilombolas dessas comunidades enfrentam muitos desafios e travam diversas lutas para a manutenção de suas terras, o reconhecimento e a efetivação de seus direitos (Figura 4). Ocorrem várias tentativas de apropriar as terras dessas coletividades, como a especulação imobiliária para construir estabelecimentos turísticos e outros empreendimentos, a invasão por grileiros e/ou posseiros, dentre outras. O’Dwyer (1982, p. 14) ressalta que “as obras de infraestrutura costumam atrair os especuladores de terras que, munidos de falsos títulos de propriedade, tratam de expulsar os (moradores) de suas áreas de cultivo”.

Figura 4 — Dona Uia, uma das maiores lideranças da luta quilombola na Região dos Lagos



Fonte: Porcidoneo (2020, [tela 1]).

Reconhecendo-se, na atualidade, enquanto “remanescentes de quilombo” e sujeitos de direitos, os descendentes de escravizados passaram a construir associações de moradores em suas comunidades (Figura 5), a fim de se estabelecerem formalmente para lutar pelo direito à titulação coletiva de suas terras, conforme previsto no Decreto nº 4.887 (Brasil, 2003a).

Figura 5 — Mulheres quilombolas realizando curso na associação de moradores da comunidade quilombola Maria Joaquina



Fonte: Prolagos (2022, [tela 2]).

De acordo com o INCRA (2018), as políticas públicas direcionadas a essas comunidades costumam ser derivadas e adaptadas de outros programas e projetos lançados pelo governo, com abordagens específicas. No entanto, como a maioria das comunidades não possui titulação da terra, a população não consegue acessar tais programas. Em todas as comunidades quilombolas da região estudada, mesmo as mais próximas dos centros urbanos municipais, a deficiência no transporte público e de acesso às vias de circulação tornam-se fatores predominantes que dificultam o acesso à educação, a empregos e a direitos básicos, conforme O’dwyer (2012).

### 2.3.2 Fazenda Espírito Santo e Maria Romana

As comunidades Fazenda Espírito Santo e Maria Romana, localizadas no município de Cabo Frio, possuem origens e características comuns às demais comunidades quilombolas do município, e arredores. No entanto, por não possuírem RTID, não foram encontrados

documentos oficiais específicos com suas características. A comunidade de Maria Romana foi certificada pela *Fundação Palmares*, em 04 de outubro de 2011, e possui processo no INCRA, sob o nº 01420.007498/2011-14. Já a comunidade Fazenda Espírito Santo foi certificada pela *Fundação Palmares*, em 22 de março de 2017, e tem processo no INCRA, sob o nº 01420.000799/2016-21 (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2023).

### 2.3.3 Sobara e Tapinoã-Prodígio

Diferente das demais comunidades quilombolas da Região dos Lagos, as comunidades de Sobara e de Tapinoã-Prodígio se localizam a uma distância maior da sede da Fazenda Campos Novos, mais afastadas do litoral, e com algumas características distintas das demais. O distrito de São Vicente, onde está a comunidade de Sobara e o distrito de Morro Grande, local da comunidade de Tapinoã — Prodígio, compõem o “Sertão de Araruama”. Ao longo dos anos, são responsáveis pela produção agropecuária de Araruama.

O RTID de Prodígio demonstra que “em Morro Grande, quase 30% da população e, em São Vicente, quase 20%, ainda são classificadas como rurais, contra apenas 5% da municipal. Isto é, 90% da população rural de Araruama encontra-se nos dois distritos” (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2016, p. 12). A colonização agrária do Sertão de Araruama apenas ocorreu a partir de meados do século XIX, quando engenhos açucareiros e fazendas de café possuíam casas-grandes simples, geralmente cercadas por mocambos, e não por senzalas, conforme demonstrado pelo INCRA (2018).

A comunidade remanescente do quilombo de Sobara, localizada no distrito de São Vicente de Paulo, a cerca de 20 km do município de Araruama, nas proximidades do rio São João, se caracterizava como um local de predominância de pessoas negras, isoladas geograficamente e, em alguns casos, marcadas pela pobreza. Interligadas pela ancestralidade, território e modo de vida, inicialmente apresentavam dificuldades para o autorreconhecimento e sobre o território a ser demarcado de forma coletiva, de acordo com O’dwyer (2012).

Os relatos encontrados nos documentos oficiais demonstram parâmetros comuns de identificação, como a ancianidade de suas famílias no local, o cultivo da terra, além das dificuldades para manter o modo de vida. Também, a realidade ancestral da escravidão traz grandes questões para essa coletividade, por conta de alguns temas, principalmente as formas de vínculo trabalhista, como demonstrado por O’dwyer (2012). Segundo O’dwyer (2012), a doação da terra referente a essa comunidade foi feita por um fazendeiro a uma de suas escravas, de nome desconhecido. Essa mulher anônima e escravizada teria deixado o patrimônio a uma

de suas netas, de nome Cesárea.

De acordo com relatos das pessoas locais, a fazenda Sobara foi fundada no segundo Império, com denominação “Soubara”, e passou por longo período de empobrecimento econômico. Inicialmente, a coletividade vivia em uma situação designada como “terra solta”, uma realidade que se configurou no período quando as terras dos quilombolas não eram vistas pelo valor econômico (O’dwyer, 2012).

Inicialmente, desenvolvia-se a cafeicultura nessas terras, bem como o cultivo de lavouras para consumo local. Após esse período, os “portugueses” compraram grande parte das terras cultivando laranjais, utilizando mão de obra local. Posteriormente, essas plantações foram substituídas por pastos, de acordo com O’dwyer (2012). A partir de 1978, um momento importante de impacto para a comunidade foi a instalação da Agroindustrial de São João (Agrisa), que implantou a monocultura da cana-de-açúcar nas terras, utilizando mão de obra dos ex-escravizados locais no cultivo (O’dwyer, 2012).

Com isso, as grandes plantações de laranja dessas terras passaram a ser substituídas pela produção de álcool hidratado e anidro da Agrisa. Isso resultou em expulsões de muitos quilombolas. Por conta da Agrisa, os atuais limites dos “sítios” não estão em terras contíguas, dificultando a regularização fundiária, mesmo com os laços de parentesco da coletividade (O’dwyer, 2012).

A comunidade quilombola de Tapinoã — Prodígio está no município de Araruama, na zona rural do Distrito de Morro, de acordo com o INCRA (2016). O cultivo da lavoura de subsistência de mandioca, milho, feijão, amendoim e urucum persiste no decorrer de sua existência. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura de Araruama (1992), a fazenda Aurora seria a origem da comunidade de Tapinoã — Prodígio (Figura 6), configurando-se, possivelmente, como a “origem da bisavó do Velho Lô, o mestre curimeiro das famílias remanescentes da fazenda Prodígio”.

Figura 6 — Casa grande da fazenda Prodígio



Fonte: INCRA (2016, p. 110).

Uma das matriarcas das famílias quilombolas, Dona Dadi compartilhou em INCRA (2018) a lembrança de que o primeiro "dono da terra" do Prodígio chamava-se "Zizá Couto". No início do século XX, as famílias camponesas sem propriedades se espalhavam pelas colinas do Prodígio, vivendo em seus próprios mocambos e desfrutando do acesso à terra para cultivar suas roças, sem a necessidade de pagar um foro ao proprietário. A exploração do trabalho camponês ocorria durante a venda dos produtos da lavoura no "barracão de Zizá Couto", o único ponto de comércio na região. Em relação às práticas produtivas, a comunidade possui características bem próximas às demais:

[...] As constatações básicas são, quanto a esse ponto: 1) que a atribuição aos escravos de parcelas de terra e de tempo para cultivá-las constitui uma característica universal do escravismo americano; 2) que o acesso dos escravos aos meios de produção e ao tempo livre para pô-los em ação exercendo atividades autônomas tendeu a transformar-se em um direito de fato e, em certos casos, fixado pela Lei (Cardoso, 2009, p. 101-103).

A partir do desenvolvimento turístico e industrial, em toda Região dos Lagos, iniciou-se a transformação de áreas de “roça” para locais de pastagem. Como demonstrado pelo INCRA (2016, p. 12), esse processo foi feito por “empresários e profissionais liberais urbanos e

absenteístas, cujos bois esquentam e limpam a terra para futuros loteamentos da área”. Com isso, a luta pela titulação de suas terras e pelos seus direitos permeia a realidade dos quilombolas de toda a região.

## 2.4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

A função da escola tem se modificado ao longo da história, nas concepções referentes a todos os níveis de ensino, inclusive à Educação Profissional. Devido ao crescimento da industrialização na década de 1930, ocorreram mudanças na estrutura do Estado, que originaram novas formas para qualificação da força de trabalho. A partir de então, começou a trajetória da Educação Profissional brasileira (Ciavatta, 2005).

O dualismo das classes sociais do país é propagado também no âmbito educacional. De acordo com Ciavatta (2005), a diferenciação social embrenhada na educação provém do dualismo das classes sociais brasileiras, geradas e afirmadas pelas Leis e reformas ocorridas. Os anos 1980 marcaram a luta dos estudiosos da Educação e do Trabalho para a superação das desigualdades de classe em todas as suas expressões e, particularmente, na educação, com a defesa pela educação unitária, omnilateral e politécnica, que passou a permear a legislação educacional, conforme apontam Moura, Lima Filho e Silva (2015).

As Escolas Técnicas surgiram no âmbito da industrialização e do militarismo, e os conflitos dos projetos ideológicos vigentes se desdobraram no projeto da educação. O cerne das Escolas Técnicas, que posteriormente se tornaram Institutos Federais (IFs) de Educação, Ciência e Tecnologia, volta-se para os estudantes trabalhadores, aos quais, historicamente, nega-se a possibilidade de uma educação emancipatória.

Os IFs surgem como *locus* de formação da sociedade, visando a conexão da ciência com a cultura e o trabalho. Dentro do projeto de educação emancipatória, no panorama da formação humana integral, deve-se evidenciar a categoria trabalho, assim como ciência, cultura, trabalho e tecnologia são princípios indissociáveis da formação humana. Logo, o foco dos processos de ensino e aprendizagem deve permear os sujeitos e seus vínculos com o conhecimento.

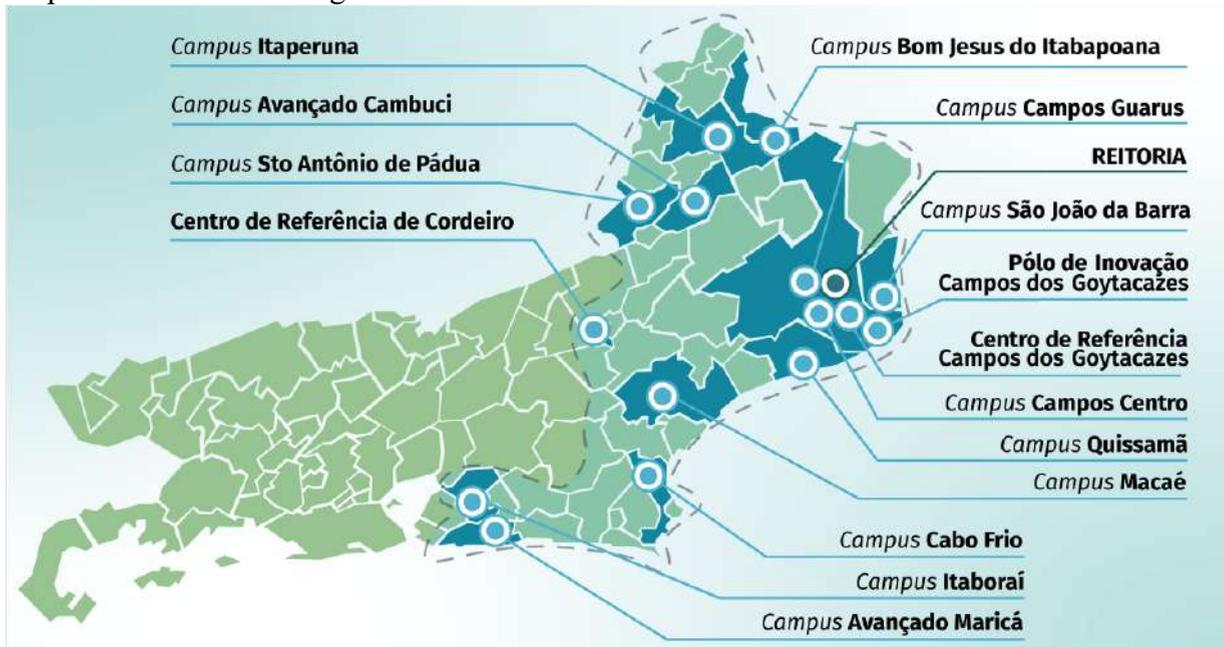
Apenas com o envolvimento no âmbito do trabalho, existe cidadania no capitalismo, portanto, devem-se ressignificar as aptidões intelectuais, produzindo identidade a partir de uma vivência prática, com crítica social.

O IFF iniciou a história, em 1910, quando foi criada a Escola de Aprendizes Artífices de Campos, a fim de capacitar para o trabalho os jovens menos favorecidos. No ano de 1945,

passou a ser nomeada Escola Técnica Federal de Campos, com os objetivos ligados ao crescimento da industrialização no país. Com o advento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica, o que ampliou as perspectivas de atuação da instituição em vários níveis de ensino e formação (Brasil, 1996). Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu-se a rede Federal de EPT, criando os IFs de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFF (Brasil, 2008b; Instituto Federal Fluminense, 2018).

Com essa mudança de institucionalidade, os IFs passaram a ofertar cursos de Educação Básica, Profissional e Superior, com estrutura multi *campi* e pluricurricular. Atualmente, o IFF possui 12 *campi*, o Polo de Inovação, o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, a Unidade de Formação e a Reitoria (Mapa 3), reunindo mais de 15 mil estudantes e 1.500 servidores ativos, entre Professores e Técnico-Administrativos em Educação (Instituto Federal Fluminense, 2023).

Mapa 3 — Área de abrangência do IFF



Fonte: Instituto Federal Fluminense (2023a, [tela 1]).

Enquanto instituição com ampla estrutura e tamanhas responsabilidades sociais, é no âmbito da EPT, que a Educação Quilombola se configura como componente relevante para a formação omnilateral dos educandos. Alves e Melo (2021) destacam a distância entre o previsto nos instrumentos legais que contemplam o tema da educação quilombola, para a forma enviesada da propagação dessa cultura e desses saberes na escola, por meio de livros didáticos

e outros materiais. Isso demonstra como são frágeis os currículos em relação à educação das relações étnico-raciais. Nesse sentido, Alves e Melo (2021, p. 145) ressaltam ser urgente

[...] que o campo científico se debruce sobre a ausência da questão quilombola no currículo e amplie as investigações acerca dessa problemática, sobretudo pensando estratégias para vincular a produção acadêmica à vivência escolar, propiciando um ensino que valorize a identidade e trajetória dos povos quilombolas na formação brasileira (Alves; Melo, 2021, p. 145).

Diante de todos os compromissos do Instituto, destaca-se a necessidade de efetivar os instrumentos legais no que concerne à educação quilombola. Segundo Monteiro e Reis (2019), as escolas costumam ter os currículos com base em conceitos euro norte-americanos masculinos-brancos que espelham, como entidades sociais, o racismo estrutural da sociedade. Isso persiste a não inclusão de professores quilombolas formados em instituições quilombolas. Ainda assim, a sociedade segue sem elaborar uma educação diversa, e não usa a história do Brasil a partir da perspectiva dos quilombos, por exemplo.

Em suma, no cotidiano de muitas instituições de ensino, estão ausentes os interesses, as necessidades e os desejos de todos que frequentam a sala de aula. Conforme demonstrado por Moreira e Candau (2003, p. 161),

a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que [ela] está [sendo] chamada a enfrentar.

Nessa perspectiva, a formação ofertada pelo IFF deve se voltar para que o educando possa compreender o mundo, como indivíduo e de forma coletiva, buscando integrar a construção de uma sociedade justa e igualitária.

#### **2.4.1 Considerações sobre ingresso e permanência dos estudantes quilombolas no IFF**

O ingresso aos cursos do IFF acontece, quase integralmente, por meio de processo seletivo, vestibular ou Sisu, consoante a legislação vigente. Quanto ao ingresso no Instituto,

na perspectiva da inclusão e em atendimento à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 [...], o IFFluminense reservará, do total das vagas ofertadas para ingresso em seus cursos, por curso e turno, a cota mínima de 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental (ingressos em cursos técnicos de nível médio) ou o Ensino Médio (ingressos em cursos de

graduação) em escolas públicas da rede nacional de ensino (Instituto Federal Fluminense, 2018, p. 67).

A cota mínima de 50% das vagas destinadas a estudantes de escolas públicas se subdivide de acordo com o quadro 1:

Quadro 1 — Formas de reservas de vagas nos processos seletivos do IFF

Vagas reservadas às cotas							
Todo o Ensino Fundamental em escola pública							
Renda familiar $\leq$ 1,5 salário-mínimo <i>per capita</i> (R\$ 1.980,00)				Independentemente da renda			
Preto, pardo e indígena	Outros	PCD, preto, pardo e indígena	PCD, outros	Preto, pardo e indígena	Outros	PCD, preto, pardo e indígena	PDC, outros
COTA 1	COTA 2	PCD 1	PCD 2	COTA 3	COTA 4	PCD 3	PCD 4

Fonte: Instituto Federal Fluminense (2023b, p. 40).

As ações afirmativas étnico-raciais adotadas pelas universidades possibilitam criar um ambiente acadêmico que reflita a realidade plural e diversa do Brasil, proporcionando aos estudantes a oportunidade de refletirem sobre a própria condição e promoverem uma transformação essencial para a construção de uma sociedade mais equânime. Conforme Bayna (2012, p. 342),

[...] a política de cotas terá cumprido com sua finalidade quando houver melhora efetiva na Educação Básica de qualidade e o espaço universitário transformar-se em *locus* não só de formação acadêmica, mas também de formação de líderes que representem a diversidade de grupos sociais e sejam sensíveis aos benefícios para a sociedade advindos do pluralismo de ideias.

As comunidades quilombolas se destacam como pilares de luta e resistência contra o racismo institucional. No entanto, apresentam situações de vulnerabilidade socioeconômica e dificuldades para o ingresso e o acesso às instituições federais de educação. Nesse sentido, as cotas se mostram como medidas fundamentais para garantir aos quilombolas uma educação pública de qualidade, de nível técnico ou superior. É imprescindível que esses alunos façam parte de todas as instituições de ensino, não só como forma de ampliar suas oportunidades, mas para que toda a comunidade acadêmica aprenda com esses educandos que trazem consigo o cerne da cultura do nosso país.

Muito recentemente, no dia 13 de novembro de 2023, foi publicada a Lei 14.723/23, que amplia a *Lei de cotas*, regulamentando a reserva de vagas para os quilombolas. A mesma prevê a permanência da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (*Lei de Cotas*), para a inclusão dos

quilombolas de forma específica em reserva de vagas, a redução da renda familiar *per capita* do candidato, a inclusão de reserva de vagas nos programas de pós-graduação, e a avaliação a cada dez anos (Brasil, 2012c).

Essas iniciativas desempenham um papel muito importante para a inclusão efetiva dos quilombolas nos meios acadêmicos e, com isso, as instituições buscam garantir a equidade, estando comprometidas em assegurar a inclusão dessas coletividades historicamente excluídas. De acordo com Meireles (2020, p. 58),

[...] as cotas específicas para as comunidades quilombolas possibilitam uma maior representatividade para os quilombolas, excluídos social e historicamente por muito tempo e corrobora para a construção de uma sociedade com menos desigualdade, já que se deve entender o acesso à educação como uma possibilidade de mobilidade e transformação social. Para além do acesso, as políticas para permanência dos estudantes quilombolas nas instituições de Ensino Superior são imprescindíveis para que a mobilidade e a transformação social se efetivem.

Quanto à permanência dos estudantes quilombolas nas instituições federais de educação, existe o Programa de Bolsa Permanência, criado pela Portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) nº 389, de 9 de maio de 2013. Por meio desse Programa, é concedido um auxílio financeiro aos estudantes de cursos superiores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou a estudantes quilombolas e indígenas (Brasil, 2013).

O IFF também possui um Programa de Bolsa Permanência interno que concede auxílio alimentação, transporte e moradia, destinado aos alunos, de acordo com estudo socioeconômico. No entanto, tais bolsas não consideram especificamente o fato de um aluno ser, ou não, quilombola. As ações de assistência estudantil estão regulamentadas pela Resolução nº 39, de 11 de março de 2016, e pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil — Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com base nos direitos à educação e à equidade (Brasil, 2010; Instituto Federal Fluminense, 2016). De acordo com essa Resolução,

entende-se, pois, como Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense o conjunto de ações, serviços e projetos que visa possibilitar a democratização das condições de acesso, permanência e conclusão de curso pela minimização dos efeitos e impactos da desigualdade social estrutural na vida dos estudantes e suas famílias. Esses efeitos e impactos podem se materializar de diversas formas, o que engloba dificuldades para satisfazer necessidades humanas básicas como comer, vestir-se, alimentar-se, morar, transitar e consumir bens e serviços fundamentais para o seu pleno desenvolvimento e participação social como cidadão. Importa destacar que para satisfazer tais necessidades, pessoais e de seus familiares, muitos estudantes são impedidos de ingressar ou obrigados a interromper suas trajetórias escolares e acadêmicas para adentrar ou retornar ao mundo do trabalho, por vezes com atividades flexibilizadas e/ou informais (Instituto Federal Fluminense, 2016, p. 6).

Portanto, as políticas afirmativas praticadas no Instituto, no momento do ingresso ou em relação à permanência, buscam reduzir as assimetrias sociais internamente, além de oportunizar condições equânimes para estudantes com diferentes perfis e necessidades.

#### **2.4.2 Análise de documentos institucionais em relação à Educação para as Relações Étnico-Raciais**

Além da legislação mencionada até então, é relevante o fundamento de alguns documentos internos do IFF que balizam as ações desenvolvidas em seus espaços e cursos.

#### **2.4.3 Plano de Desenvolvimento Institucional**

Até o mês de junho de 2023, esteve vigente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022. Em julho do mesmo ano, passou a vigorar o PDI 2023-2028 (Instituto Federal Fluminense, 2018, 2023c). O PDI do IFF pauta-se em valores fundamentais, como o respeito à diversidade humana e cultural, a inclusão social, a formação integral, a equidade, a gestão colegiada e democrática, que são essenciais para guiar a construção dos currículos nas diferentes modalidades de cursos oferecidos pela instituição.

Também, o Instituto se baseia na construção de uma educação inclusiva e emancipatória, que busca a formação integral dos estudantes, atuando para o desenvolvimento de cidadãos críticos, éticos e conscientes de seu papel na sociedade. Nesse sentido, como aponta Silva (2011, p. 13),

como princípio educativo, a diversidade cultural leva-nos a rever constantemente os valores políticos, sociais e culturais da compreensão do outro. Lançar mão desse princípio significa, ao mesmo tempo, entender o saber e a cultura como parte da produção sócio histórica de determinada sociedade e também problematizar os ditos valores sociais e culturais universais (Silva, 2011, p. 13).

Segundo o documento, na construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Instituto, deve-se considerar “o reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais” (Instituto Federal Fluminense, 2018, p. 77). Tais diretrizes precisam se constituir nas práticas pedagógicas do Instituto integralmente, refletindo o que apontam França e Mendes (2019, p. 15):

[...] Pensar a contextura sociocultural e tê-la como substância para pensar/fazer educação não é tão somente facilitar a aprendizagem dos estudantes ou respeitar a comunidade (imediata) onde a escola se encontra implantada; é bem mais que isso: é garantir o diálogo e a presença da diferença e dos diferentes no chão da escola e dos

sistemas de ensino — isso se essa prática contextualizada se efetiva em todos os processos educacionais e pedagógicos de modo a assegurar-lhes participação democrática e ativa.

Nesse contexto, o documento prevê a criação dos NEABIS, cujas diretrizes se estabelecem no *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Conforme demonstrado no PDI (2018, p. 241), os NEABIS “são núcleos permanentes que promovem o acompanhamento, estudo e desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão”. Destaca-se, ainda, entre seus objetivos:

A oferta de cursos de pós-graduação e de Formação Inicial e Continuada (FIC) em educação das relações étnico-raciais para servidores e educadores de outras instituições, a pesquisa e a elaboração de materiais de referência para uso em sala de aula e o desenvolvimento de ações afirmativas em prol de grupos sociais formados a partir da diáspora africana e/ou de ascendência indígena (Instituto Federal Fluminense, 2018, p. 242).

No entanto, no documento, não se encontrou referência direta sobre quilombos ou quilombolas. Analisando o PDI 2023, surgiu menção sobre os quilombolas em dois momentos. O primeiro trata de ações de forma geral, a saber:

as ações de pesquisa e de extensão desenvolvidas nos diversos *campi* do IFFluminense podem auxiliar o trabalho de diálogo com as comunidades locais e, por conseguinte, de recolha de demandas formativas, sem com isso deixar de reconhecer os saberes tradicionais e os agentes sociais dessas comunidades como protagonistas dos processos formativos. Da mesma forma, as discussões sobre a construção de uma sociedade mais justa, algo que passa pela valorização da história da população camponesa, caiçara, quilombola e indígena, e pelo combate ao preconceito social, já são temas inerentes ao Centro de Memória, NUGEN e NEABI, presentes em cada um dos *campi* (Instituto Federal Fluminense, 2023c, p. 121).

No segundo momento, o documento fala sobre a importância da Educação do Campo, expressando que essa modalidade passou a existir:

[...] a partir da resistência de escolas famílias agrícolas, agricultores e agricultoras familiares, caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e ribeirinhas, atingidos e atingidas por barragem, entre outros povos e movimentos que se relacionam identitariamente com o campo brasileiro, foi concebida como oposição à educação rural e/ou agrícola oferecida a eles como prática colonizadora (Instituto Federal Fluminense, 2023c, p. 120).

Vale ressaltar que o Programa de Extensão abordado na presente pesquisa visa atuar na perspectiva da Educação do Campo de forma prática.

O PDI 2023-2028 ainda destaca a construção de uma educação de qualidade, como uma prática social e um ato político fundamentais. Isso afeta diretamente o direito de todos à educação, sendo necessário garantir uma trajetória escolar contínua, respeitando os tempos e espaços de aprendizagem e desenvolvimento humano (Instituto Federal Fluminense, 2023c). Dessa forma, é essencial promover uma educação que problematize os vários estereótipos e questione a origem e as relações de poder por trás da construção de narrativas discriminatórias: quem produz esses discursos, como e por que são reproduzidos, e, por fim, de que forma podemos desconstruí-los. Ferrari (2020, p. 12) destaca que

[...] as ideias apresentadas demarcam a importância do papel ativo dos nossos jovens na construção de uma cultura geral e humanizadora, a defesa do direito à educação igual para todos e todas, o atendimento às políticas de ações afirmativas, a formação do homem integral, o respeito às diferenças e à diversidade humana e o papel transformador do direito e da educação.

Dessa forma, as ações do Instituto devem se pautar na inclusão para todos, promovendo o convívio e respeito às diversidades étnicas, culturais, de gênero, de crença, dentre outras que possam estar presentes nas relações sociais. O PDI ressalta também que é essencial investir na formação e valorização dos professores e em projetos e planos de desenvolvimento institucional que atendam às demandas da comunidade e dos movimentos sociais.

#### **2.4.4 Projetos Pedagógicos das licenciaturas do *campus* Cabo Frio (Biologia, Física e Química)**

Analisando os PPCs das licenciaturas do *campus* Cabo Frio, nota-se a carência de estudos da diversidade cultural, da educação para as relações étnico-raciais e da formação de professores com foco em uma Educação Multicultural e antirracista. Nesses documentos, consta que, para atender as diretrizes contidas na legislação sobre educação para as relações étnico-raciais,

[...] além de atividades que serão desenvolvidas no *campus* Cabo Frio pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, o tema será tratado transversalmente por alguns componentes curriculares e especificamente pelos componentes Políticas Públicas e Educação, Currículo e Avaliação da Aprendizagem e Trabalho e Formação Docente (Instituto Federal Fluminense, 2021, p. 62).

Apesar de o documento citar a legislação específica, apenas um componente curricular aborda a temática na previsão de sua ementa: “Políticas Públicas e Educação”. Na disciplina, encontra-se que

o estudo do presente componente curricular versará sobre questões educacionais, associando-as à base econômica, às relações de poder e às relações sociais gerais da história e da educação brasileira ao longo do século XX e mais recentemente às políticas afirmativas (em especial as cotas nas universidades brasileiras), buscando demonstrar o contexto dos embates políticos e ideológicos do campo educacional e como estes vêm sendo traduzidos nas políticas educacionais. A questão das relações étnico-raciais como tema da identidade nacional. Contemporaneidade brasileira (Instituto Federal Fluminense, 2021, p. 62.)

Já o componente “Currículo e Avaliação da Aprendizagem e Trabalho” prevê como objetivo “relacionar currículo aos conceitos de hegemonia, ideologia e poder” (Instituto Federal Fluminense, 2021, p. 81), porém a temática das relações étnico-raciais não aparece de maneira explícita. Na disciplina “Trabalho e Formação Docente”, não constam informações específicas sobre a educação na perspectiva das relações étnico-raciais, apenas menciona a formação de um professor para o século XXI e a indicação de bibliografia sobre a temática de forma geral.

Essa lacuna em cursos específicos de formação de professores alerta para as dificuldades em efetivar uma educação antirracista que deve ser construída na base, e em todos os níveis de ensino. Portanto, é de grande importância a construção de práticas pedagógicas que sejam baseadas na valorização da diversidade, por meio do diálogo entre os saberes dos quilombolas e da afirmação da igualdade entre os sujeitos, a fim de contribuir para a transformação social e a formulação de propostas educativas que coloquem esses sujeitos no centro do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, para a construção de aprendizagens realmente significativas, é primordial a relação ensino e aprendizagem que envolva alunos e professores em processo mútuo de troca de conhecimentos e experiências, sendo o discente sujeito protagonista do processo, com suas vivências privilegiadas. Segundo Zabala (1998, p. 119),

será necessário oportunizar situações em que os alunos participem cada vez mais intensamente na resolução das atividades e no processo de elaboração pessoal, em vez de se limitar a copiar e reproduzir automaticamente as instruções ou explicações dos professores. Por isso, hoje o aluno é convidado a buscar, descobrir, construir, criticar, comparar, dialogar, analisar, vivenciar o próprio processo de construção do conhecimento.

Portanto, uma Educação Quilombola voltada para os saberes reais dessas comunidades, que valorize suas tradições e seu lugar de fala, é muito relevante para a quebra de paradigmas e o desenvolvimento de uma educação pautada na diversidade, no respeito e na interculturalidade.

### 2.4.5 O IFF *campus* Cabo Frio

O IFF *campus* Cabo Frio foi fundado em 2007, dentro do Plano de Expansão da rede Federal de Educação Tecnológica — Fase II, ainda como Unidade de ensino da rede Federal de Educação Tecnológica na Região das Baixas Litorâneas. Em 2008, tornou-se um dos *campi* do IFF (Instituto Federal Fluminense, 2018). Os IFs possuem como princípio a verticalização do ensino e a interiorização de suas unidades, para proporcionar o direito a uma educação gratuita de qualidade, em diversos níveis de ensino, a milhares de estudantes que residem em locais distantes dos grandes centros (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Localizado no município de Cabo Frio, cidade da Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, o *campus* Cabo Frio (Figura 7) tem como área de abrangência “treze municípios que compõem a Região das Baixadas Litorâneas (notadamente a Região dos Lagos), atendendo a uma população de aproximadamente 801.535 habitantes distribuídos em uma área de 5.415 km<sup>2</sup>” (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Figura 7 — Entrada no bloco A do IFF *campus* Cabo Frio



Fonte: Instituto Federal Fluminense (2023d, [tela 4]).

Nesse contexto, o *campus* visa ofertar atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, para colaborar no desenvolvimento local e

regional, valorizando sua diversidade e formando jovens e adultos em uma perspectiva emancipatória e omnilateral (Instituto Federal Fluminense, 2018). Assim, o próprio IFF *campus* Cabo Frio, no âmbito da EPT, pode ser um aliado na oferta de uma Educação Multicultural na Região dos Lagos, pois tem a finalidade do desenvolvimento socioeconômico local e regional, da atenção às demandas sociais e peculiaridades regionais, e da construção do pensamento crítico no discente. A Lei nº 11.892, em seu artigo 6º, dispõe que os IFFs têm por funções:

I — ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no *desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional*;

II — desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às *demandas sociais e peculiaridades regionais*;

[...] IV — orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e *fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais*, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V — constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, *estimulando o desenvolvimento de espírito crítico*, voltado à investigação empírica;

[...] VIII — realizar e *estimular* a pesquisa aplicada, *a produção cultural*, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico [...] (Brasil, 2008b, art. 6º, grifo nosso).

Em resumo, o IFF *campus* Cabo Frio (e os demais) tem a função social de mitigar a disparidade socioeconômica e tornar seu entorno mais independente e humanitário, o que, conseqüentemente, contribui para promover o diálogo e o reconhecimento, destituídos de preconceito, das comunidades quilombolas alocadas em seu entorno. Nesse sentido, Carril (2017, p. 551) analisa os desafios e as possibilidades para efetivar a Educação Quilombola, enquanto política pública no âmbito da educação, pontuando a importância do território e da história oral para essas comunidades. A autora afirma que “a escola não pode mais permanecer atuando perante os seus alunos, ideologicamente, como se todos fossem iguais, reproduzindo um ideal abstrato dos sujeitos”.

Também, desenvolvem-se ações de pesquisa, extensão e inovação e, no escopo deste trabalho, vale salientar a existência do NEABI no *campus*, que se configura em um espaço com grandes potencialidades para ações voltadas para uma educação antirracista e igualitária. Acerca da temática da Educação Quilombola, há a relevância da educação não formal, pela realização de projetos de extensão, no que concerne às práticas antirracistas, decolonizadoras e voltadas

para a valorização cultural das comunidades quilombolas. Conforme destacado por Feldmann e Libório (2021), a educação não formal exerce papel de destaque, devendo basear-se na construção de uma educação que promova a diversidade étnica-cultural.

#### 2.4.5.1 Caracterização

O *campus* Cabo Frio possui estrutura física com espaços muito bem equipados e adequados para atendimento multidisciplinar de seus alunos e da comunidade em geral (Figura 8). A escola possui 34 salas de aula, anfiteatro, auditório, refeitório, biblioteca, quadra de esportes, diversos laboratórios, sala de recursos multifuncionais, salas de música e de artes, área verde, entre outros espaços, além de alguns recursos de acessibilidade em suas dependências. Na biblioteca, há um acervo com 2.647 títulos impressos e 230 títulos de outros materiais, com acesso ao Portal de Periódicos da Capes, segundo o IFF (2023).

Figura 8 — Imagem aérea do IFF *campus* Cabo Frio



Fonte: Instituto Federal Fluminense (2022, [tela 18]).

Além de uma excelente estrutura física, o *campus* conta com uma grande equipe de profissionais, altamente capacitados e dedicados à construção de uma educação pública gratuita, de qualidade. Durante a realização da presente pesquisa, o IFF *campus* Cabo Frio possui dois cursos de Ensino Médio Integrado (Hospedagem e Química), quatro cursos de Ensino Técnico Concomitante (Cozinha, Eventos, Eletromecânica e Química), dois cursos superiores de

Tecnologia (Gastronomia e Hotelaria), um curso de bacharelado (Engenharia Mecânica), três cursos de licenciatura (Biologia, Física e Química), uma pós-graduação *lato sensu* em ensino de Ciências da Natureza, além de diversos cursos de FICs (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Desde o ano de 2022, o *campus* tem desenvolvido cursos técnicos concomitantes, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), a saber: Técnico em Biotecnologia; Técnico em Metrologia; e Técnico em Segurança Cibernética. Esses cursos são ministrados pela instituição parceria, com seus professores e recursos. De acordo com o IFF (2023, p. 186), “o *campus* possui uma atuação significativa no eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer e Desenvolvimento Educacional e Social, tendo um volume expressivo de matrículas em cursos de licenciatura”, atuando também nos eixos de Produção Industrial, Controle e processos industriais e Gestão e Negócios.

Importa ressaltar que, por meio da oferta das licenciaturas e da pós-graduação, o *campus* atende o compromisso com a formação de professores e consolidar uma educação cidadã em âmbito regional e nacional. As tabelas 2 e 3 apresentam algumas informações relevantes sobre o *campus* em convergência com esta pesquisa.

Tabela 2 — Número de alunos do IFF *campus* Cabo Frio (1º semestre de 2023)

<b>Modalidade</b>	<b>Nº de alunos</b>	<b>Observações</b>
Técnicos Integrados	324	
Técnicos Concomitantes	383	107 INMETRO
Superiores	589	249 Licenciaturas
Pós-graduação	15	
FIC	0	
<b>TOTAL</b>	<b>1311</b>	

Fonte: A autora (2023).

Tabela 3 — Número de alunos do IFF *campus* Cabo Frio (2º semestre de 2023)

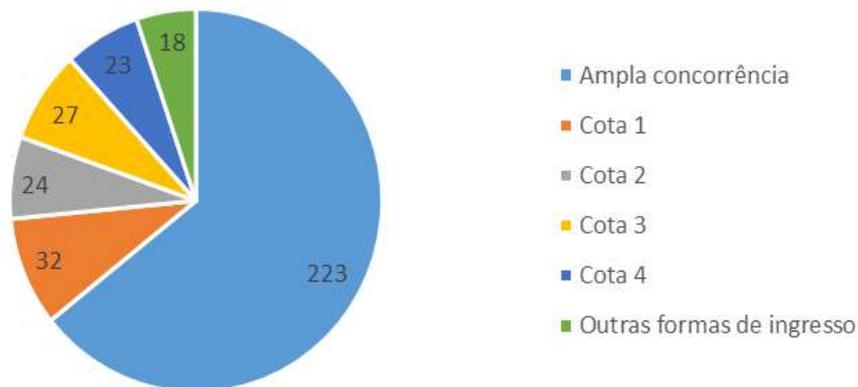
<b>Modalidade</b>	<b>Nº de alunos</b>	<b>Observações</b>
Técnicos Integrados	381	
Técnicos Concomitantes	353	101 INMETRO
Superiores	475	206 Licenciaturas
Pós-graduação	25	
FIC na área de Música	114	
<b>TOTAL</b>	<b>1348</b>	

Fonte: A autora (2023).

Esses números demonstram que o *campus* atende muitos estudantes, com expressiva participação nos ensinos técnico e superior da região. Cabe destacar que possui número significativo de alunos em suas licenciaturas e pós-graduação, o que coaduna com a missão de formar de professores em sua área de atuação. Porém, de acordo com relato da Coordenação de Registro Acadêmico, permanece a dificuldade na identificação dos estudantes quilombolas nos registros escolares e, conseqüentemente, no lançamento dos sistemas do MEC, como o Censo Escolar.

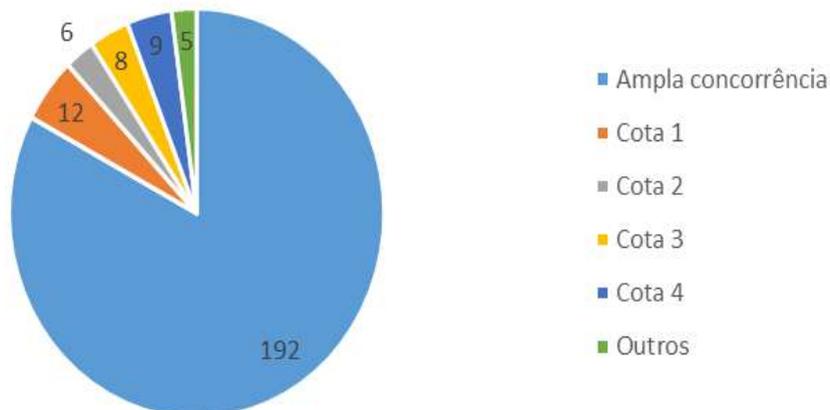
Quanto ao ingresso dos educandos, nos dois semestres do ano de 2023, constantes nos gráficos 4 e 5, a maior parte dos alunos ingressa no *campus* pelas vagas de Ampla Concorrência, embora o Instituto oferte, em seus processos de seleção, o mínimo de 50% pelo sistema de cotas.

Gráfico 4 — Alunos ingressantes no 1º semestre de 2023



Fonte: A autora (2023).

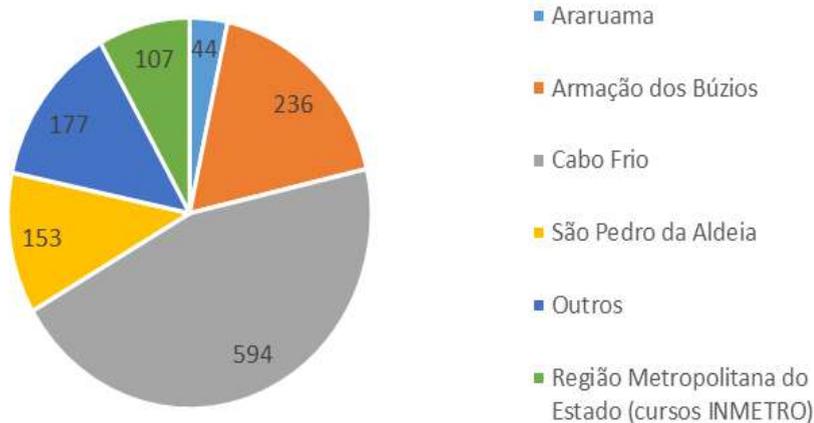
Gráfico 5 — Alunos ingressantes no 2º semestre de 2023



Fonte: A autora (2023).

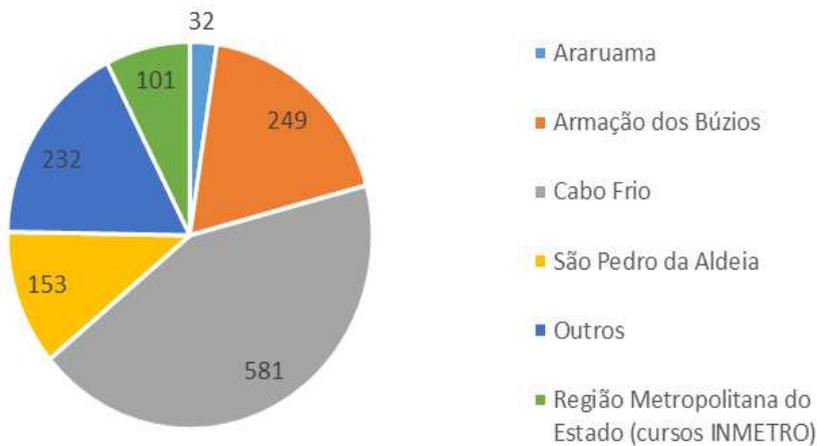
Outro recorte se refere aos municípios em que os alunos residem, conforme os gráficos 6 e 7.

Gráfico 6 — Alunos ingressantes no 1º semestre de 2023



Fonte: A autora (2023).

Gráfico 7 — Alunos ingressantes no 2º semestre de 2023



Fonte: A autora (2023).

As informações demonstram que grande parte dos estudantes do *campus* residem nos municípios com comunidades quilombolas abordados nesta pesquisa: Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro de Aldeia. Nesta análise, não se consideram os alunos dos cursos ofertados pelo INMETRO, na Região Metropolitana do Estado, pois não são atendidos diretamente no *campus* Cabo Frio. Em relação às bolsas e aos auxílios voltados para a permanência e o êxito dos educandos, no ano de 2023, o *campus* ofertou auxílio alimentação, auxílio transporte e Bolsa Permanência do MEC (tabelas 4, 5 e 6).

Tabela 4 — Informações sobre bolsa permanência do MEC, em 2023 (*campus* Cabo Frio)

<b>Curso</b>	<b>Nº de alunos quilombolas atendidos</b>	<b>Situação</b>
Licenciatura em Biologia	1	Contemplado com bolsa em 08/2019, e desligado em 08/2023 por não frequentar o curso.
Licenciatura em Química	1	Contemplado com bolsa em 08/2019, vigente até o momento.
Bacharelado em Engenharia Mecânica	1	Contemplado com bolsa em 03/2022, vigente até o momento.

Obs.: Em 2023, foi aberto novo edital, mas ainda não há informação sobre quantos alunos de Cabo Frio serão contemplados.

Fonte: A autora (2023).

Tabela 5 — Informações sobre auxílio alimentação, em 2023 (*campus* Cabo Frio)

<b>Nível de ensino</b>	<b>Março a maio (nº de alunos atendidos)</b>	<b>Junho a dezembro (nº de alunos atendidos)</b>	<b>Observação</b>
Técnicos Integrados	47	187 (previsão)	Nos meses de junho e julho, foram atendidos 78 alunos.
Técnicos Concomitantes	12	32	

Obs.: Em 2023, este auxílio foi destinado aos alunos dos cursos técnicos.

Fonte: A autora (2023).

Tabela 6 — Informações sobre auxílio transporte, em 2023 (*campus* Cabo Frio)

<b>Período</b>	<b>Nº de alunos atendidos</b>
Março a maio	67
Junho	124
Julho	119
Agosto a dezembro	229 (previsão)

Obs.: Em 2023, este auxílio foi destinado aos estudantes dos cursos superiores.

Fonte: A autora (2023).

De acordo com relato do Assistente Social do *campus*, não é possível identificar quais alunos contemplados com os auxílios alimentação e transporte são quilombolas. As informações demonstram que há um número considerável de estudantes sendo atendidos pelos auxílios alimentação e transporte ofertados pelo *campus* Cabo Frio. No entanto, por não haver a informação sobre quais são quilombolas, não é possível realizar uma análise mais específica.

Os dados sobre a Bolsa Permanência MEC ofertada aos estudantes quilombolas do *campus* revela que são poucos os atendidos, e/ou que se autoidentificam como quilombolas e pleiteiam a inclusão para receber a Bolsa. Em relação à questão de autoidentificação, Munanga, no site da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2023a, [tela 4]), destaca:

[...] nossos livros didáticos têm uma orientação que não contempla as raízes africanas do Brasil, influenciando negativamente na formação da auto-estima dos jovens brasileiros de ascendência africana. Para qualquer pessoa se afirmar como ser humano ela tem que conhecer um pouco da sua identidade, das suas origens, da sua história.

Neste sentido, há muito trabalho a ser desenvolvido pelas instituições, principalmente no âmbito da educação, para transformar essa realidade.

#### 2.4.5.2 *Comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: Terra, Renda, Educação e Trabalho — o programa de extensão*

Nos anos anteriores a 2019, quando se realizou o preenchimento do *Educacenso* (Censo da Educação Básica), não havia sido percebido que o IFF — *campus* Cabo Frio estava em área onde se situam comunidades quilombolas. Apesar de o *campus* atender alunos que ali residem, não havia o reconhecimento pela comunidade escolar da importância da cultura quilombola e da identificação dos alunos como membros destas comunidades nos registros escolares. Conforme esclarecido por Silva *et al.* (2021, p. 75), “[...] para conhecermos a situação da Educação Quilombola, é necessário fazer uma análise dos dados do Censo Escolar, sem nenhum tratamento ou análise pelo Ministério da Educação, [...], o que dificulta o grande alcance dessas informações na sociedade”.

Segundo Dias e Rocha (2019), em suas diretrizes curriculares, as escolas não contribuem para o crescimento da identidade quilombola, pois apenas contam parcialmente a história da população remanescente dos quilombos. O conteúdo ideal é pouco trabalhado em aula, e não intervém na representação da história do negro. Nesse sentido, é bastante relevante considerar a importância das relações e interações inter-raciais para a formação identitária dos educandos.

A partir desta percepção, o *campus* Cabo Frio iniciou um trabalho junto às comunidades quilombolas de sua área de abrangência, estabelecendo convênio junto ao ITERJ e à Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Por meio de acordo de cooperação técnica entre o IFF, o ITERJ, a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e a Escola Municipal Agrícola Nilo Batista, estão

construindo o programa de extensão de comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*, desde agosto de 2020. Nele, estabeleceram-se metas voltadas para a realização de cursos de FIC, de campanhas educativas e ações de extensão voltadas para a capacitação e a geração de emprego e renda para os quilombolas das comunidades na área de atuação do *campus*, com base nos princípios de sustentabilidade e valorização da cultura local.

De acordo com a Resolução nº 27/2020, que cria o programa de extensão, este tem como propósitos impulsionar a melhoria da qualidade de vida, a valorização da cultura e a sustentabilidade social e econômica nas comunidades quilombolas. Utilizando projetos de extensão voltados para a formação profissional, busca fortalecer os laços do trabalho associado livremente e o uso compartilhado da terra. Nesse sentido, consultaram os representantes dessas comunidades, para identificar as necessidades de formação essenciais para alcançar os objetivos propostos (Instituto Federal Fluminense, 2020).

Por meio da valorização dos conhecimentos locais e da oferta de oportunidades educacionais inclusivas, o Programa visa promover a geração de emprego e renda, fortalecendo a sustentabilidade dessas populações vulneráveis, do ponto de vista econômico e sociopolítico (Instituto Federal Fluminense, 2023e). Dentre os objetivos específicos do programa de extensão, constam também:

construir projetos de capacitação junto às comunidades, respeitando assim os referenciais político-didático-pedagógicos da Educação Quilombola;

estimular e orientar a busca de parcerias para desenvolvimento de projetos de sustentabilidade econômica, social, e ambiental nas áreas objeto do projeto;

incluir as comunidades remanescentes de quilombos, a partir da produção agrícola, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

capacitar internamente servidores e estudantes (bolsistas e licenciandos) na perspectiva da Lei Federal 10.639/2003, especificamente segundo a Resolução nº 8/2012 do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Instituto Federal Fluminense, 2020, p. 18).

As finalidades do Programa estão em consonância com a missão do IFF. Conforme apontado no PDI (Instituto Federal Fluminense, 2018), a instituição busca formar e capacitar profissionais na área da educação tecnológica, em todos os níveis e modalidades de ensino, com foco no crescimento socioeconômico local, regional e nacional, além de realizar pesquisas práticas e impulsionar o avanço científico e tecnológico, desenvolvendo novos processos,

produtos e serviços, em estreita colaboração com os setores produtivos e a sociedade em geral, com ênfase nas necessidades locais e regionais.

Portanto, esta pesquisa buscou estudar as ações desenvolvidas pelo citado programa de extensão, para nortear a reflexão sobre a efetividade delas na inclusão, na aproximação e na sensação de pertencimento das comunidades quilombolas junto ao *campus* Cabo Frio do IFF. Com base dos resultados obtidos, visou também colaborar com instrumentos, para que o trabalho realizado junto a essas comunidades possa alcançar de forma concreta os objetivos, privilegiando as vivências trazidas pelos quilombolas, valorizando suas histórias pessoais e seus saberes acumulados, em busca da construção de aprendizagens significativas e da promoção da elevação da qualidade de vida dessas comunidades.

Os quadros 2 e 3, bem como a figura 9, demonstram algumas atividades desenvolvidas no programa de extensão, até a presente data.

Quadro 2 — Atividades do programa de extensão desenvolvidas em 2022

<b>Data</b>	<b>Atividade</b>
12/12/2020	1º Encontro virtual de atividades de extensão para quilombolas da Região dos Lagos
03/02/2021	2º Encontro virtual de atividades de extensão para quilombolas da Região dos Lagos
23/02 a 25/02/2021	Minicurso <i>Relações Étnico-Raciais e a Escola</i>
05/04 a 10/05/21	Minicurso de capacitação de servidores em Educação para relações étnico-raciais
31/05 a 05/07/2021	Minicurso <i>História e Cultura quilombolas da Região dos Lagos</i> , para servidores do IFF <i>campus</i> Cabo Frio, e de instituições parceiras
De julho a dezembro de 2022	Oferta de nove cursos livres de extensão para as comunidades quilombolas
02/04/2023	Entrega de equipamentos agrícolas, eletrodomésticos e outros insumos, viabilizada por emenda parlamentar

Fonte: A autora (2023).

Destaca-se a relevância da etapa de formação inicial, com informações constantes no quadro 2, para os proponentes e os organizadores e suas instituições, como forma de despertar o olhar sobre as questões dos quilombolas, assim como buscar o entendimento das demandas dessas comunidades, a fim de atendê-las de modo concreto.

Quadro 3 — Cursos livres de extensão ofertados para os quilombolas, no período de julho a dezembro de 2022

<b>Nome do curso</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Link</b>
Artesanato em fibra de bananeira	8 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/fibradebananeira">https://eventos.iff.edu.br/fibradebananeira</a>
Cidadania digital*	10 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/cidadaniadigital">https://eventos.iff.edu.br/cidadaniadigital</a>
Espanhol básico aplicado ao turismo	20 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/espanholparaturismoquilombo">https://eventos.iff.edu.br/espanholparaturismoquilombo</a>
Gestão de negócios — IFF	20 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/gestaodenegocios">https://eventos.iff.edu.br/gestaodenegocios</a>

Gestão de negócios — E. M. Nilo Batista	20 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/gestaodenegocios">https://eventos.iff.edu.br/gestaodenegocios</a>
Gestão de negócios — Sobara	20 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/gestaodenegocios">https://eventos.iff.edu.br/gestaodenegocios</a>
Higiene e manipulação de alimentos	10 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/manipulacaodealimentos">https://eventos.iff.edu.br/manipulacaodealimentos</a>
Noções básicas de compostagem	10 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/compostagem">https://eventos.iff.edu.br/compostagem</a>
Violão para iniciante*	30 h	<a href="https://eventos.iff.edu.br/cursodeviolao">https://eventos.iff.edu.br/cursodeviolao</a>

\* Cursos ofertados para o público geral.

Fonte: A autora (2023).

Já no quadro 3, constam os cursos ofertados pelo programa de extensão em 2022, com carga horária e *links* para mais informações, conforme ilustrado pela figura 9.

Figura 9 — Curso *Noções básicas de compostagem*, na Escola Municipal Nilo Batista (2022)



Fonte: Coordenação do Programa de Extensão (2022).

De acordo com o Relatório de Atividades do Programa de Extensão, no ano de 2023, prevê-se a realização de atividades voltadas para a Educação Ambiental, os cursos de capacitação técnica, e a campanha de distribuição de mudas. Até o presente momento, foram feitos os cursos *Produção e cuidados com mudas nativas* e *Práticas em cultivos de mudas de pimentas* (Instituto Federal Fluminense, 2023e). O acordo de cooperação técnica do qual

resultou o programa de extensão passa por processo de renovação, o que propicia a realização de diversas novas atividades no âmbito dessa parceria.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada durante o período do Mestrado Profissional em EPT caracterizou-se, quanto à natureza e aos objetivos, como aplicada e explicativa. No caso da primeira, o objetivo foi adquirir informações sobre as comunidades quilombolas da Região dos Lagos e sua presença/ausência no IFF, *campus* Cabo Frio, a fim de criar ferramentas de planejamento para a aplicação prática dirigida à solução de questões, envolvendo tais coletividades e seus interesses. Quanto à segunda, buscou-se registrar, analisar, classificar e interpretar a inclusão (e as possibilidades de inclusão) das comunidades quilombolas no programa de extensão e nos próprios cursos regulares ofertados pelo IFF, *campus* Cabo Frio (Prodanov; Freitas, 2013).

Para a coleta de dados, utilizaram-se quatro procedimentos metodológicos. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica, a qual serviu para analisar as publicações existentes acerca do tema, identificando “[...] não somente problemas já conhecidos [...]”, como também explorando “[...] novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (Manzo, 1971, p. 32; Trujillo-Ferrari, 1974, p. 230). Para nortear essa fase, pesquisamos em bases de dados, como: *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes); *SciELO*; *Domínio Público*; *Banco de Dissertações e Teses Digitais* (BDTD); *Banco de Teses e Dissertações do Observatório do ProfepT*; e *Libgen.is*. Buscaram-se os seguintes descritores: “Educação Quilombola”; “estudantes quilombolas”; “Educação Escolar Quilombola”; e “Educação Profissional e Tecnológica”, que também foram traduzidos para a língua inglesa. Utilizou-se a maior parte dos materiais encontrados para a elaboração dos capítulos dois, quatro e cinco.

O segundo procedimento metodológico foi a pesquisa documental, por meio de um levantamento das legislações referentes às comunidades quilombolas e à Educação Quilombola no site do Governo Federal. O exame desses documentos ocorreu em acordo com a afirmação das autoras Marconi e Lakatos (2010, p. 161), segundo as quais o pesquisador

[...] não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados. Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável.

As legislações selecionadas foram empregadas para a construção do capítulo dois deste trabalho. O terceiro procedimento adotado para a coleta de dados foi o estudo de caso, que consistiu em coletar e analisar informações sobre as comunidades quilombolas da Região dos Lagos em seu próprio contexto, a fim de estudar aspectos variados de seu cotidiano, conforme

o assunto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). As coletividades investigadas foram dez (Baía Formosa, Botafogo, Caveiras, Espírito Santo, Maria Joaquina, Maria Romana, Preto Forro, Prodígio, Rasa e Sobara), no ano de 2023.

Nesse sentido, considerou-se o estudo de caso, enquanto a abordagem de pesquisa adequada, por se basear em dados qualitativos obtidos a partir de eventos reais, buscando investigar sobre a Educação Quilombola dentro de seu próprio contexto. Sobre esse método, Prodanov e Freitas (2013, p. 60), destacam que “[...] consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”.

O questionário (Apêndice B) foi aplicado por meio do *Google Forms*, para os alunos que concluíram os cursos do projeto de extensão, no ano de 2022. As 12 perguntas de múltipla escolha foram respondidas de modo *on-line*, via formulário. Os questionamentos visavam identificar as possibilidades e os desafios para a inclusão efetiva dos quilombolas no IFF – *campus* Cabo Frio. Todas as respostas, um total de 56, foram organizadas em planilhas do *Microsoft Excel* e utilizadas para a elaboração de gráficos, apresentados no quarto capítulo.

Além disso, as respostas foram interpretadas, a partir da Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2002, p. 38) como um “conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]”. Tal abordagem qualitativa foi imprescindível para decodificar os sentidos existentes por trás das mensagens transmitidas pelos respondentes, as quais permitiram identificar as demandas dos quilombolas em relação aos cursos ofertados pelo IFF, *campus* Cabo frio.

Resta pontuar três questões: a) todos os respondentes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado ao final do formulário (Apêndice C); b) a coleta só começou após a aprovação do projeto na Plataforma Brasil (Anexo A); e c) a metodologia adotada para a elaboração do PE foi explicada no capítulo cinco.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a fase da pesquisa bibliográfica e da documental, desenvolveu-se um estudo de caso com os quilombolas certificados pelo programa de extensão em comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*. Cabe ressaltar que, nesse momento, realizou-se pesquisa bibliográfica, procurando fundamento em trabalhos publicados de quilombolas pesquisadores e intelectuais da temática. Como essas pessoas são, maioritariamente, mulheres, evidenciou-se não ser uma coincidência. Essa escolha de referencial foi inspirada na fala:

[...] As histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e difamar. Mas histórias podem também ser usadas para empoderar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida (Chimamanda, 2009, 17 m 37 s – 17 m 53 s).

Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender as possibilidades e os desafios para o desenvolvimento de ações e políticas públicas, a partir de opiniões, trabalhos científicos e outras produções de autoria dos próprios quilombolas. Conforme colocado pelas educandas da Escola Nacional de Formação de Meninas quilombolas, da CONAQ, em sua carta apresentada a Malala (Anexo B).

Além de tudo isso, lutamos por uma educação pública e de qualidade. Pois, muitas de nós têm os estudos interrompidos. São poucas as jovens quilombolas que conseguem chegar ao Ensino Médio. Se quisermos estudar mais, somos forçadas a deixar nossas comunidades. Todas nós sabemos que a educação é uma política que pode mudar as nossas vidas. Não lutamos por qualquer educação. Nossa educação tem nome: É quilombola! E valoriza nossos saberes, nossas práticas e a nossa luta. É isso o que o Ministério da Educação diz, mas a Educação Quilombola é desprezada. Nas escolas que querem nos ensinar a crescer, mas não ligam para quem nós somos. Queremos ensinar e aprender com os saberes e os valores dos quilombos, com as nossas comunidades juntas de nós (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2023b, p. 1).

### 4.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A tabela 7 reúne as informações sobre os cursos FIC realizados pelo programa de extensão, no ano de 2022, considerando dados importantes no âmbito da presente pesquisa. Nesse sentido, Feldmann e Libório (2021) demonstram a relevância da educação não formal, por meio da realização de projetos de extensão e, no que concerne às práticas antirracistas, decolonizadoras e voltadas para a valorização cultural das comunidades quilombolas. As

autoras destacam a importância da educação não formal, além de ressaltarem a relevância da construção de uma educação que promova a diversidade étnica-cultural.

Tabela 7 — Número de participantes certificados nos cursos FIC realizados pelo programa de extensão em 2022

<b>Cursos</b>	<b>Nº de certificados</b>	<b>Gênero feminino</b>	<b>Gênero masculino</b>	<b>Local de realização</b>
<i>Artesanato em fibra de bananeira</i>	19	19	0	Comunidade quilombola Maria Joaquina
<i>Espanhol básico</i>	5	5	0	IFF <i>campus</i> Cabo Frio
<i>Gestão de negócios</i>	9	8	1	IFF <i>campus</i> Cabo Frio
<i>Gestão de negócios</i>	6	6	0	E. M. Nilo Batista
<i>Gestão de negócios</i>	33	24	9	Comunidade quilombola Sobara
<i>Higiene e manipulação de alimentos</i>	13	13	0	Comunidade quilombola Baía Formosa
<i>Noções básicas de compostagem</i>	14	8	6	E. M. Nilo Batista
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>83</b>	<b>16</b>	

\* No total, 86 pessoas obtiveram certificados dos cursos, sendo algumas certificadas em mais de um curso.

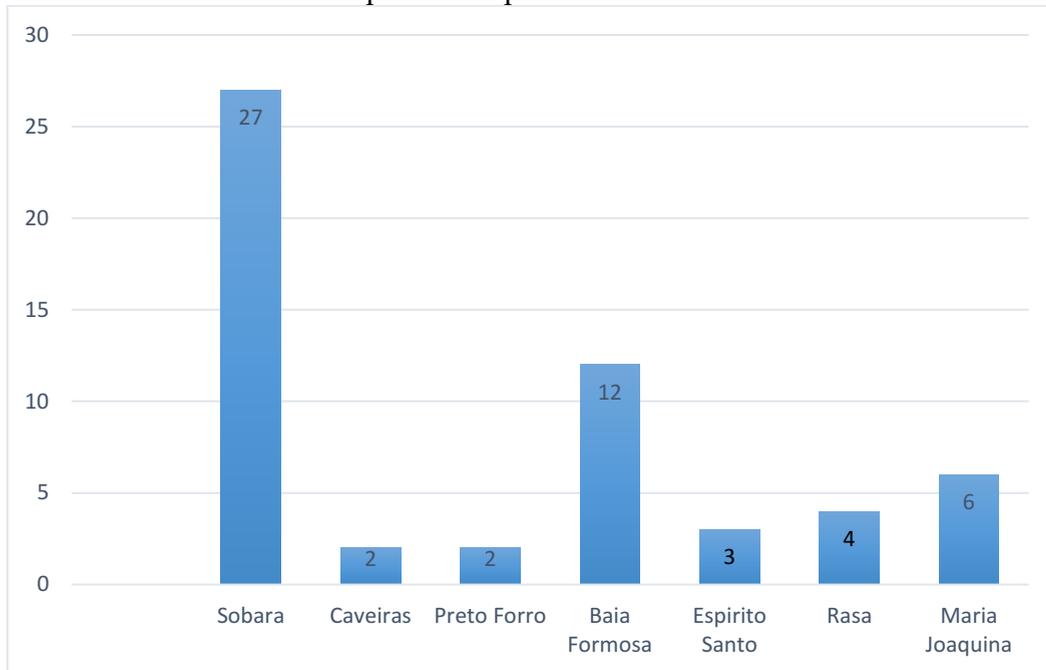
\*\* Não houve pessoas declaradas de outros gêneros, ou preferindo não fornecer essa informação.

\*\*\* Não se consideraram os cursos de *Cidadania Digital e Violão para iniciantes*, pois não foram ofertados exclusivamente para os quilombolas, tendo pequena participação deles (apenas dois alunos).

Fonte: A autora (2023).

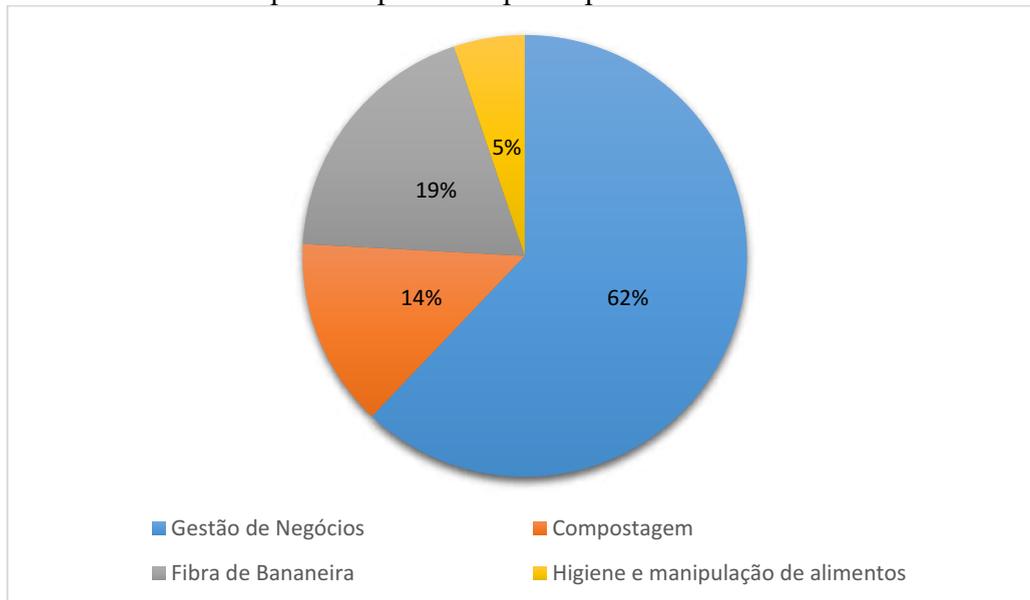
Como 86 quilombolas realizaram os cursos de capacitação do programa de extensão, no ano de 2022, obteve-se 65,12% de retorno dos questionários aplicados, o que representa 56 respondentes. Mesmo com algumas dificuldades para o preenchimento, pelo método adotado nesta pesquisa, ou seja, o *Google Forms*, a pesquisadora esteve disponível para sanar quaisquer dúvidas, contando com o apoio de lideranças e membros das comunidades quilombolas. A seguir, os gráficos demonstram os resultados obtidos com a aplicação do questionário, e as considerações sobre eles.

Gráfico 8 — Número de respondentes por comunidade



Fonte: A autora (2023).

Gráfico 9 — Curso que o respondente participou



Fonte: A autora (2023).

Em relação aos participantes da pesquisa por comunidade (Gráfico 8) e por curso (Gráfico 9), cabe ressaltar o grande número de respondentes da comunidade de Sobara, 27 pessoas, seguida dos quilombolas de Baía Formosa, 12 participantes. Em relação ao percentual de quilombolas certificados nos referidos cursos, a proporção de participantes se repete. A nosso ver, essas participações se devem ao fato de o curso de *Gestão de negócios* — Sobara

(Figura 10) ter sido realizado na própria comunidade, e a comunidade de Baía Formosa ser a mais próxima ao *campus*.

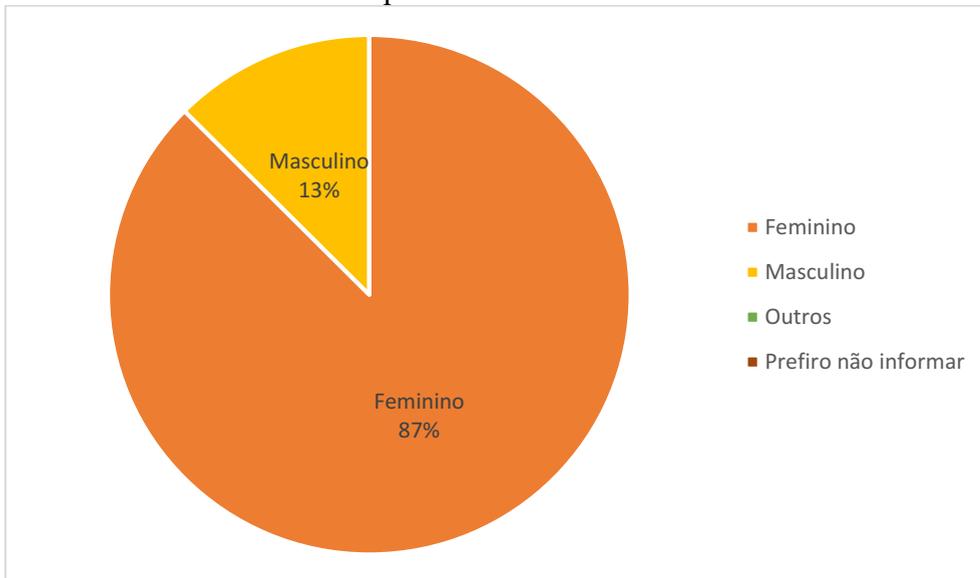
Figura 10 — Curso *Gestão de negócios* — Sobara



Fonte: Coordenação do Programa de Extensão (2022).

Essas informações também demonstram que não houve participação nos cursos de quilombolas das comunidades de Botafogo, Maria Romana e Prodígio. Esse fato precisa ser avaliado, para proporcionar às pessoas dessas coletividades o acesso aos cursos e às ações do programa e do IFF *campus* Cabo Frio, de forma geral.

Gráfico 10 — Gênero dos respondentes



Fonte: A autora (2023).

A análise do gráfico 10, junto aos dados da tabela 7, evidencia a grande participação das quilombolas de gênero feminino nos cursos, e também a grandiosa proporção de quilombolas do gênero feminino que responderam ao questionário, sendo 87%. Isso não consiste em uma coincidência. Ao se conviver com as pessoas das comunidades quilombolas e pesquisar trabalhos na área, percebe-se o protagonismo feminino nas lutas e nas conquistas dessas coletividades (Figura 11).

Figura 11 — Alunas e professora quilombolas do curso *Artesanato em fibra de bananeira*

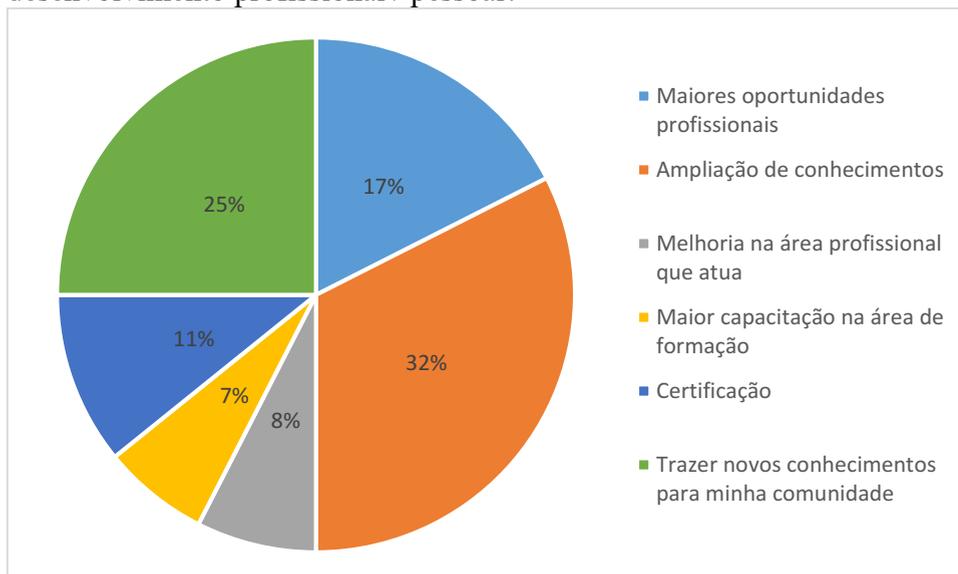
Fonte: Coordenação do Programa de Extensão (2022).

Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 91) destacam que,

Quando se fala em quilombo, pouco é dito sobre as mulheres quilombolas, apesar de a maior parte dos quilombos ser liderada por elas. Essa invisibilidade da presença feminina no quilombo se transpõe para os outros espaços que frequentamos, por exemplo as universidades, lugar em que as mulheres quilombolas enfrentam diversas dificuldades.

As autoras salientam que as mulheres quilombolas contribuem de forma relevante na produção de conhecimento sobre suas comunidades, bem como para a sua visibilização. Constituem-se como protagonistas, ao estarem presentes no ambiente acadêmico, além de contribuírem nas lutas por direitos quilombolas, questões sociais e ambientais, dentre outras. Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 91) relatam que, “de fato, nós, mulheres quilombolas, estamos na dianteira da construção de soluções para os problemas vividos no território”.

Gráfico 11 — Em qual sentido você considera que este curso irá contribuir com o seu desenvolvimento profissional / pessoal?



Fonte: A autora (2023).

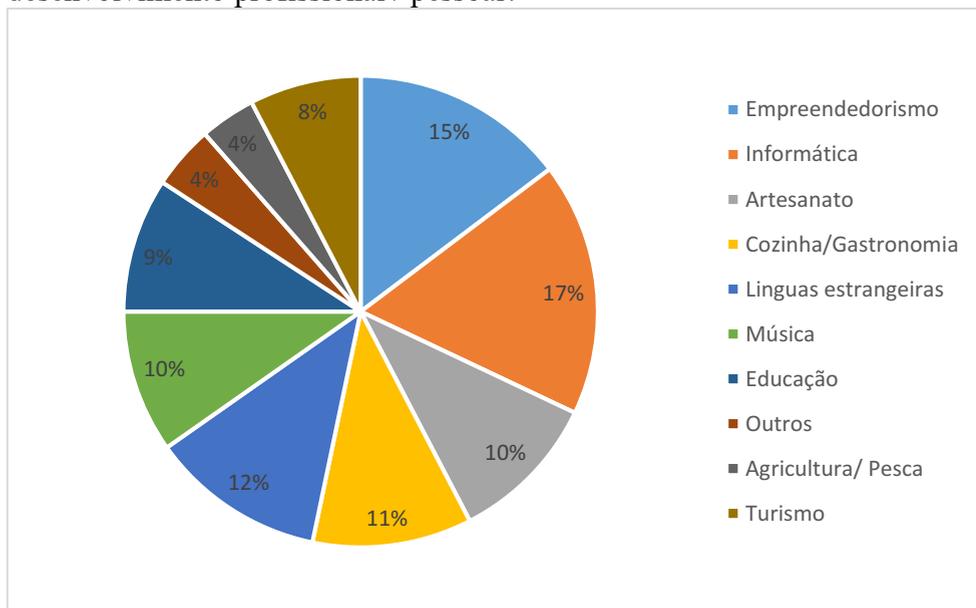
Em relação à contribuição dos cursos do programa de extensão para o desenvolvimento profissional / pessoal (Gráfico 11) dos respondentes quilombolas, 30% apontaram a ampliação de conhecimentos, seguidos de 25% que entendem os cursos como uma forma de trazer novos conhecimentos para suas comunidades, e de 17% para os quais os cursos podem trazer maiores oportunidades profissionais. A questão da certificação foi apontada por 11% dos respondentes; melhoria na área profissional em que atua, com 8%; e maior capacitação na área de formação, com 7% das respostas.

A partir dessas informações, compreende-se a importância, para essas pessoas, aos cursos de capacitação, para ampliar seus conhecimentos, bem como uma forma de levar novos saberes para suas comunidades e áreas de atuação. Nesse sentido, de acordo com Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 89), é grande a relevância de quilombolas, notadamente mulheres quilombolas, no ambiente acadêmico, que se configura como

[...] um espaço de encontro de saberes em que o acesso ao conhecimento científico agrega elementos à experiência dessas mulheres (mulheres quilombolas), qualificando suas aprendizagens, que elas podem devolver para suas comunidades. Por outro lado, a presença das mulheres quilombolas na universidade qualifica a academia e reforça a utilidade social do saber acadêmico, construindo pontes com as questões quilombolas e as lutas pelo e no território.

Cabe destacar o fato destas pessoas evidenciarem a importância de levar novos conhecimentos para suas comunidades.

Gráfico 12 — Qual curso de curta duração você considera que contribuiria para seu desenvolvimento profissional / pessoal?



Fonte: A autora (2023).

O gráfico 12 demonstra quais cursos de curta duração os quilombolas consideraram como de maior contribuição para seu desenvolvimento profissional ou pessoal. Notam-se áreas de maior interesse, de forma geral, sendo Informática a mais citada, por 17%; seguida de Empreendedorismo, com 15% dos respondentes; Línguas Estrangeiras, com 12%; Cozinha / Gastronomia, com 11%; e Artesanato e Música, ambas com 10%. Também foram citadas como áreas de interesse: Educação, Turismo, Agricultura / Pesca.

Vale destacar que, em 2022, o programa de extensão ofertou cursos FIC nas áreas de Empreendedorismo (*Gestão de negócios*), Línguas Estrangeiras (*Espanhol para o Turismo*); Cozinha / Gastronomia (*Higiene e manipulação de alimentos*), Artesanato (*Artesanato em fibra de bananeira*) e Agricultura / Pesca (*Noções básicas de compostagem*) (Figura 12).

Figura 12 — Curso de *Noções básicas de compostagem*, na Escola Municipal Nilo Batista (2022)



Fonte: Coordenação do Programa de Extensão (2022).

No *campus* Cabo Frio, ofertaram-se os cursos de *Cidadania Digital*, na área de Informática, e *Violão para iniciantes*, na área de Música; porém, tiveram apenas três participantes quilombolas, no total. Provavelmente, isso se justifique pela oferta para a comunidade em geral, e em horários que talvez não se adequem às necessidades dos quilombolas – ressaltando, ainda, a questão da distância do *campus*.

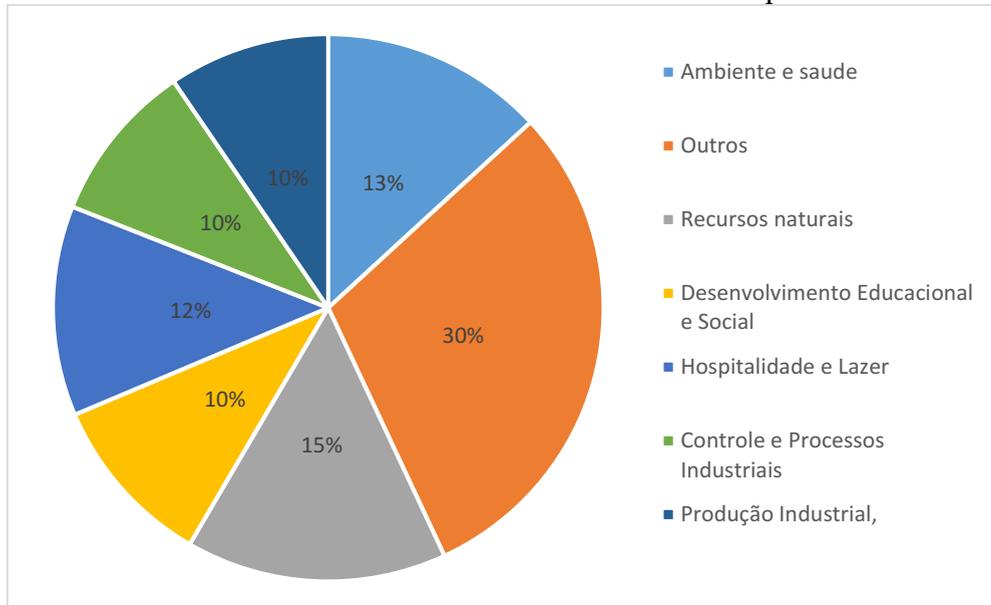
Quanto às áreas de interesse, as respostas demonstraram que o programa de extensão tem atuado em consonância com as vontades demonstradas pelo público, devido à participação ativa das lideranças quilombolas em sua construção. Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 89) destacam:

são imperativos esse diálogo e essa combinação de saberes para a mobilização de grupos aliados e dos órgãos oficiais do Estado, visibilizando a comunidade e suas lutas políticas, construindo novos meios e articulações para conquistar e assegurar direitos do povo quilombola. A mulher quilombola está o tempo todo lutando pela existência e permanência do quilombo e de seu povo, articulando uma rede de

colaboração em sua comunidade para possibilitar esse processo de luta (Sousa, Lima; Sousa, 2020, p. 89).

Nota-se a potencialidade do *campus* Cabo Frio para atender, de forma efetiva, as demandas das coletividades de seu entorno, com ensino regular e programas voltados especificamente para os quilombolas.

Gráfico 13 — Áreas de cursos técnicos de interesse dos respondentes

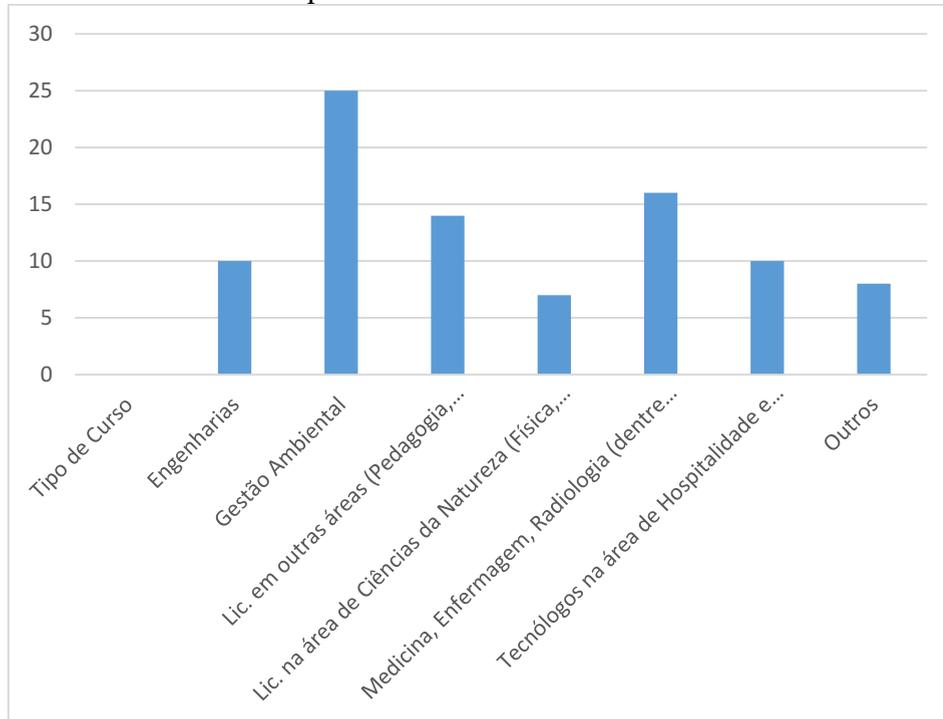


Fonte: A autora (2023).

Em relação às áreas de interesse de cursos técnicos mais relevantes (Gráfico 13), destaca-se a área de Recursos Naturais, com 15% das respostas; seguida de Ambiente e Saúde, com 13%; Hospitalidade e Lazer, com 12%; além das áreas de Controle e Processos Industriais, Produção Industrial e Desenvolvimento Educacional e Social, com 10% das respostas cada. Ressalta-se que a maior parte das respostas se referiu a outras áreas de cursos técnicos que não constavam no questionário, embora fossem sugeridos alguns exemplos de cursos de cada área.

Cabe frisar que o *campus* Cabo Frio possui ampla atuação nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer, Desenvolvimento Educacional e Social, também nos eixos de Produção Industrial, Controle e Processos Industriais, e Gestão e Negócios. Novamente, confirma-se a grande capacidade do *campus* Cabo Frio para formar quilombolas da região em seus cursos técnicos, o que gera capacitação e ampliação de renda para as pessoas dessas comunidades.

Gráfico 14 — Curso superior de interesse



Fonte: A autora (2023).

Quanto aos cursos superiores, o gráfico 14 demonstra grande interesse na área de Gestão Ambiental, mencionada por 25 pessoas. Em seguida, a área de Saúde, com 16 respostas; licenciaturas em outras áreas da Educação, como Pedagogia, Matemática, Linguagens e Ciências Humanas, com 14 respostas. Tanto os cursos de Engenharia, quanto os Tecnólogos na área de Hospitalidade e Lazer foram mencionados por dez respondentes, seguidos de outros cursos diferentes dos que constavam no questionário, com oito respostas. Licenciaturas na área de Ciências da Natureza foram citadas por sete pessoas.

Este interesse de muitos dos respondentes na área de Gestão Ambiental pode estar relacionado às práticas coletivas adotadas ancestralmente pelas comunidades quilombolas, além da preocupação com a conservação do meio ambiente de seus territórios.

O *campus* Cabo Frio possui estrutura para construir um curso superior voltado para a área de Gestão Ambiental, pois já oferta licenciaturas e pós-graduação *lato sensu* na área de Ciências da Natureza. Em seu planejamento, o *campus* pretende ofertar licenciatura em Ciências Biológicas, além de Mestrado em Meio Ambiente (Instituto Federal Fluminense, 2023c). Também, citou-se o interesse nas áreas de Engenharia e Tecnólogos em Hospitalidade e Lazer. Destaca-se que o *campus* oferta cursos de bacharelado em Engenharia Mecânica,

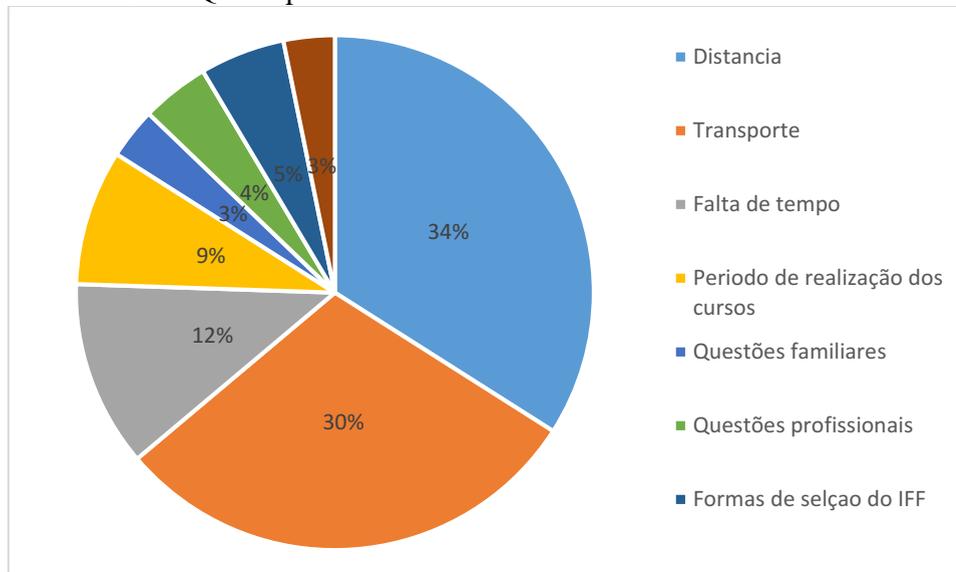
Tecnólogo em Gastronomia e Tecnólogo em Hotelaria. Desse modo, o *campus* possui grande capacidade de atender os estudantes quilombolas para sua formação de nível superior.

Em relação aos cursos de licenciatura, possuem relevante potencial para construir aprendizagens para os estudantes enquanto futuros docentes. No caso, o *campus* oferta licenciaturas em Biologia, Física e Química. Nesse sentido, a estruturação de um currículo voltado para as relações étnico-raciais propõem outros desdobramentos positivos, como destacado por Nazário (2020, p. 100):

[...] Foi na disciplina Relações Étnico-Raciais na Escola, recém-introduzida na grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no ano de 2010, que refleti pela primeira vez sobre o racismo estrutural em nossa sociedade. Refletir sobre essas histórias e resgatar a memória da família me levaram à autorreflexão, o que, por sua vez, deu início à desconstrução do racismo que habitava em mim e ao processo da minha autoidentificação como quilombola.

Dos cursos de Pós-Graduação, houve interesse nas seguintes áreas de conhecimento: Informática, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Engenharia, Gastronomia, Turismo, Serviço Social, Administração e Música.

Gráfico 15 — Quais questões dificultam seu acesso aos cursos do IFF?



Fonte: A autora (2023).

Cabe ressaltar que a distância é o aspecto de maior dificuldade para o acesso dos quilombolas aos cursos do IFF (Gráfico 15), com 34% das respostas; seguido muito próximo pelo transporte, com 30%. Também apontaram a falta de tempo, por 12% dos respondentes; período de realização dos cursos, por 9%; formas de seleção do IFF, por 5%; além de questões profissionais, com 4%; e familiares, com 3% das respostas. Vale destacar que, para viabilizar

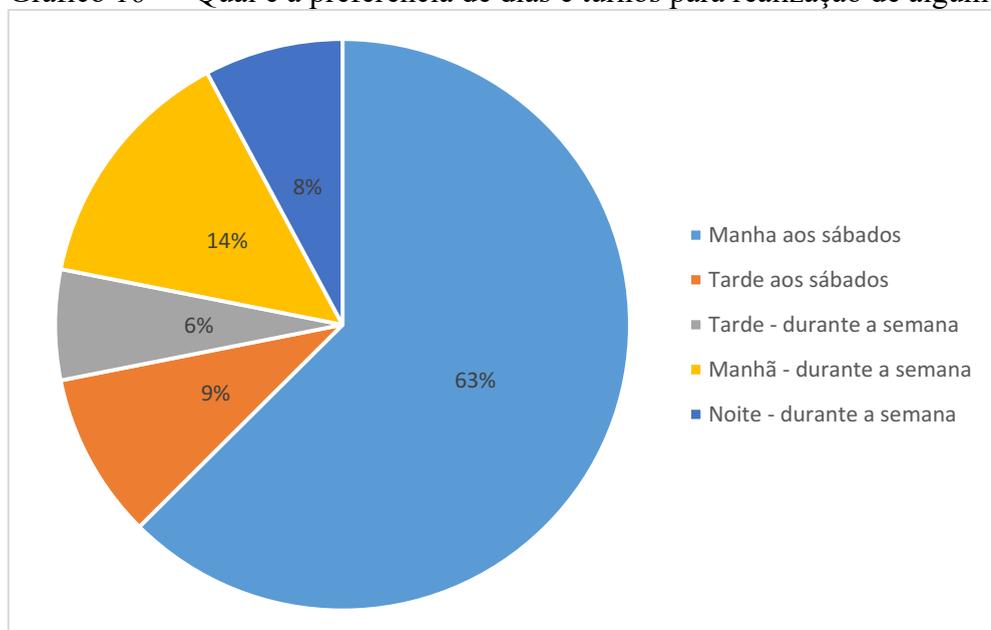
os cursos no programa de extensão, o IFF ofertou, dentro do possível, transporte que não estava no planejamento inicial, mas primordial para os bons resultados dos cursos.

As questões de distância e transporte devem ser considerados de forma integrada, pois representam uma séria dificuldade em relação à acessibilidade física destas coletividades ao *campus*.

Conforme apontado em CONAQ, pelas jovens quilombolas, algumas das principais dificuldades enfrentadas para terem uma educação de qualidade são: precariedade de transporte e merenda escolar; má conservação das vias de acesso às escolas; carência de infraestrutura adequada; e falta de acesso à internet. Outros pontos apareceram, como deficiências no currículo e formação docente inadequada. Em sua carta apresentada para Malala, elas destacam: “Nós, meninas quilombolas, queremos [...] transporte escolar para chegarmos à escola com dignidade e segurança, [...] manutenção frequente nas estradas que utilizamos para chegar às escolas [...]” (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2023b, p. 1).

Em relação ao problema de transporte, Silva *et al.* (2021, p. 75) alertam que: “[...] põem os nossos alunos e alunas em cima de caminhões para passar até quatro horas no caminho da escola. Não estão nem na escola, nem com suas famílias”. Nesse sentido, os planejamentos para realizar ações para essas coletividades necessitam considerar fortemente a viabilização de transporte digno para levar os educandos dessas comunidades à instituição, e/ou ofertar cursos ou disciplinas nas próprias comunidades.

Gráfico 16 — Qual é a preferência de dias e turnos para realização de algum curso do IFF?

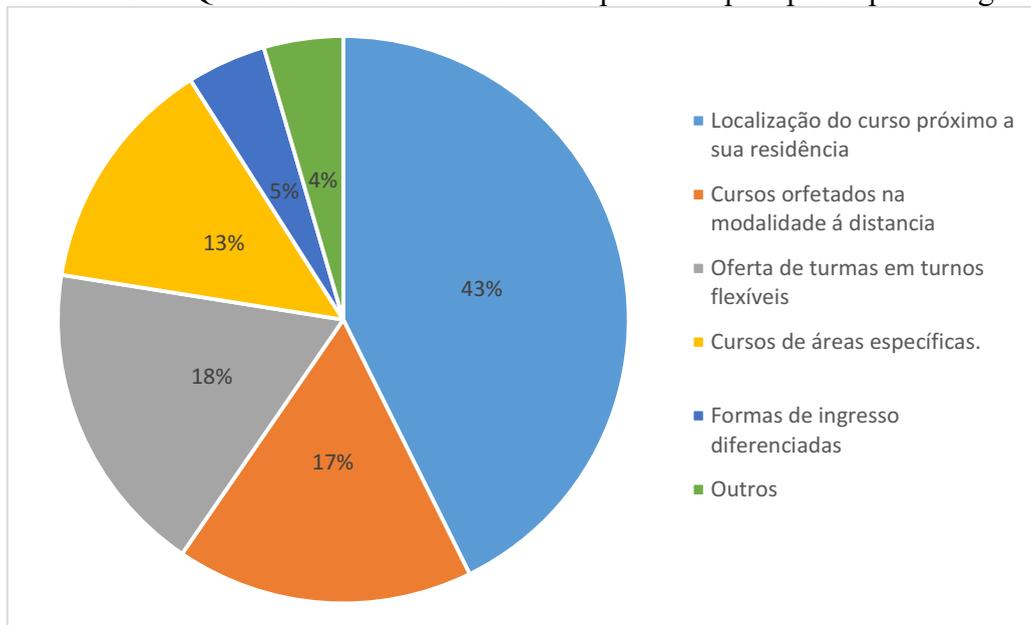


Fonte: A autora (2023).

A maioria dos quilombolas (63%) consideraram o sábado de manhã como dia/turno de preferência para realizar os cursos do IFF. Em segundo lugar, as manhãs durante a semana, com 14%; seguidas das tardes dos sábados, com 9%; as noites durante a semana, com 8%; e tardes durante a semana, com 6% das respostas (Gráfico 16). Nesse caso, importa pontuar que os cursos do programa de extensão, em sua oferta de FICs, no ano de 2022, atingiram, majoritariamente alunos trabalhadores. Por isso, é relevante refletir sobre esse resultado para o planejamento de novos cursos nessa modalidade.

Quanto aos fatores que os quilombolas se importam para poderem participar de algum curso de IFF (Gráfico 17), majoritariamente ponderaram a localização próxima à residência, com 43% das respostas. A oferta de turmas em turnos flexíveis foi considerada por 18% dos quilombolas, seguida de cursos ofertados na modalidade à distância, por 17%. Também avaliaram a importância da oferta de cursos de áreas específicas, com 13% das respostas, e formas de ingresso diferenciadas, com 5% dos quilombolas.

Gráfico 17 — Quais fatores você considera importantes para participar de algum curso do IFF?



Fonte: A autora (2023).

Esses resultados demonstram a grande relevância da oferta de cursos próximos, ou nas próprias comunidades, para os quilombolas poderem participar de forma efetiva, conforme apontado por 43% dos respondentes. As questões sobre a oferta de turmas em turnos flexíveis obtiveram 18% das respostas, seguidas da oferta de cursos na modalidade à distância, com 17%. Nesse sentido, cabe destacar a possibilidade de ofertar cursos em formato semipresencial, além

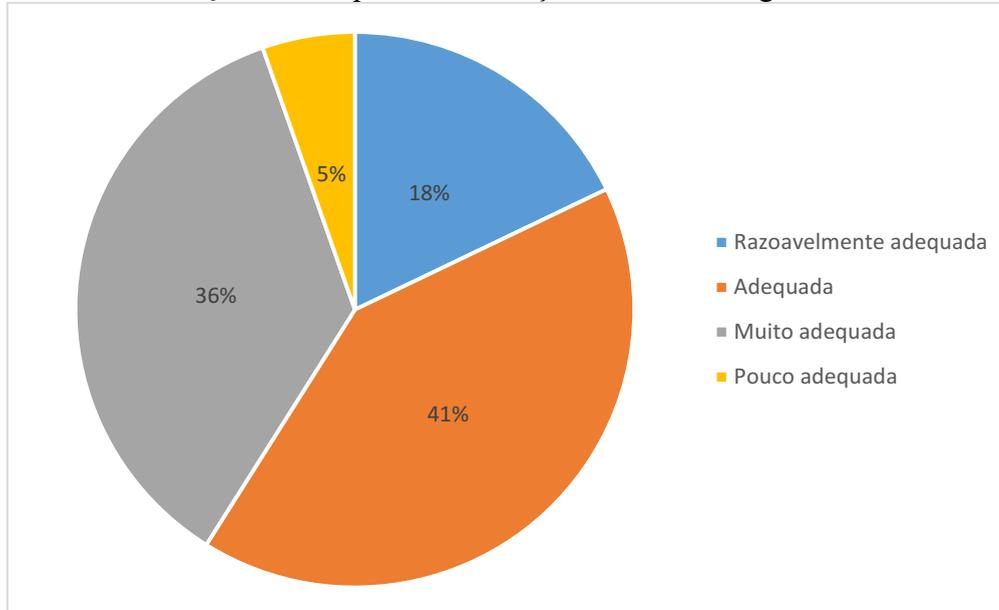
da importância de realizar parcerias para equipar as sedes das associações das comunidades quilombolas com aparelhos multimídia, e acesso à internet adequados às possibilidades da educação à distância.

Novamente, a questão da acessibilidade física representa um grande desafio para os quilombolas participarem de cursos no *campus*.

Apesar de apenas 5% dos respondentes terem pontuado formas diferenciadas de ingresso, é relevante o debate acerca da importância da *Lei de Cotas* no acesso de alunos negros em instituições públicas.

Contudo, destacamos as mudanças no campo educacional, sobretudo no Ensino Superior, com a implementação das cotas raciais para a população negra, indígenas e pessoas com deficiência, que mudaram a estética das universidades, principalmente das universidades públicas. Mas é igualmente inegável que mudanças mais profundas são necessárias nos currículos educacionais, nos vários níveis, de forma a provocar uma ruptura mais consistente no campo epistemológico. Se por um lado, a política de cotas como estratégia de inclusão social vem tornando a universidade mais plural, por outro exige que essa inclusão seja acompanhada de movimentos e mudanças no interior e nas estruturas das universidades para que garantam e respeitem algumas características próprias de grupos marcados pelo seu pertencimento étnico-racial (Silva *et al.*, 2021, p. 46).

Gráfico 18 — Qual é sua opinião em relação à forma de ingresso nos cursos regulares do IFF?



Fonte: A autora (2023).

Quanto à forma de ingresso aos cursos regulares do IFF, 41% dos respondentes disseram ser muito adequada, 36% adequada, 18% razoavelmente adequada, e 5% pouco adequada (Gráfico 18). Nesse sentido, a maioria dos quilombolas que responderam ao questionário (77%) entendem como satisfatória a forma de ingresso aos cursos regulares do IFF. Essa constatação

pode ser influenciada pela adoção da *Lei de Cotas* no âmbito do Instituto, desde 2012. No entanto, consideramos o que aponta Gomes (2017, p. 114), ao ressaltar que

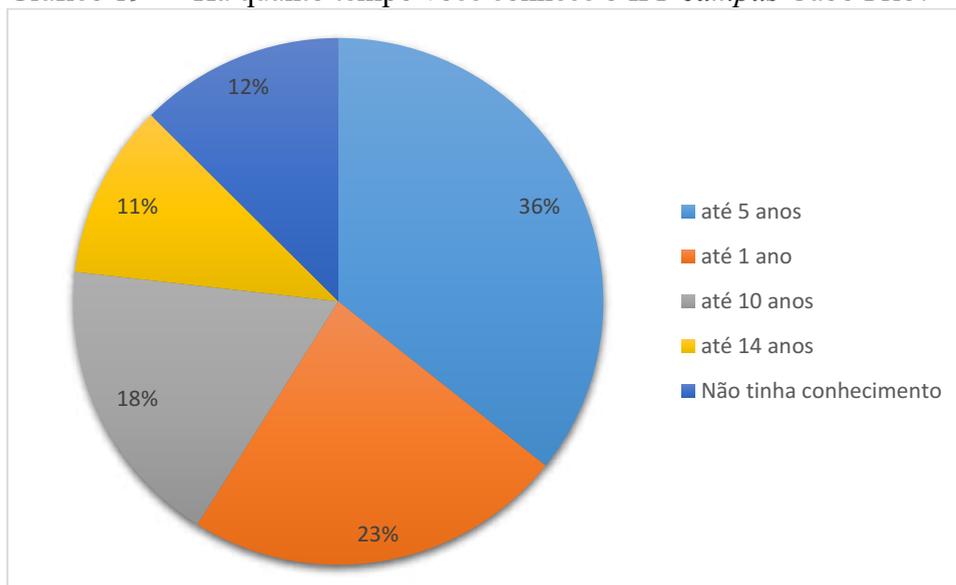
as instituições públicas de Ensino Superior, após a implementação das ações afirmativas mediante a Lei 12.711/12, têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de serem considerados ‘legítimos’.

Assim, as instituições de ensino devem estar atentas às especificidades deste público, propondo ações para a inclusão efetiva dos quilombolas na comunidade escolar. Portanto, destaca-se a urgência em possibilitar formas dignas de permanência e êxito nas instituições. Cabe ressaltar, de acordo com Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 93), que

[...] algumas universidades apresentam políticas públicas para apoiar os estudantes quilombolas, como a cota quilombola e a bolsa permanência. [...] A cota quilombola possibilita que muitos jovens da comunidade hoje possam ter acesso à universidade, e a bolsa permanência garante auxílio financeiro para que eles se mantenham lá.

Desse modo, o IFF precisa buscar cada vez mais formas de incluir e mostrar que também é espaço de pertencimento para essas coletividades, com base nos pilares da EPT.

Gráfico 19 — Há quanto tempo você conhece o IFF *campus* Cabo Frio?

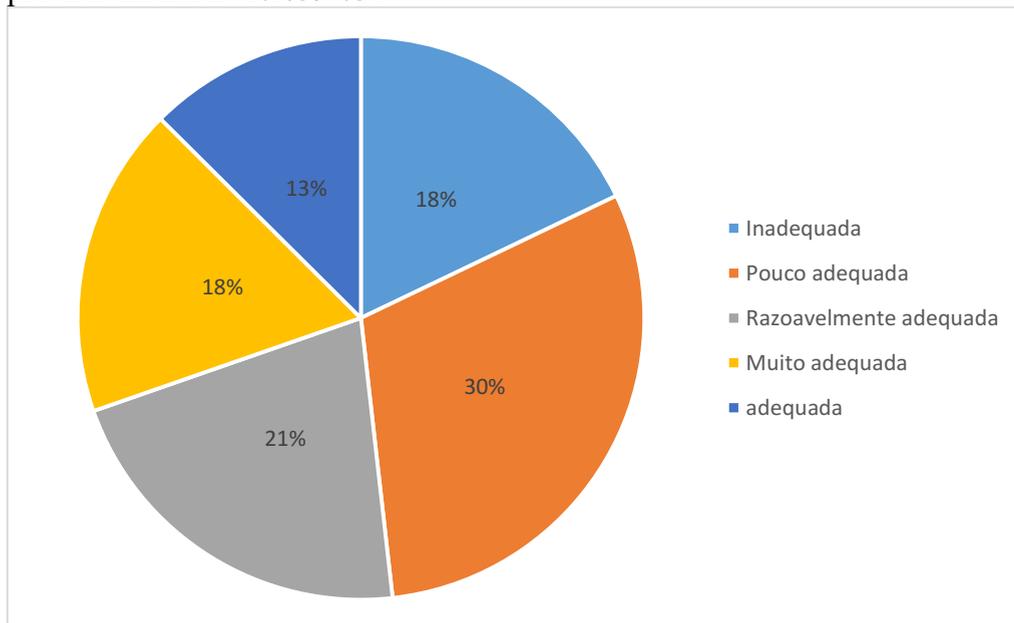


Fonte: A autora (2023).

Em relação ao conhecimento dos quilombolas sobre o tempo de existência do IFF *campus* Cabo Frio (Gráfico 19), a maioria dos respondentes (36%) informou que conhece o

*campus* há até cinco anos; seguidos de 23% que afirmaram conhecer há até um ano. 18% disseram conhecer há até dez anos, enquanto 12% informaram não ter conhecimento anterior, e 11%, há até 14 anos. Esses dados demonstram que a maioria dos respondentes possuem conhecimento mais recente sobre o *campus* Cabo Frio. Isso demonstra a necessidade de o *campus* realizar cada vez mais ações para se aproximar dessas coletividades e incluí-las em sua comunidade escolar.

Gráfico 20 — Você considera que a história e a cultura quilombola estão inseridos no currículo escolar dos estudantes do ensino público de forma adequada, de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/03?



Fonte: A autora (2023).

Em relação à inserção da história e cultura quilombola no currículo escolar nas escolas públicas, de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/03, o gráfico 20 demonstra que 30% dos respondentes consideram pouco adequada; 21% razoavelmente adequada, 18% inadequada, 18% muito adequada, e 13% adequada. Essas respostas demonstram que a maioria dos quilombolas (69%) não considera satisfatória a forma como sua história e cultura se inserem no currículo escolar da rede pública de ensino. Nesse sentido, Nazário (2020, p. 103) ressalta que, a partir de suas experiências na Universidade que resultaram no seu processo de valorização enquanto mulher quilombola, passou a entender a relevância da educação quilombola.

Compreendi assim a importância de, desde o Ensino Básico, possibilitar oportunidades para que os indivíduos aprendam quem são, tomem consciência de sua condição de sujeitos históricos, produtores de cultura que agem e interagem no mundo a partir de seu lugar social. E para a compreensão desse lugar social é necessário que o indivíduo entenda que sua biografia tem uma dimensão histórica complexa na qual

sua condição presente e a subjetividade se constituem. A compreensão da vida social só pode acontecer sob uma abordagem processual que não se limite a contextos temporalmente curtos ou restritos ao presente e à consciência dos sujeitos, inserindo-os em cadeias causais e de significado, ou em desenvolvimento, de longa duração.

A autora pontua que, a partir dessa autovalorização e seu envolvimento com o movimento quilombola, passou a compreender o papel da escola como

espaço de fortalecimento (ou de negação) da história e da memória das famílias negras e quilombolas. Essa é uma das razões que motiva a luta do movimento quilombola por uma educação diferenciada [...] (Nazário, 2020, p. 102).

Ao se referir à questão da educação para a decolonialidade, Silva *et al.* (2021, p. 73) ressaltam que “[...] entendemos que seja sair do lugar de objeto e ocupar o lugar de sujeito de nossa história. Deixar de só escutar os outros para levar e fazer com que as pessoas nos escutem”. Dessa maneira, cabe destacar o que diz Nunes (2021, p. 90):

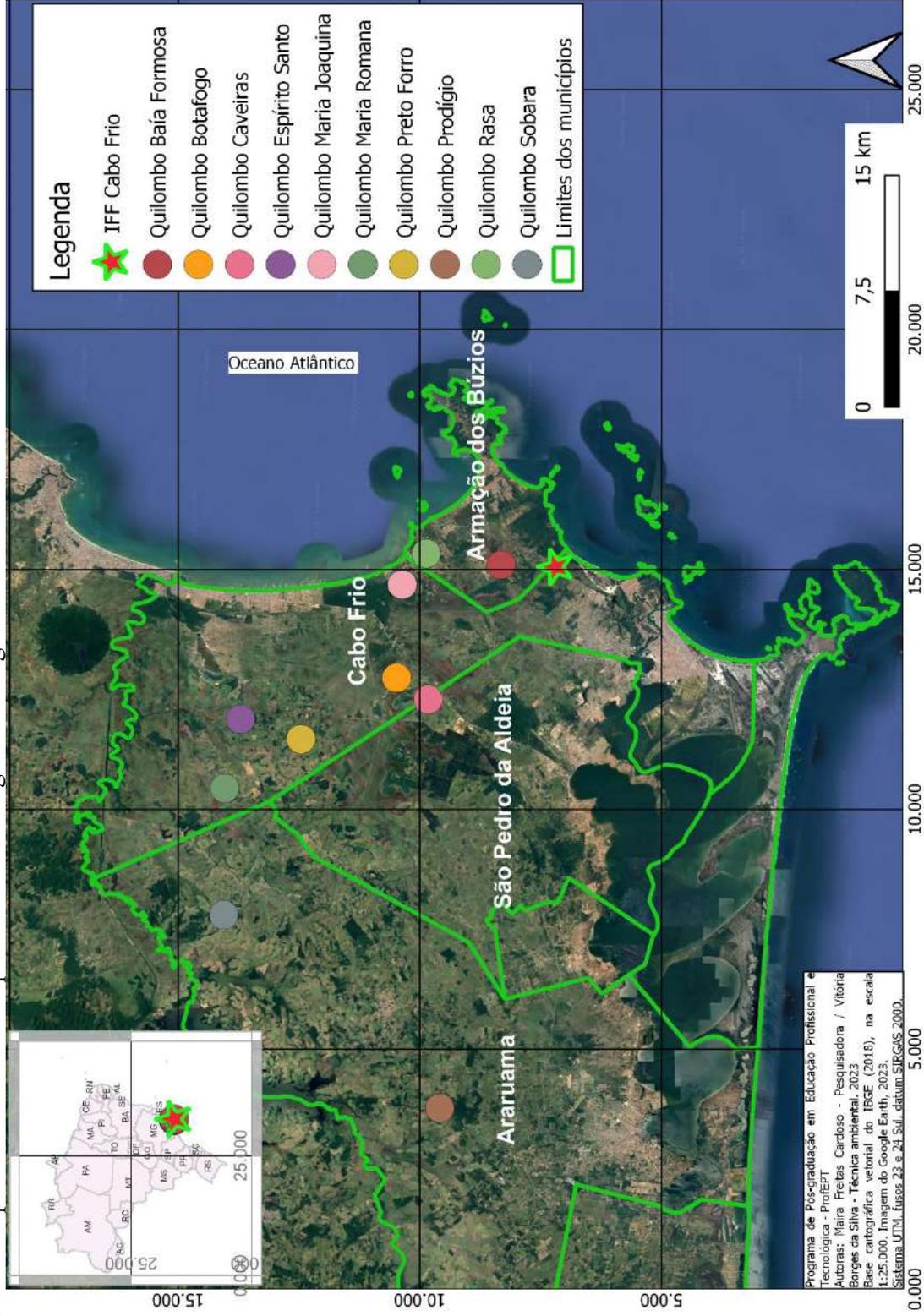
A insistência em um pensar e agir coletivo, de uma práxis que refunde um sentido de educação, um sentido de humanidade, que abarque diferentes e diferenças, leva a ressaltar que o diálogo acerca da Educação Escolar em quilombos deve abraçar a educação em todo o sistema educacional brasileiro e em todas as formas de sua produção, na multiplicidade de espaços, em uma permanente relação de corresponsabilidade e interdependência.

Assim, é imprescindível a luta coletiva para efetivar de uma educação decolonial e antirracista, como forma de construir uma sociedade mais justa e digna para todos.

#### 4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

Com base nas informações coletadas sobre o programa de extensão, bem como as comunidades quilombolas no entorno no IFF Cabo Frio e no IFF, desenvolveu-se o produto educacional SIG comunidades quilombolas IFF. A seguir, estão os mapas resultantes da elaboração do referido SIG. O mapa 4 consiste em um mapa confeccionado a partir de um projeto SIG, com o intuito de localizar as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, além do IFF *campus* Cabo Frio. No projeto, foram inseridas informações sobre cada uma das comunidades, de acordo com o quadro 4. Constam também *links* com informações importantes sobre as comunidades (Figura 13), bem como as respostas dos questionários (Figura 14) alocadas nos pontos geográficos onde se realizaram os cursos.

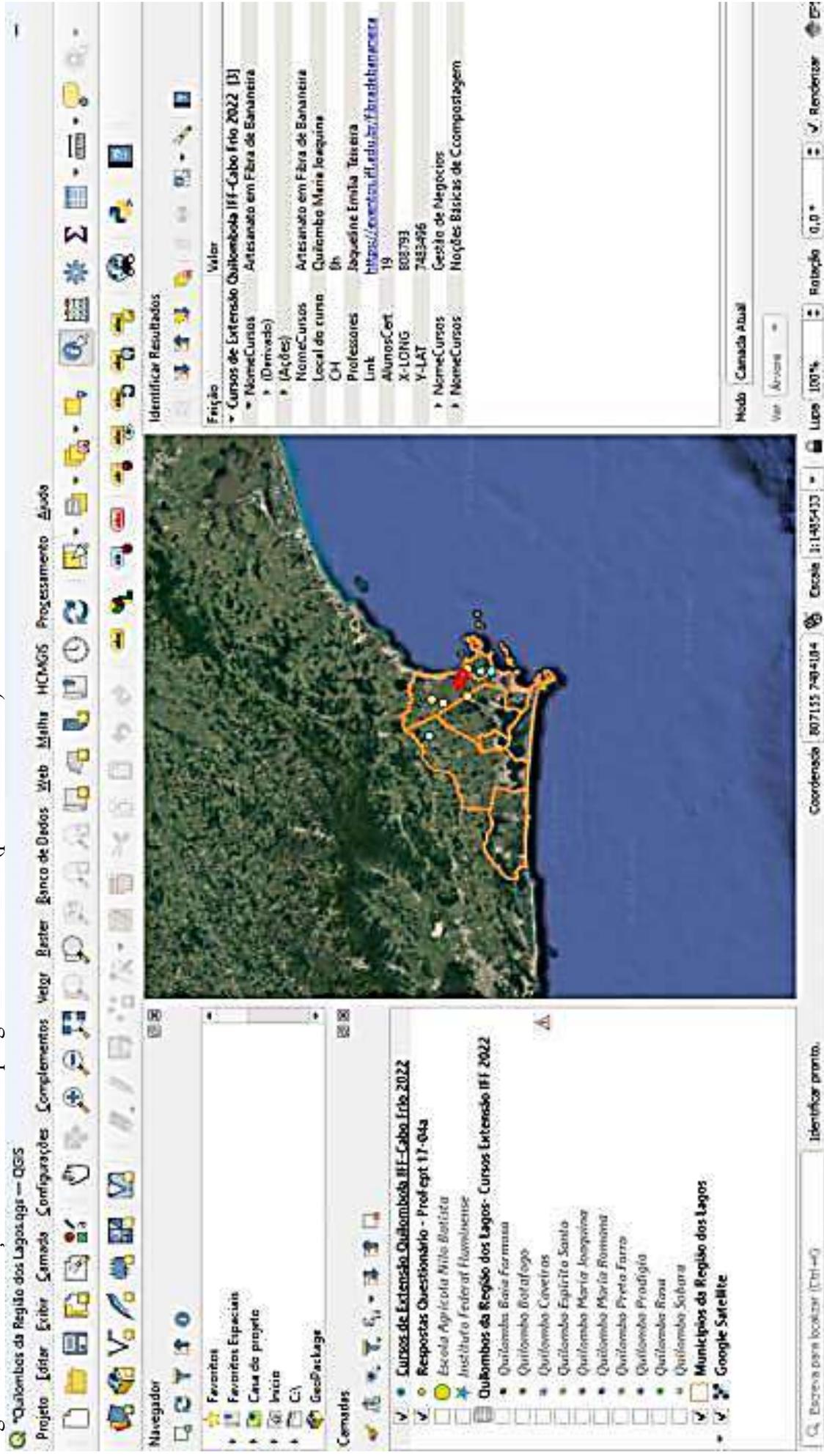
Mapa 4 — Mapa das comunidades quilombolas da Região dos Lagos



Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT  
 Autoras: Maira Freitas Cardoso - Pesquisadora / Vitória Borges da Silva - Técnica ambiental, 2023  
 Base cartográfica vetorial do IBGE (2018), na escala 1:25.000. Imagem do Google Earth, 2023.  
 Sistema UTM\_fusos 23 e 24 Sul, datum SURGAS 2000.

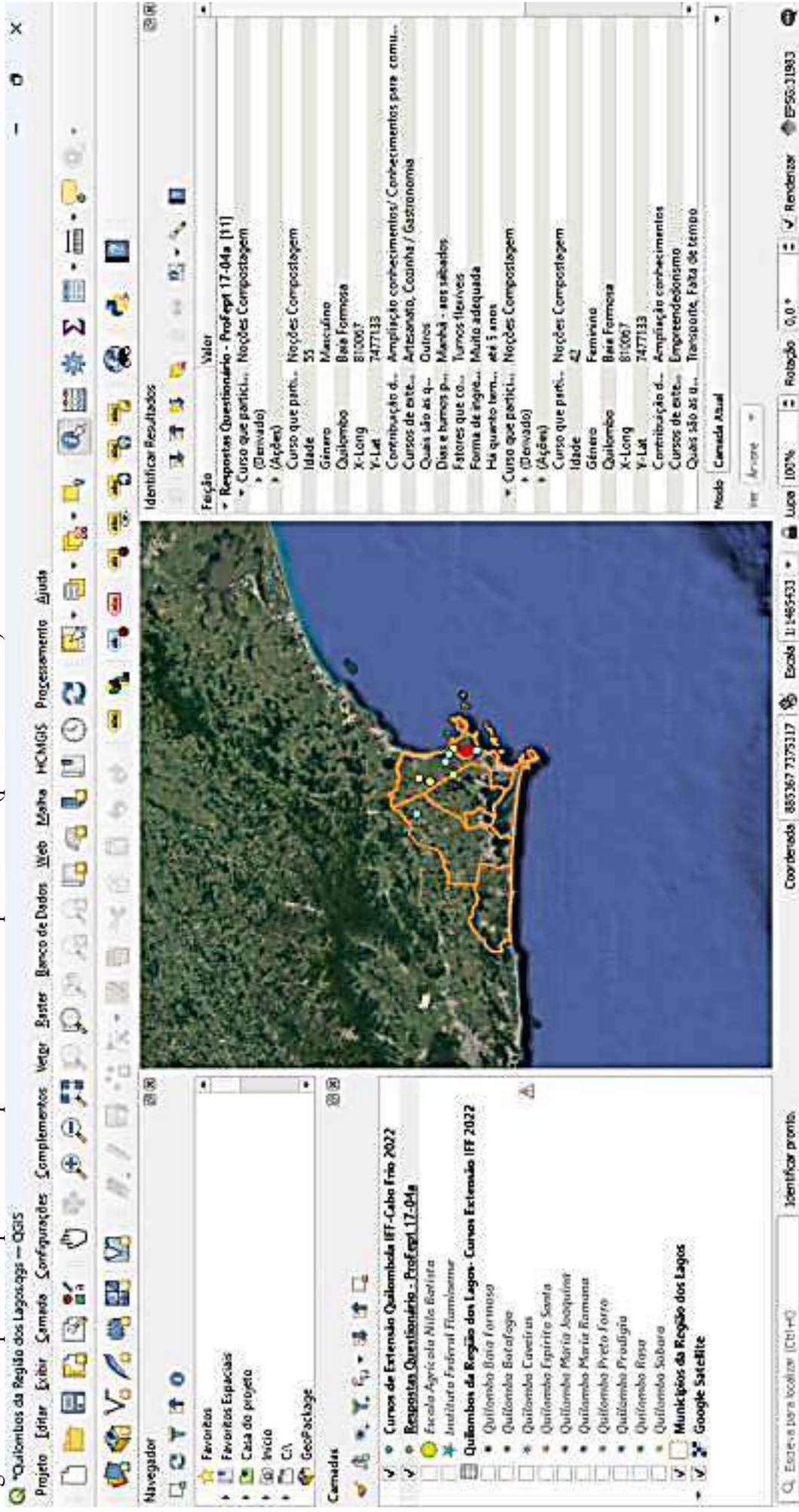
Fonte: A autora (2023).

Figura 13 — Informações dos cursos do programa de extensão (por comunidade)



Fonte: A autora (2023).

Figura 14 — Respostas ao questionário aplicado aos alunos quilombolas (por comunidade)



Fonte: A autora (2023).

### Quadro 4 — Respostas ao questionário aplicado aos alunos quilombolas

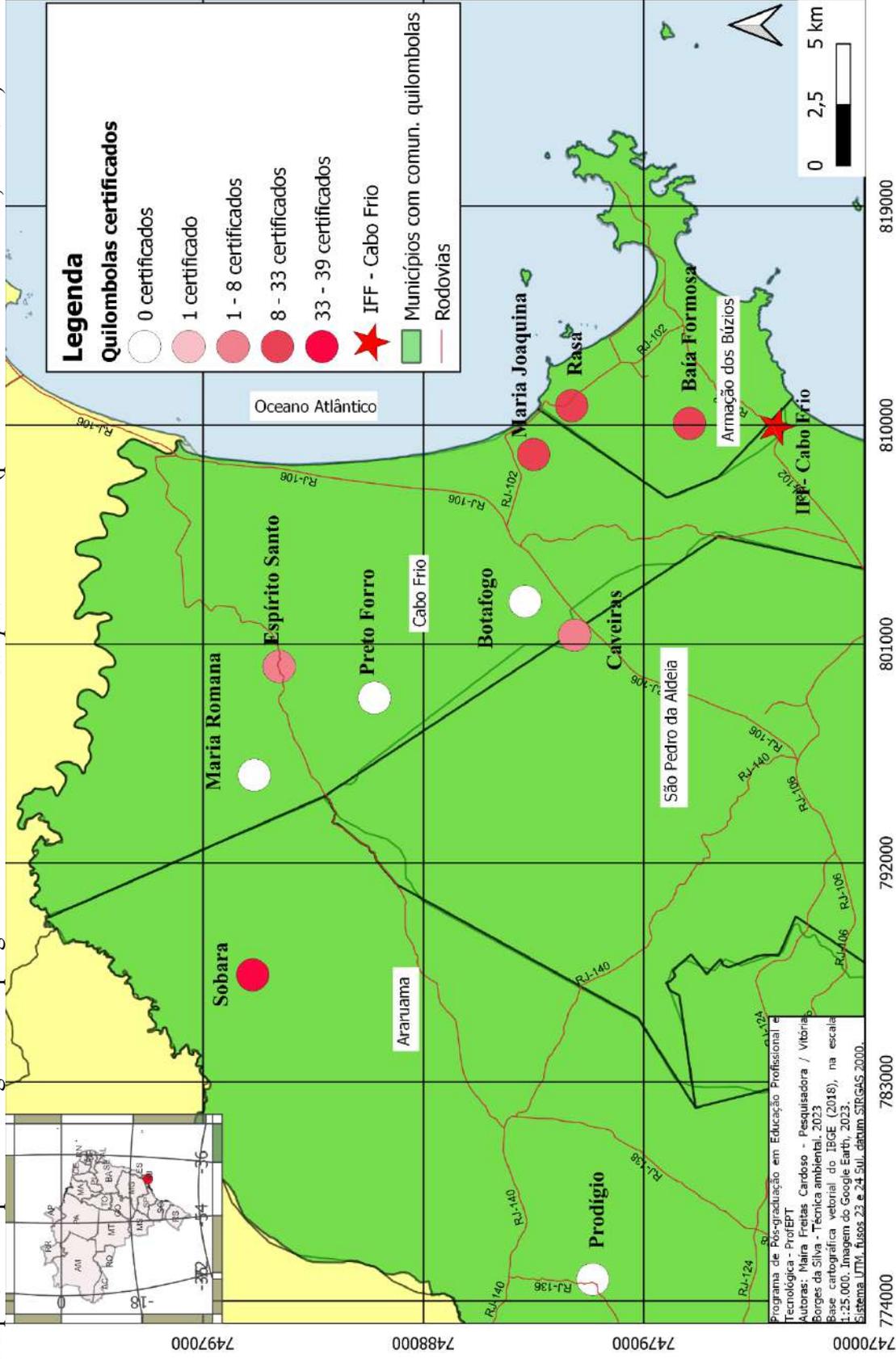
Respostas Questionário - ProfEpt 17-04a — Total de feições: 55, Filtrada: 55, Seleccionada: 0

Curso que participou	Idade	Gênero	Quilombo	X-Long	Y-Lat	Para desenvolver	de extensão preferida	o que são as questões que dificultam seu acesso aos cursos de	os turnos preferidos	importantes para o curso
Gestão Negócios	29	Feminino	Caveira	801360	7481829	Oportunidades ...	Empreendedor...	Distância, Transporte, Finanças, Formas de seleção	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Artesanato Ban...	34	Feminino	Espirito Santo	800071,24	7493891,68	Conhecimento...	Informática, E...	Distância, Transporte, Finanças	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	35	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Conhecimento...	Empreendedor...	Distância	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	40	Masculino	Sobara	787397,46	7494972,69	Conhecimento...	Música	Distância	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Noções Compo...	28	Feminino	Preto Forro	798783,98	7490001,98	Ampliação con...	Empreendedor...	Distância, Transporte, Finanças	Manhã - aos sáb...	Cursos à distân...
Gestão Negócios	47	Feminino	Preto Forro	798783,98	7490001,98	Conhecimento...	Cozinha / Gastr...	Falta de tempo	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	31	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Oportunidades ...	Informática, Co...	Distância, Transporte, Finanças	Manhã - durant...	Local de realiza...
Gestão Negócios	36	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Ampliação con...	Educação	Distância, Transporte, Finanças	Manhã - durant...	Local de realiza...
Gestão Negócios	25	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Oportunidades ...	Outros.	Distância, Transporte	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	27	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Ampliação con...	Informática, E...	Distância, Transporte, Finanças	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	15	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Ampliação con...	Informática, E...	Distância, Transporte	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	19	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Ampliação con...	Informática, E...	Distância, Transporte	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	21	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Oportunidades ...	Informática, E...	Distância, Transporte	Manhã - durant...	Local de realiza...
Gestão Negócios	33	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Oportunidades ...	Informática	Distância	Tarde - aos sáb...	Cursos à distân...
Gestão Negócios	26	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Oportunidades ...	Informática, E...	Distância, Transporte	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	18	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Ampliação con...	Empreendedor...	Finanças	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	27	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Conhecimento...	Informática	Falta de tempo	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Noções Compo...	35	Feminino	Espirito Santo	800071,24	7493891,68	Oportunidades ...	Artesanato	Período de realização dos cursos	Manhã - aos sáb...	Local de realiza...
Gestão Negócios	16	Feminino	Sobara	787397,46	7494972,69	Oportunidades ...	Cozinha / Gastr...	Distância, Transporte, Questões financeiras, Outros	Tarde - durante ...	Local de realiza...
Noções Compo...	55	Masculino	Baía Formosa	810067	7477133	Ampliação con...	Artesanato, Coz...	Outros	Manhã - aos sáb...	Turnos flexíveis

Mostrar todos os feições

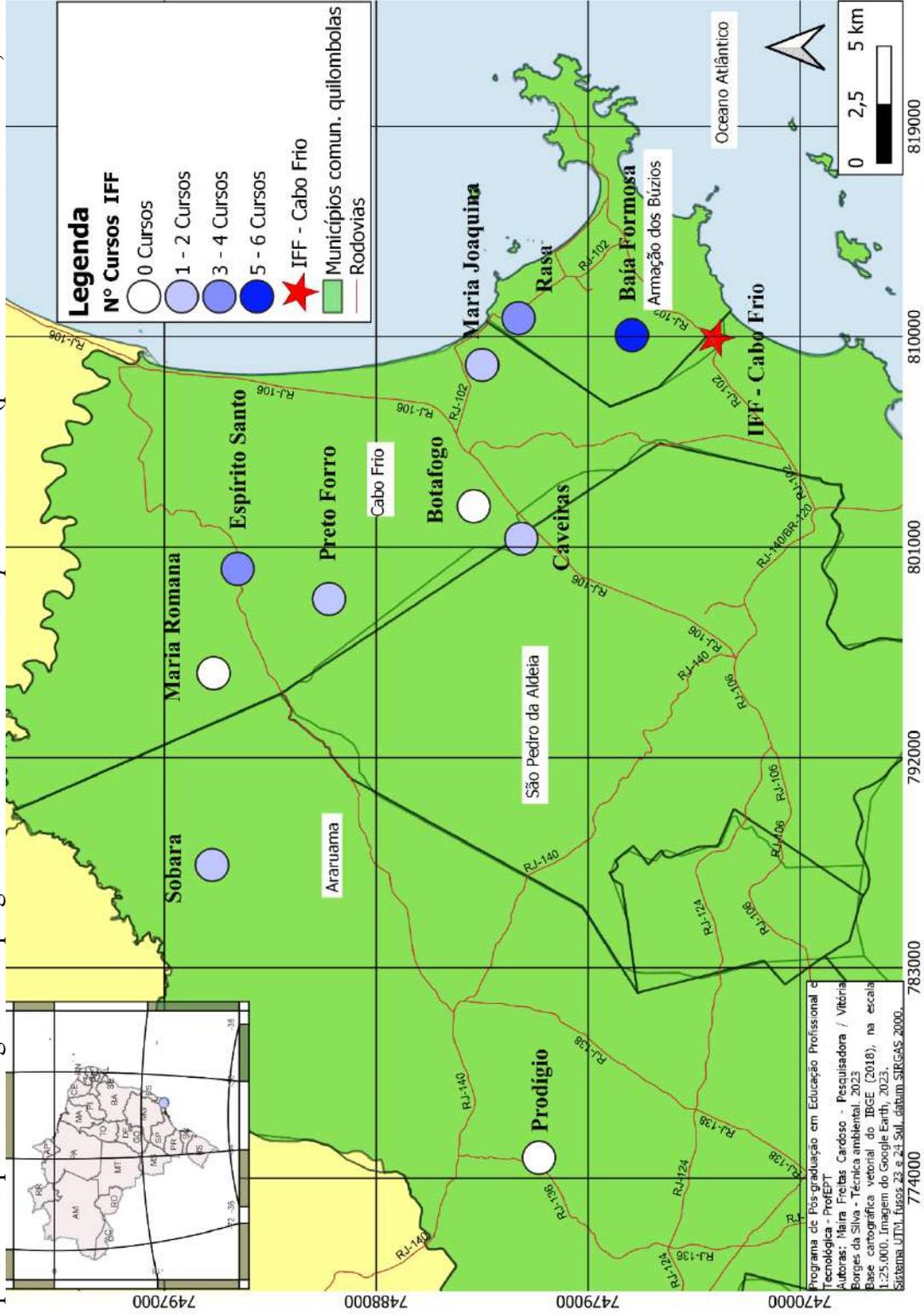
Fonte: A autora (2023).

Mapa 5 — Mapa de abrangência do programa de extensão do IFF campus Cabo Frio (por número de certificados, em 2022)



Fonte: A autora (2023).

Mapa 6 — Mapa de abrangência do programa de extensão do IFF campus Cabo Frio (por número de cursos ofertados, em 2022)



Fonte: A autora (2023).

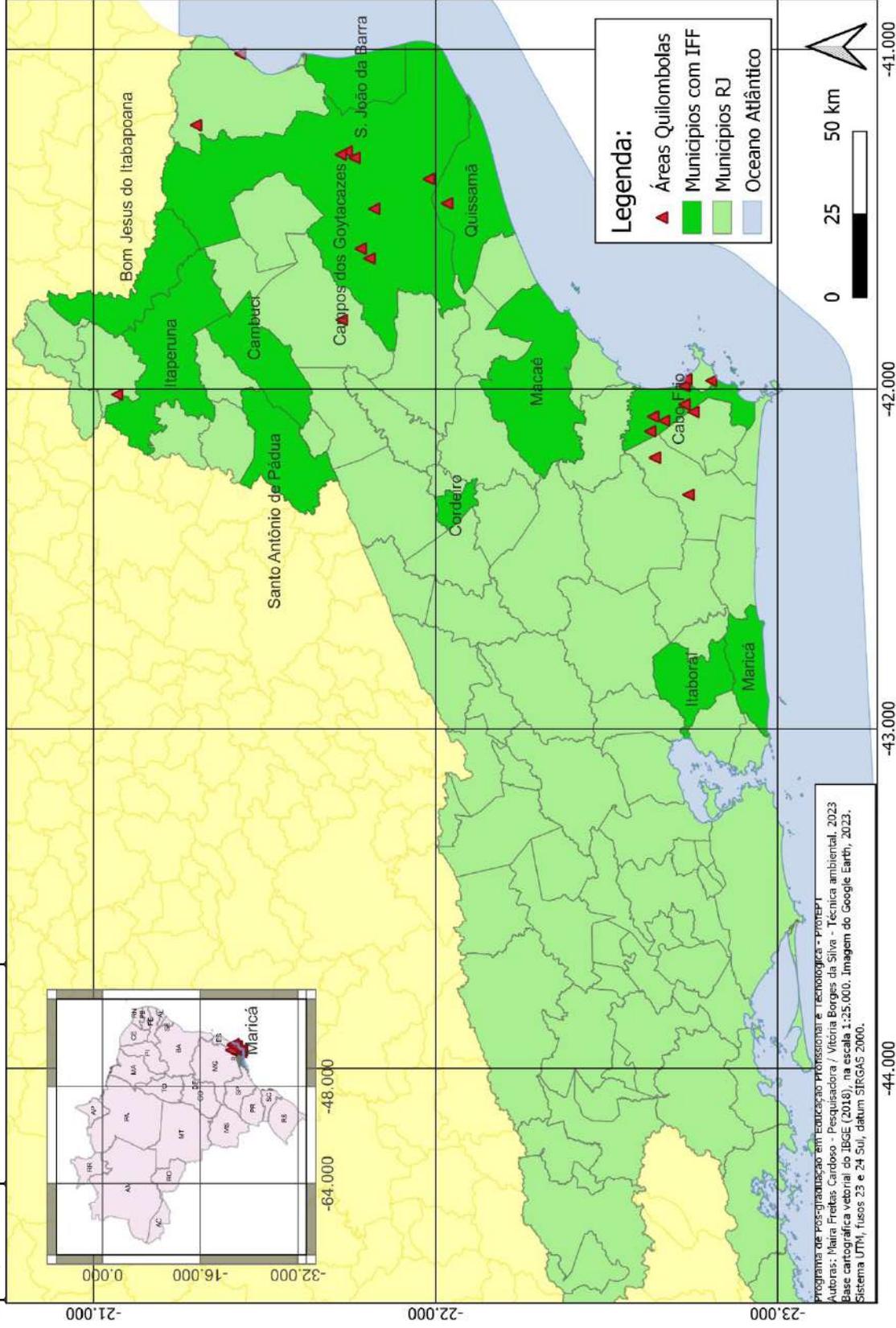
A partir dessas informações, desenvolveu-se o projeto que resultou nos mapas 5 e 6. O mapa 5 demonstra, de acordo com o número de certificados, quais comunidades mais participaram dos cursos do programa de extensão. É perceptível a grande participação da comunidade de Sobara, seguida das comunidades de Baía Formosa, Maria Joaquina e Rasa.

Já no mapa 6, foi analisado o envolvimento dessas comunidades, de acordo com o número de cursos que as alcançaram. Com isso, nota-se a grande participação das comunidades de Baía Formosa, seguida das comunidades da Rasa e Espírito Santo. Em ambos os casos, identifica-se a ausência de quilombolas das comunidades de Botafogo, Maria Romana e Prodígio. Em relação à grande participação de quilombolas de Sobara, de acordo com o número de certificados, apesar do mesmo resultado não figurar em relação ao número de cursos, pode dever-se ao fato de que foi ofertado apenas o curso de *Gestão de negócios*, porém na própria comunidade, o que resultou em uma participação significativa.

Quanto à participação das comunidades de Baía Formosa, Maria Joaquina e Rasa em relação ao número de certificados, mesmo não diretamente ligada ao número de cursos ofertados, relaciona-se à proximidade dessas comunidades com o *campus* Cabo Frio, bem como ao fato de alguns desses cursos terem sido ofertados nas próprias comunidades. Cabe ressaltar a certa proximidade dessas comunidades entre si.

No que se refere à não participação de quilombolas das comunidades de Botafogo, Maria Romana e Prodígio, é importante estabelecer novas conversas com os representantes, para entender o motivo e quais formas de atendê-las nas ações desenvolvidas. Então, realizamos o projeto que resultou no mapa 7, o qual demonstra as comunidades quilombolas existentes na área de abrangência do IFF como um todo.

Mapa 7 — Mapa das comunidades quilombolas no entorno do IFF



Fonte: A autora (2023).

Quadro 5 — Comunidades quilombolas do entorno no IFF (por município)

<b>Comunidade quilombola</b>	<b>Município</b>
Prodígio	Araruama
Sobara	Araruama
Baía Formosa	Armação dos Búzios
Rasa	Armação dos Búzios
Botafogo	Cabo Frio
Espírito Santo	Cabo Frio
Maria Joaquina	Cabo Frio
Maria Romana	Cabo Frio
Preto Forro	Cabo Frio
Conceição de Imbé	Campos dos Goytacazes
Cumbucá	Campos dos Goytacazes
Aleluia	Campos dos Goytacazes
Batatal	Campos dos Goytacazes
Sossego	Campos dos Goytacazes
Lagoa Fea	Campos dos Goytacazes
Custodópolis	Campos dos Goytacazes
Cruzeirinho	Natividade
Machadinha	Quissamã
São Benedito	São Fidélis
Deserto feliz	São Francisco do Itabapoana
Barrinha	São Francisco do Itabapoana
Caveiras	São Pedro da Aldeia

Fonte: A autora (2023).

Conforme o mapa 7 e o quadro 5, existem 22 comunidades quilombolas na área de atuação do IFF. A partir dessa informação, pode-se refletir sobre a importância da atuação do Instituto em prol dessas comunidades, bem como a inclusão efetiva dos quilombolas na comunidade acadêmica. Nesse sentido, cabe ressaltar a relevância de projetos de extensão, bem como outras ações para integrar os quilombolas nos espaços de construção do conhecimento.

Outro ponto primordial para o IFF atender cada vez mais essas coletividades é a construção de programas de permanência que as atendam de forma concreta, de acordo com suas demandas. Vale destacar que outras análises podem ser feitas, a partir desses mapas e das informações inseridas nas tabelas de atributos dos projetos SIG. Novos dados também podem ser inseridos, para poder criar avaliações e planejamentos. O capítulo 5 deste trabalho explica como se desenvolveu o presente PE em seu processo, além da avaliação e da validação. Conforme destacado por Gomes (2017, p. 137),

[...] diante do direito à diversidade, a teoria educacional é desafiada a conhecer e destacar aquilo que nos une sem perder de vista o que nos diferencia. A Educação, de um modo geral, deveria ser o campo por excelência a construir muitas entradas e saídas nas fronteiras que nos separam.

Destaca-se a relevância de projetos de extensão e práticas de educação não formal para a promoção de reflexões acerca da cultura, das vivências e dos saberes das comunidades quilombolas, assim como a importância para a formação dos estudantes das licenciaturas e demais cursos na participação do programa de extensão, ações de aproximação e permanência dos educandos quilombolas no *campus* Cabo Frio.

Cabe ressaltar os pontos congruentes nas respostas dos questionários, nas análises do produto educacional e nas publicações pesquisadas: a) a importância do reconhecimento e do respeito à identidade quilombola; b) os objetivos de colaborar com a formação e a qualificação voltadas para o desenvolvimento local e regional, com base no desenvolvimento sustentável e na inclusão social; c) a necessidade de elaborar um currículo pautado na inter e transdisciplinaridade; e d) a institucionalização de ações voltadas para efetivar a educação quilombola.

Dessa forma, o IFF *campus* Cabo Frio e instituições de EPT, como um todo, possuem enorme capacidade de atender e incluir os quilombolas em sua comunidade escolar, proporcionando um ambiente de interlocução entre saberes que oportunizam a formação de cidadãos críticos e conscientes, construindo assim uma educação emancipadora.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL — SIG

O PE consiste em um produto ou processo educativo, com aplicabilidade em ambientes reais de aprendizagem, e desenvolve-se no processo de construção da dissertação, de modo a se refletir na sua criação e aplicação, com base no referencial teórico e metodológico. Como exemplos de produtos educacionais, citam-se: aplicativos, sites, jogos, vídeos, sequências didáticas, cartilhas, exposições, dentre outros (Brasil, 2019).

Durante o processo de desenvolvimento do PE em conjunto com a dissertação, o mestrando se transforma, aprofundando-se em seu tema, e produz uma aplicabilidade prática. Como apontado por Rôças, Moreira e Pereira (2018, p. 67),

o mestrando, autor do PE, envolve-se no processo de identificação do problema (de ordem prática), com base em referencial teórico-metodológico consistente e coerente, reflete, propõe encaminhamentos / soluções para abordar o problema identificado, aplica e testa o PE, retomando criticamente a primeira versão para compor a versão final que acompanha o texto dissertativo.

De acordo com Rizzatti *et al.* (2020), as etapas de elaboração de um PE são as seguintes: identificação do problema abordado; definição das etapas, idealização e elaboração do produto; aplicação, avaliação e validação do PE; e reflexão teórico-metodológica do PE. Dentre os diversos produtos educacionais que podem ser elaborados na área de ensino, o PE aqui desenvolvido se enquadra na tipologia de Tecnologia Social, definida por Rizzatti *et al.* (2020, p. 4) como “método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e/ou apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida [...]”.

O SIG desenvolvido como resultado da presente pesquisa, denominado “SIG comunidades quilombolas da Região dos Lagos”, possui a potencialidade de observar questões geográficas/ambientais para relacionar motivos e ideias que embasam planejamento de ações, em consonância com a descrição de um PE de Tecnologia Social.

### 5.1 SIG COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO DOS LAGOS

Os SIGs são ferramentas computacionais que possibilitam manipular e integrar dados provenientes de diversas fontes, consistindo em *softwares* livres e gratuitos. Com isso, é possível criar um banco de dados digital com informações georreferenciadas de forma precisa e eficiente, segundo Câmara, Davis e Monteiro (2001). As definições de SIG são um reflexo da

variedade de usos e perspectivas possíveis dessa tecnologia, demonstrando a abordagem interdisciplinar de aplicação.

Esses sistemas permitem integrar informações geográficas de diversas fontes em um único banco de dados, como dados cartográficos, dados censitários, imagens de satélite, dentre outras; possuindo ferramentas para recuperar, manipular e visualizar esses dados. De acordo com Bossle (2017, p. 24),

os SIGs (Sistemas de Informações Geográficas) são programas de computador destinados a trabalhar matematicamente as informações geográficas e alfanuméricas para gerar informações baseadas em algoritmos pré-definidos. Com isso, é possível realizar análises variadas e obter resultados que possibilitem a tomada de decisões.

Os SIGs representam uma valiosa ferramenta para o geoprocessamento. Por intermédio das suas funcionalidades, é possível realizar ações de planejamento ou de avaliação em diversas áreas, como: ambientais, socioeconômicas, educacionais, dentre outras. A utilização de SIGs para esses fins é cada vez maior, instituições públicas ou privadas, para embasar a tomada de decisões ou para planejamento e avaliações.

As informações inseridas no *software* constituem um banco de dados que pode conter diversos tipos de informação, como dados numéricos, *links* para sites, dados textuais e outros. Pode-se configurar o SIG para estabelecer comparações entre os dados colocados no banco de dados, trazendo panoramas abrangentes para subsidiar diagnósticos. Além disso, é possível inserir novas informações constantemente, para estabelecer novas perspectivas.

O surgimento de SIGs [...] aproximou as pessoas para o mundo das geotecnologias aplicadas no geoprocessamento. O ser humano deixou de ver a informação horizontalmente e ao alcance dos olhos para ter uma ideia melhor do mundo e das suas inúmeras facetas quando visto do alto. Quando a visão se amplia, as análises se tornam melhores e mais precisos são os resultados que podem ser obtidos (Bossle, 2017, p. 25).

Atualmente, inúmeros órgãos utilizam SIGs para divulgar e fornecer informações, para o público poder desenvolver seus próprios Sistemas de Informação Geográficas, com os dados adequados para cada análise. A seguir, dois importantes sistemas de informação governamentais ilustram esse fato. O mapa 8 apresenta um mapa do site do IBGE, com a disponibilização de dados sobre a população quilombola do estado do Rio de Janeiro. Já na figura 15, está a disponibilização de informações sobre a rede de EPT do país, pela Plataforma Nilo Peçanha.

Mapa 8 — Número de pessoas quilombolas por município do Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023b, [tela 1]).

Figura 15 — Print do site da Plataforma Nilo Peçanha, que disponibiliza informações da rede de EPT do Brasil



Fonte: Ministério da Educação (2023, [tela 1]).

A partir dessa percepção, optou-se pela construção de SIGs, com as informações obtidas ao longo da presente pesquisa. Utilizaram-se informações referentes ao programa de extensão das comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*, fornecidas pelo IFF *campus* Cabo Frio; respostas do questionário aplicado pela pesquisadora (Apêndice B); dados georreferenciados das comunidades quilombolas da Região

dos Lagos, fornecidas pelo ITERJ; base cartográfica contínua do IBGE (2018); imagens do *Google Earth* visualizadas no QGIS, bem como dados georreferenciados das comunidades quilombolas na área de abrangência do IFF. O fato dos resultados obtidos nesta pesquisa terem potencial de apresentação gráfica e cartográfica é um diferencial muito relevante.

Para o desenvolvimento dos projetos que constituíram os SIGs elaborados enquanto PE resultante do presente trabalho, utilizou-se o QGIS (versão 3.22), *software* livre e gratuito. Na confecção dos SIGs, houve o suporte da Técnica em Meio Ambiente, Vitória Borges da Silva. O PE aqui apresentado, denominado “SIG comunidades quilombolas da Região dos Lagos”, visa servir de ferramenta de apoio para a análise e o planejamento do programa de extensão.

Dessa forma, novas ações podem ser implementadas, possibilitando ampliar a abrangência da atuação do IFF Cabo Frio junto às comunidades quilombolas de seu entorno, bem como subsidiar projetos de outros *campi* do IFF. Assim, destina-se a qualquer pessoa ou instituição com interesse em utilizá-lo para embasar avaliações ou planejamentos com os dados levantados e trabalhados no PE.

### 5.1.1 Elaboração do produto educacional

Inicialmente, reuniram-se os dados obtidos das diversas fontes mencionadas em planilhas do *Microsoft Excel*, adaptando-as para a linguagem melhor aceita pelo QGIS e salvas em *csv*. Com isso, foram inseridas as planilhas no QGIS para criar as tabelas de atributos referentes a cada projeto desenvolvido. Lembrando do destacado por Bossle (2017, p. 71): “uma vez definido o projeto, é hora de acrescentar dados ao mesmo para que sejam possíveis as análises pertinentes. Cada projeto é único e, em razão disso, a combinação de dados será um retrato do planejamento previamente estudado”.

Pela inserção de dados alfanuméricos no *software*, é possível criar um projeto SIG com diversas informações, conforme exemplificado por Bossle (2017, p. 27)

se, por exemplo, tomarmos um arquivo vetorial de pontos, onde cada ponto representa a localização geográfica de escolas públicas de um município, os atributos associados a elas podem ser o endereço, o número de salas de aula, o número de alunos e quaisquer outros dados que permitam a descrição dos estabelecimentos de ensino. Nos programas de SIG observamos estes dados quando abrimos a tabela de atributos de uma camada vetorial.

Para explicar a elaboração de um projeto SIG, utilizou-se como exemplo o projeto a seguir (Figura 16), que é composto pelas informações das tabelas de atributos constantes nos quadros 6 e 7.



Quadro 6 — Tabela de atributos — Áreas quilombolas INCRA (área de abrangência do IFF)

Áreas Quilombolas IFFuminense — Total de feições: 22, Filtrada: 22, Seleccionada: 0

ID	Quilombos	x-long	y-lat	Município	Geocódigo
1	Baía Formosa	-41,975429	-22,805612	Armação dos Búzios	3300233
2	Botafogo	-42,0451	-22,7268	Cabo Frio	3300704
3	Caveiras	-42,067173	-22,75402	São Pedro da Aldeia	3305208
4	Espírito Santo	-42,080627	-22,635443	Cabo Frio	3300704
5	Maria Joaquina	-41,991529	-22,726623	Cabo Frio	3300704
6	Maria Romana	-42,124234	-22,627064	Cabo Frio	3300704
7	Preto Forro	-42,093	-22,668	Cabo Frio	3300704
8	Prodígio	-42,311	-22,739	Araúama	3300209
9	Rasa	-41,9709	-22,7319	Armação dos Búzios	3300233
10	Sobara	-42,201847	-22,640452	Araúama	3300209
11	Conceição de i...	-41,586384	-21,780862	Campos dos Goytacazes	3301009
12	Cumbucá	-41,318730	-21,762328	Campos dos Goytacazes	3301009
13	Aleluia	-41,615513	-21,806218	Campos dos Goytacazes	3301009
14	Batatal	-41,300000	-21,740000	Campos dos Goytacazes	3301009
15	Machadinha	-41,453123	-22,033239	Quissamã	3304151
16	São Benedito	-41,796	-21,725	São Fidélis	3304805
17	Cruzeirinho	-42,01598	-21,06828	Natividade	3303104
18	Deserto feliz	-41,222733	-21,298293	São Francisco do Itabapoana	3304755
19	Barrinha	-41,012281	-21,428024	São Francisco do Itabapoana	3304755
20	Sossego	-41,469033	-21,820365	Campos dos Goytacazes	3301009
21	Linha Faa	-41,381000	-21,070416	Campos dos Goytacazes	3301000

Mostrar todos os feições

Fonte: A autora (2023).

Quadro 7 — Tabela de atributos — Municípios que possuem unidade do IFF

Municípios IFF — Total de feições: 12, Filtrada: 12, Selecionada: 0

	id_objeto	nome	geocodigo	anoderefer
1	103	Bom Jesus do Itabapoana	3300605	2016
2	104	Cabo Frio	3300704	2016
3	106	Cambuci	3300902	2016
4	109	Campos dos Goytacazes	3301009	2016
5	115	Cordeiro	3301504	2016
6	154	Quissamã	3304151	2016
7	121	Itaboraí	3301900	2016
8	125	Itaperuna	3302205	2016
9	129	Macaé	3302403	2016
10	133	Maricá	3302700	2016
11	162	Santo Antônio de Pádua	3304706	2016
12	166	S. João da Barra	3305000	2016

Fonte: A autora (2023).

Para construir um SIG, utilizam-se dados georreferenciados, como sistemas de coordenadas geográficas, que consistem, segundo Bossle (2017, p. 30), em “[...] sistemas matemáticos utilizados para fornecer a localização espacial de um determinado objeto na superfície da Terra”. Além dessas referências geográficas, podem-se incluir diversos tipos de dados em um projeto de SIG, de acordo com o planejamento e objetivos traçados.

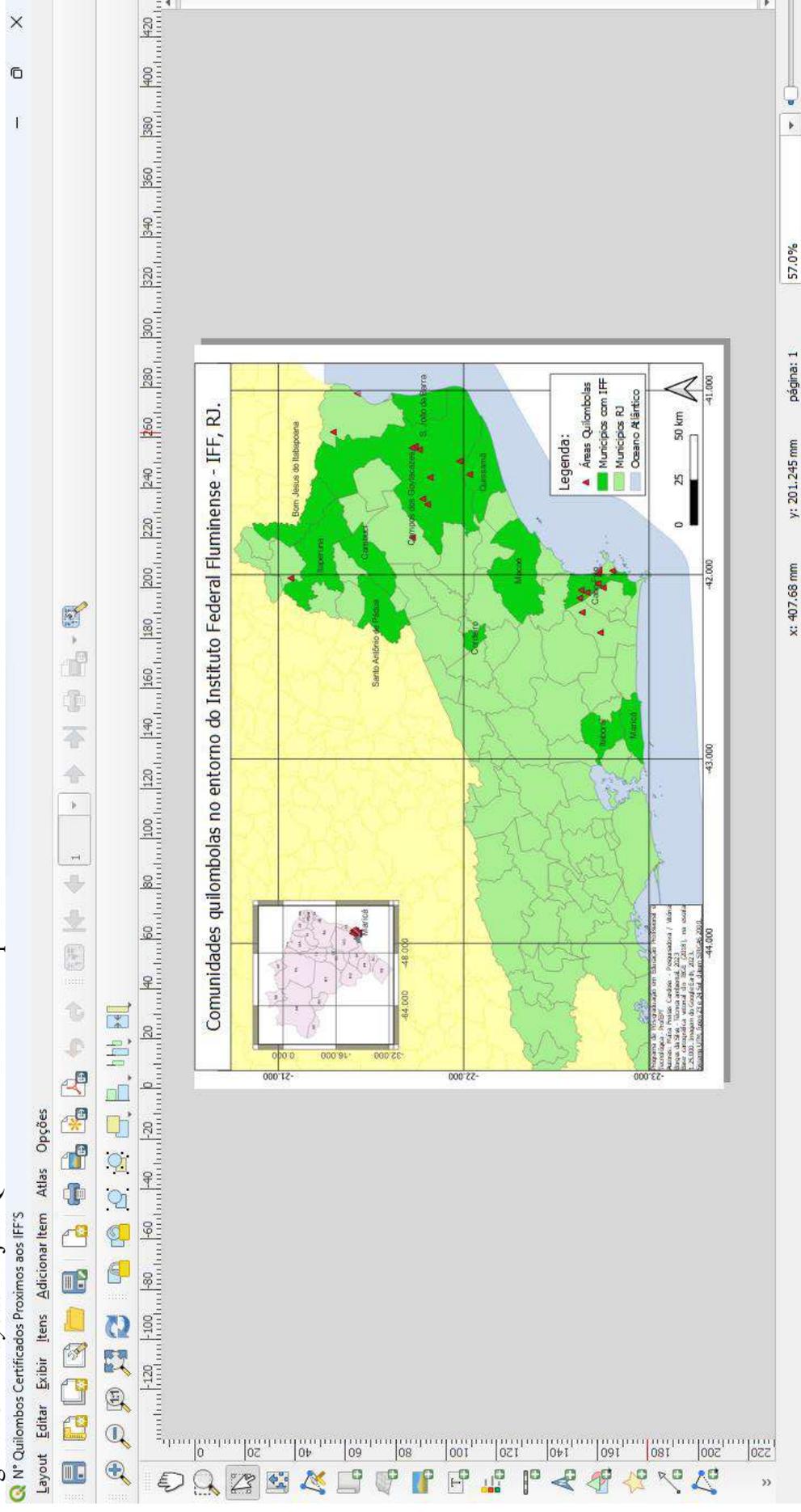
No caso do projeto demonstrado na figura 16, foram trabalhadas planilhas com informações georreferenciadas dos municípios com unidades do IFF e os dados do INCRA sobre as comunidades quilombolas existentes na área de abrangência do Instituto, inserindo-as no QGIS, gerando o projeto visualizado a seguir (Figura 17).



Ao selecionar a camada com os dados vetoriais do tipo pontos constantes no mapa de um projeto, é possível visualizar as informações referentes a ele, no lado direito da tela, conforme a figura 17. Também, são editáveis as configurações do projeto, para melhor visualizar a análise dos dados, de acordo com o planejado para o desenvolvimento do SIG.

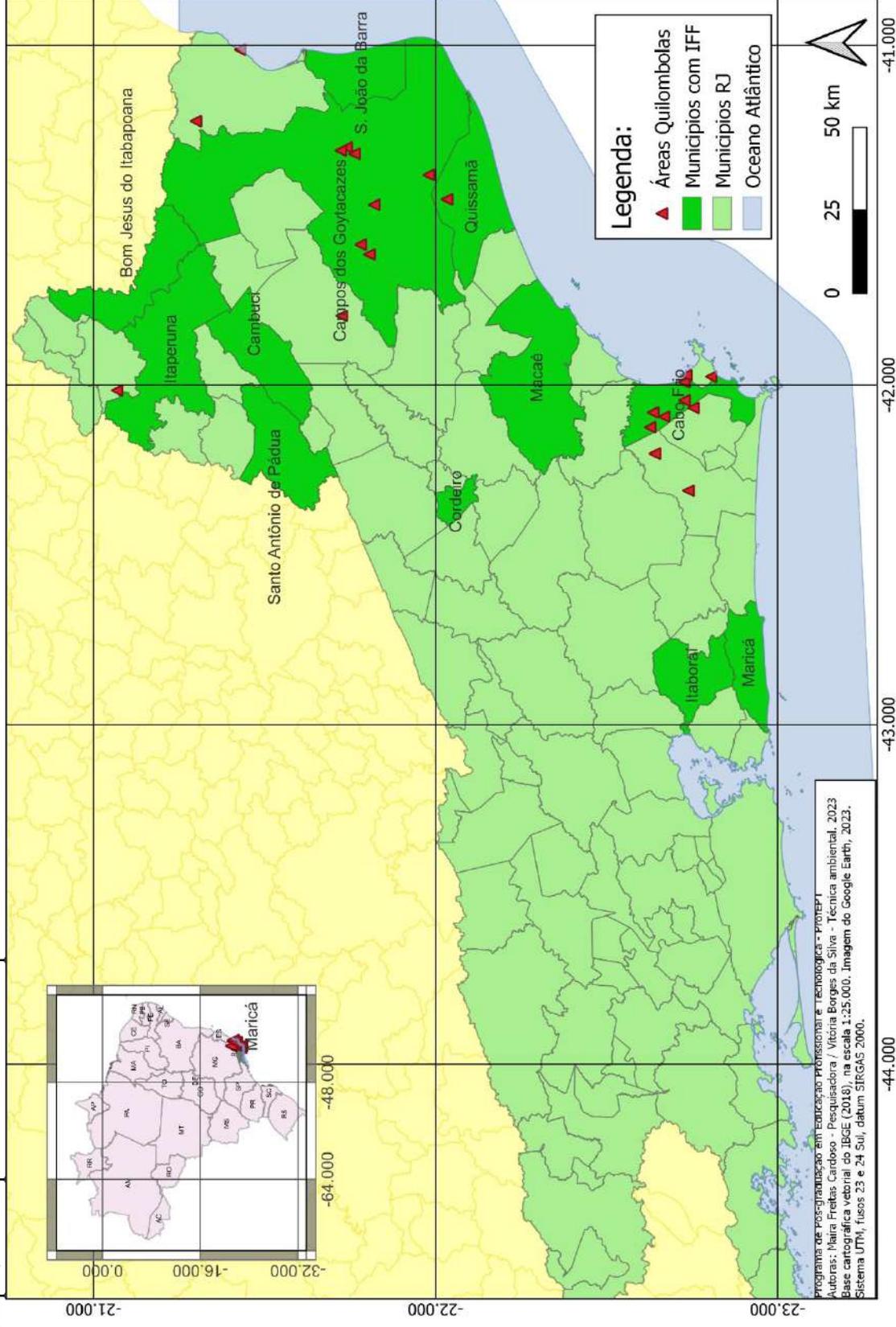
Para a confecção de um mapa, com a utilização de um projeto no QGIS, é necessária a inserção de alguns elementos, como legenda, rótulo, título, além de outros que facilitem o entendimento. A figura 18 demonstra o *layout* final do projeto, antes de ser transformado em um arquivo final no QGIS, que, neste caso, é um mapa das comunidades quilombolas do entorno do IFF (Mapa 9 e Apêndice A).

Figura 18 — *Layout* Projeto QGIS — Comunidades quilombolas no entorno do IFF



Fonte: A autora (2023).

Mapa 9 — Mapa das comunidades quilombolas no entorno do IFF



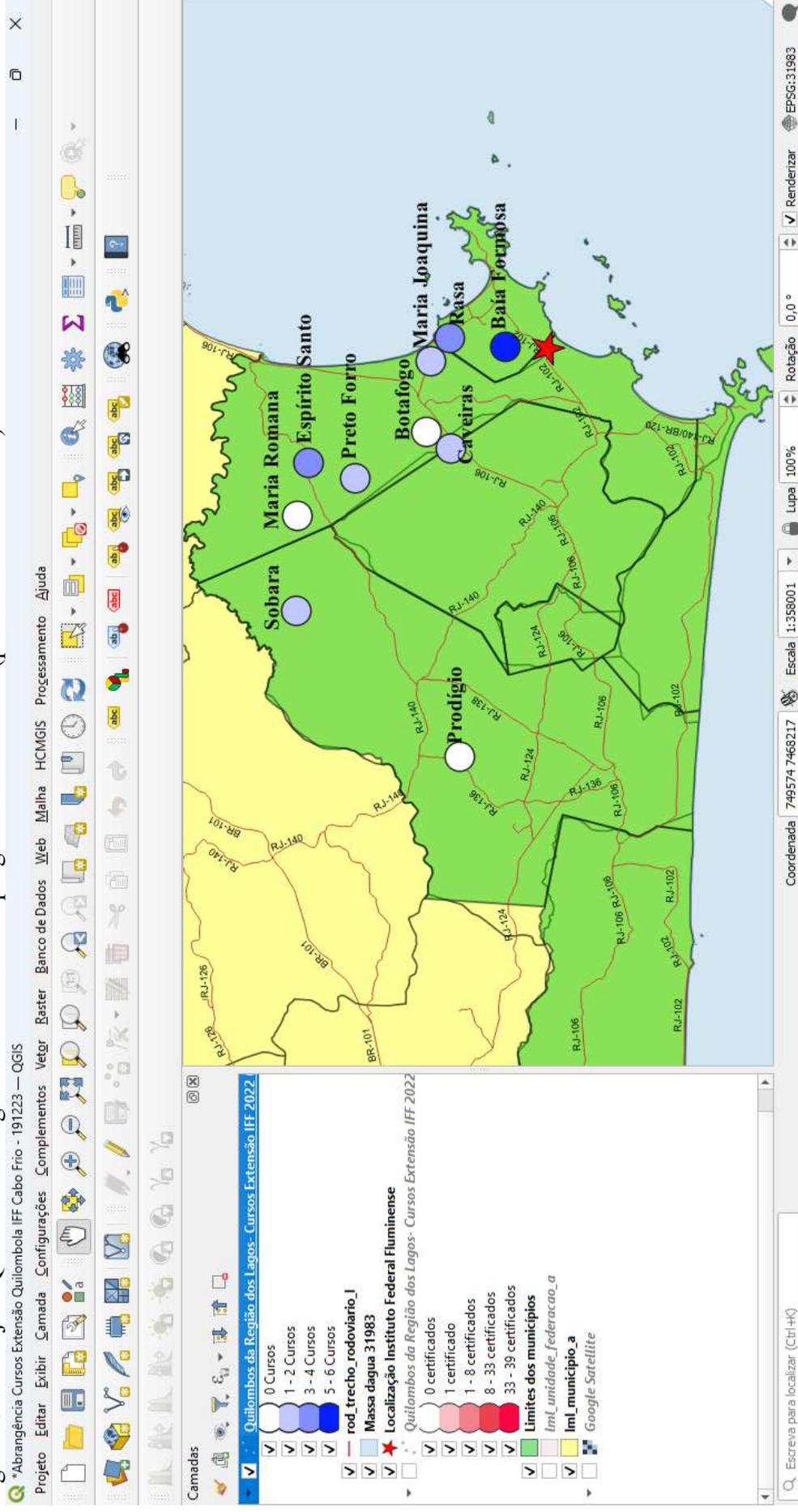
Fonte: A autora (2023).

Com base no exemplo do desenvolvimento do SIG comunidades quilombolas no entorno do IFF, ressalta-se o destacado por Bossle (2017, p. 235):

não há dúvida de que os SIGs causam impactos sobre a tomada de decisões onde quer que sejam utilizados, mas arrisco a dizer que, acima de todas as transformações que eles podem produzir e, com isso, permitir o melhor gerenciamento de vários setores na vida econômica, social e ambiental das pessoas, os SIGs produzem a liberdade do conhecimento pelo simples fato de que trabalham as informações e as traduzem nas mais variadas 'linguagens'.

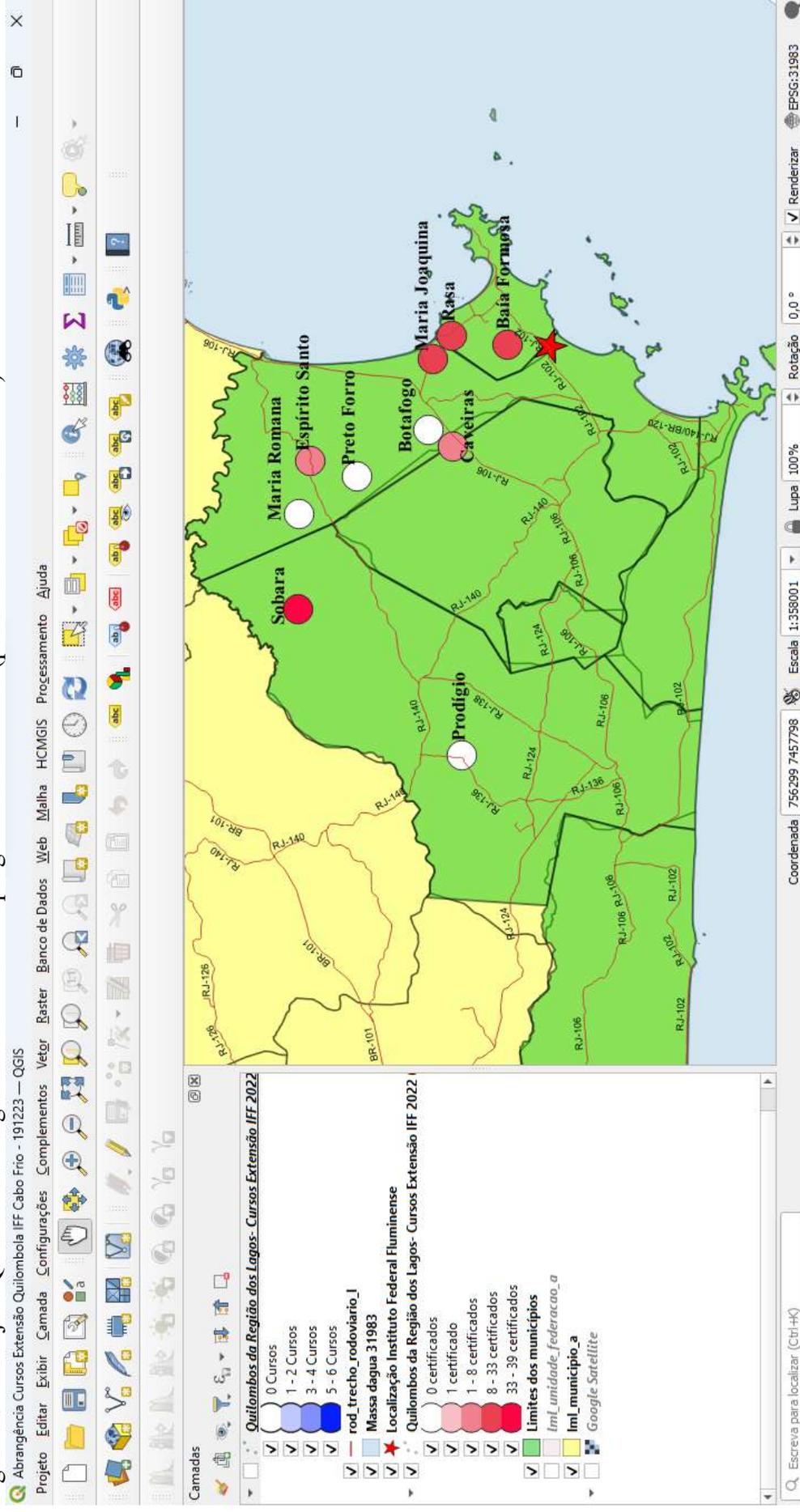
A seguir, nas figuras 19 e 20, visualizam-se outros projetos construídos enquanto PE fruto da presente pesquisa, cujos resultados estão no capítulo 4, onde se inseriram uma graduação por cores, dentro das faixas numéricas definidas, para possibilitar a análise da abrangência dos cursos do programa de extensão realizados em 2022.

Figura 19 — Projeto QGIS — Abrangência dos cursos do programa de extensão (por número de cursos)



Fonte: A autora (2023).

Figura 20 — Projeto QGIS — Abrangência dos cursos do programa de extensão (por número de certificados)



Fonte: A autora (2023).

Vale destacar que os mapas referentes aos SIGS desenvolvidos constam no Apêndice A, em tamanho adequado para melhores análises deles.

### **5.1.2 Aplicação e validação do produto educacional**

A aplicação deste PE foi realizada por meio de apresentação explicativa, enviada para os representantes das instituições organizadoras do programa de extensão das comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*. A referida apresentação contém explicações da pesquisadora sobre como os SIGs apresentados neste capítulo foram desenvolvidos, e o resultado deles.

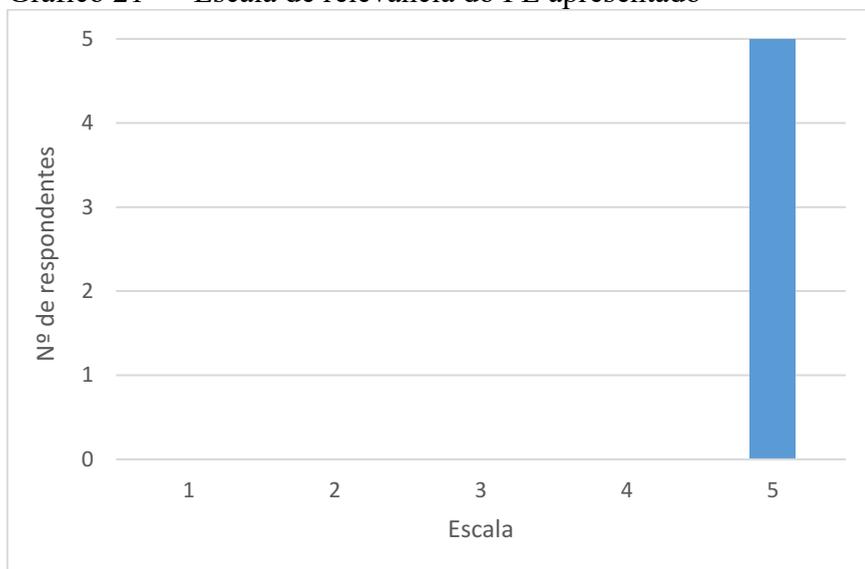
Posteriormente, enviou-se questionário (Apêndice D), com perguntas de múltipla escolha, e campo para sugestões e comentários, elaborado no *Google Forms*, a fim de conhecer a opinião dos organizadores do programa de extensão em relação ao PE desenvolvido no presente trabalho. Cabe ressaltar que os arquivos referentes aos SIGs construídos com base nesta pesquisa serão entregues em um *pendrive*, para que a coordenação de Tecnologia de Informação do IFF Cabo Frio possa disponibilizá-los para os interessados em utilizá-los para ações voltadas para as comunidades quilombolas.

### **5.1.3 Resultados da validação do produto educacional**

A partir da exposição da apresentação explicativa e da aplicação do questionário (Apêndice D), obtivemos os resultados apresentados a seguir, quanto ao PE desenvolvido no presente trabalho. Inicialmente, a apresentação foi enviada para os seis responsáveis pelo programa de extensão das instituições envolvidas, sendo que cinco deles responderam ao questionário.

Vale destacar que todos os materiais produzidos no contexto do presente trabalho podem ser disponibilizados a quem tiver interesse. As perguntas do questionário tinham uma gradação de um a cinco nas respostas, considerando cinco o maior valor da escala proposta. Quanto à relevância do PE, todos os respondentes consideraram o valor cinco da escala, demonstrando que o PE é muito relevante, conforme demonstrado no gráfico 21.

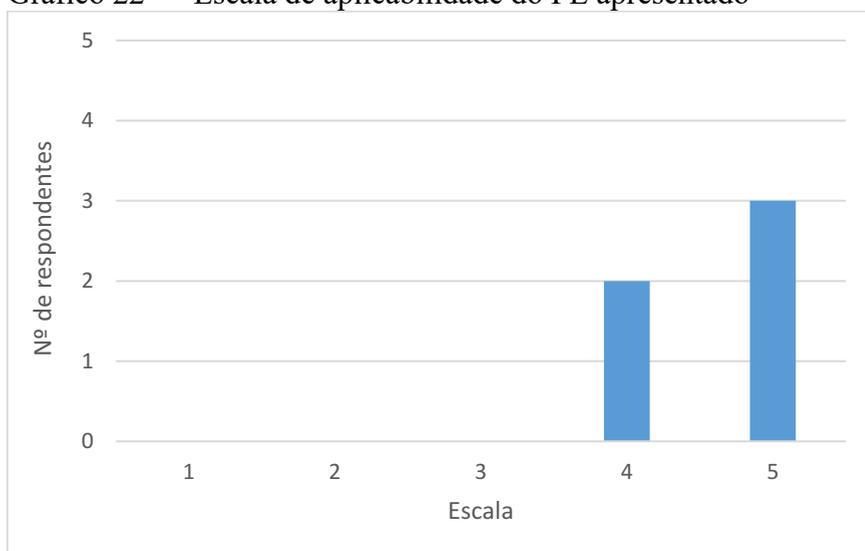
Gráfico 21 — Escala de relevância do PE apresentado



Fonte: A autora (2023).

Em relação à aplicabilidade (Gráfico 22), três pessoas atribuíram o conceito 5 e duas pessoas atribuíram o conceito 4. Neste sentido, entende-se que quanto à aplicabilidade do PE, é necessário o aprimoramento deste fator.

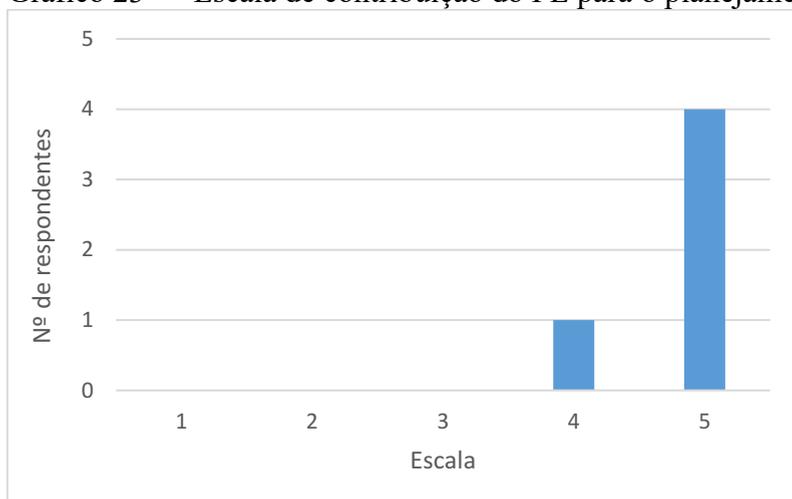
Gráfico 22 — Escala de aplicabilidade do PE apresentado



Fonte: A autora (2023).

No que diz respeito à contribuição do PE para o planejamento e a avaliação de ações (Gráfico 23), quatro respondentes consideraram o conceito 5, e um atribuiu o conceito 4. Assim, entende-se o PE como possuindo grande potencial.

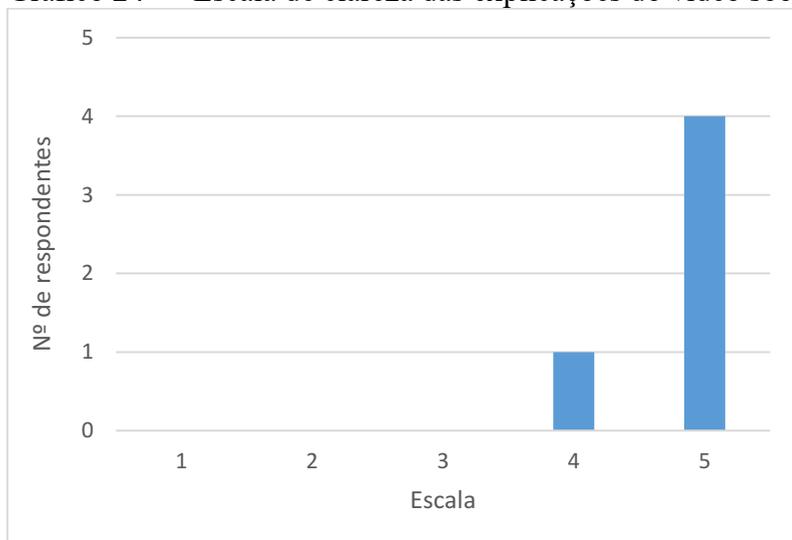
Gráfico 23 — Escala de contribuição do PE para o planejamento e a avaliação de ações



Fonte: A autora (2023).

Sobre a clareza das explicações do vídeo onde se apresentou o produto educacional (Gráfico 24), quatro pessoas consideraram a escala 5; e uma, 4. Com isso, entende-se como satisfatória de modo geral.

Gráfico 24 — Escala de clareza das explicações do vídeo sobre o PE



Fonte: A autora (2023).

Quanto às críticas e sugestões, destaca-se a solicitação de disponibilizar os arquivos no *Google Drive* ou em outra forma de “nuvem”, para acesso amplo ao banco de dados e projetos produzidos na esfera do presente trabalho. A sugestão foi prontamente aceita, tendo sido os materiais disponibilizados no link <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1HsgLaiQXLEd-tmVKrrSfAWrh2lRwTpGS>.

Outros comentários positivos foram realizados, destacando a relevância do produto educacional desenvolvido, além da importância do conteúdo do PE para avaliações e planejamentos.

Com base nessas respostas, compreendemos o PE desenvolvido como sendo de bastante relevância. Porém, como uma ferramenta dinâmica e inacabada, pode ser trabalhada pelos interessados nas informações produzidas, resultando em diversos outros instrumentos de análise.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de investigar as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos. Além disso, almejou analisar quais condições de formação essas comunidades acreditam que podem ser oferecidas pela instituição. Assim, buscou-se pesquisar sobre a Educação Quilombola na percepção dos quilombolas, e dentro do IFF, pois essa educação desempenha um papel fundamental na transformação do pensamento colonialista e na consolidação de um diálogo verdadeiramente multicultural.

Nesse sentido, evidenciou a luta pela garantia dos direitos quilombolas fundamentais, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à demarcação de seus territórios, e à promoção de uma educação que valorize e respeite verdadeiramente sua cultura. Além disso, há a necessidade de promover ações afirmativas com papel integrador voltados para essas coletividades, contando com sua experiência e seu conhecimento ancestral.

Este trabalho possui uma justificativa social e outra pessoal. No sentido pessoal, é justificado em relação ao contexto de trabalho e ao interesse pelas comunidades quilombolas desde a juventude. Quanto à finalidade social, este estudo se conduziu, visando analisar as possibilidades educacionais ofertadas pelo IFF às comunidades quilombolas, evidenciando como a instituição pode ser um agente de transformação educacional para essas coletividades. Além disso, a interação entre os quilombolas e os demais estudantes do Instituto beneficia toda a comunidade acadêmica.

De forma conjunta, as evidências apontam para as questões de distância e dificuldades de transporte, ou seja a questão da acessibilidade física, como grandes desafios para o acesso dos quilombolas ao IFF *campus* Cabo Frio. Esse fato implica de forma significativa no acesso dessas pessoas à comunidade acadêmica do Instituto. No entanto, há formas de mitigar essas questões, como a oferta de cursos nas próprias comunidades ou de forma semipresencial, além de estabelecimento de parcerias para fornecer formas alternativas de transporte a esses educandos, e parcerias que fomentem o fornecimento de internet eficiente para as comunidades quilombolas.

Mesmo com os bons resultados do programa de extensão em desenvolvimento, é imprescindível que o IFF Cabo Frio, e o IFF em sua completude, busquem constantemente aprimorar suas estratégias e expandir suas ações, tendo a possibilidade de institucionalização e ampliação do referido programa para os outros *campus*. Somente assim, será possível proporcionar um atendimento efetivo, promovendo o desenvolvimento e a integração social dos

quilombolas em sua comunidade acadêmica. Também, é relevante ressaltar que, nas respostas do questionário, os quilombolas indicaram os cursos de seu interesse em várias modalidades de ensino, possibilitando material para o planejamento de novos cursos e formas de oferta que atendam, de fato, a essas coletividades.

Enquanto possibilidade para o fortalecimento e a ampliação do atendimento do IFF aos quilombolas, destaca-se a importância da participação dos estudantes, notadamente os das licenciaturas, na realização do programa de extensão e outras ações. Destaca-se ainda o protagonismo das mulheres quilombolas na busca pela concretização dos direitos quilombolas. O diálogo constante com as lideranças quilombolas, em sua maioria mulheres, consolidou-se como fio condutor para a construção do referido programa e deve ser mantido em todas as demais ações voltadas para essas pessoas.

Outra questão relevante é que, embora, fortuitamente, o ano de 2023 tenha trazido iniciativas governamentais importantes em relação aos quilombolas, como o *Aquilomba Brasil*, a divulgação do Censo quilombola e a ampliação da *Lei de Cotas*, ainda há muito a construir para efetivar os direitos dessas coletividades.

Enquanto proposta para estudos futuros, destaca-se a relevância de realizar momentos de escuta ativa com membros das comunidades quilombolas para identificar seus anseios e pensar formas de atendê-los no âmbito educacional. Enfatiza-se também as potencialidades dos SIGs para realizar estudos e análises que embasam a tomada de decisões para o desenvolvimento de ações e políticas públicas para os quilombolas.

Ressalta-se, ainda, as inúmeras possibilidades dos IFs de Educação, Ciência e Tecnologia para intervir no seu entorno, com base nos pilares da EPT, para empoderar as coletividades locais. Por meio da educação para a cidadania construída nos Institutos e da interlocução dos quilombolas na comunidade acadêmica, há diversas possibilidades para desenvolver sujeitos críticos e emancipados.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M. A construção de hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 20, n. 36/37, p. 83 – 88, 2007. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ALMEIDA, A. W. B. de; PEREIRA, D. D. de B. As populações remanescentes de quilombo — direitos do passado ou garantia para o futuro? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL — AS MINORIAS E O DIREITO, 1., Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: CJF, 2003. p. 228 – 249. Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs\\_artigos/as-populacoes-resmanescentes-de-quilombos-direitos-do-passado-ou-garantia-para-o-futuro](https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/as-populacoes-resmanescentes-de-quilombos-direitos-do-passado-ou-garantia-para-o-futuro). Acesso em: 7 mar. 2023.

ALVES, D. dos S.; MELO, B. M. de. A questão quilombola no currículo da EPT: por uma educação omnilateral. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 5, n. especial, p. 124 – 148, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36524/profept.v5iEspecial.1109>. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1109>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ARRUTI, J. M. A. Conceitos, normas e números: uma introdução à Educação Escolar Quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 107 – 142, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3454>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3454>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Saraiva, 2002.

BAYMA, F. Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325 – 346, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362012000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xWK9mv8FbJ6NMnf53PvzQ9s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BOSSLE, R. C. **QGIS e Geoprocessamento na prática**. 2. ed. Paraná: Íthala Editora, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 7 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023**. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11447.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11447.htm). Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm). Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=A1era%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=A1era%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias). Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área — Área 46 — Ensino.** Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2009.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192). Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2013.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoos/programa-bolsa-permanencia/68911-portaria-389-09052013/file>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.723/2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Gabinete Presidência, 2023.

Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14723&ano=2023&ato=06bITW650MZpWTc42>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012a. Disponível em:

[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio). Acesso em: 7. mar. 2022.

CABO Frio — Antiga Fazenda Campos Novos. **Ipatriônio**, [s. l.], 02 mar. 2015.

Disponível em: <https://www.ipatrionio.org/cabo-frio-sitio-da-antiga-fazenda-de-santo-inacio-de-campos-novos/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, A. M. V. (orgs). **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em:

<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CANDAU, V. M. (org.). **Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

CARDOSO, C. F. A brecha camponesa no sistema escravista. *In*: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1. p. 97 – 116.

<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/20096/CDBR22048532p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARRIL, L. de F. B. Os desafios da Educação Quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 539 – 564, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwgCcgBY6sF4KwMpdYcfK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CAVALCANTE, F. L.; SILVA, E. de P.; DOURADO, E. O. C.; OLIVEIRA, L. R. de. Panorama da Educação Quilombola e a Formação para professores a partir da Lei 10.639/2003. *In*: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, 7., Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2017. p. 1.236-1.250. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/download/8286/7954>. Acesso em: 7 mar. 2023.

CHIMAMANDA Adichie: o perigo de uma única história. [*S. l.: s. n.*], 2009. 1 vídeo (19 min 16 s). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ClAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83 – 105.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. Educação. **CONAQ**, Brasília, DF, 22 fev. 2023a. Disponível em: <https://conaq.org.br/coletivo/educacao/>. Acesso em 02. mar. 2023.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. Carta das meninas quilombolas pelo direito à Educação. **CONAQ**, Brasília, DF, 21 maio 2023b. Disponível em: <http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2023/05/CARTA-DAS-MENINAS-QUILOMBOLAS-PELA-EDUCACAO.pdf>. Acesso em 02. mar. 2023.

CORREIA NETO, S. J. A formação profissional dos estudantes do curso de eletrotécnica do IFF — campus Macaé, da modalidade Proeja: contribuições sociais, educacionais e de empregabilidade. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Educación) — Universidad Americana, Asunción, 2016.

DEALDINA, S. S. **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DIAS, L. R.; ROCHA, V. G. da. Uma identidade em construção: professor/a quilombola na comunidade de João Surá. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 3-14, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8093021.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

FELDMANN, M. G.; LIBÓRIO, A. R. S. C. Educação e formação na pandemia no contexto da desigualdade: a invisibilidade de estudantes quilombolas. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 40, p. 143 – 158, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5062>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1-2.

FERRARI, D. Prefácio. *In*: COSTA, C. E. da F. (org.). **Direitos humanos e Educação: diálogos interdisciplinares**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2020. p. 10 – 13.

FRANÇA, E. T. de; MENDES, J. R. Nós, os de lá, estamos cá: reflexões sobre a educação escolar quilombola no contexto dos impedimentos à co-presença. **Horizontes**,

Itatiba, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v37i0.669>. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/669/369>. Acesso em: 7 mar. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022 — quilombolas — Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/07/Quilombolas-Primeiros-Resultados-IBGE-27jul2023.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022 — Número de pessoas quilombolas por município do Rio de Janeiro. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2 set. 2023b. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Territórios quilombolas. **ITERJ**, Rio de Janeiro, 14 dez. 2020. Disponível em: [https://www.iterj.rj.gov.br/iterj\\_site/quilombolas](https://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/quilombolas). Acesso em: 3 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. *Campus* Cabo Frio. **Portal do IFFluminense**, Cabo Frio, 26 nov. 2023d. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/cabo-frio>. Acesso em 7. out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Conheça o IFFluminense. **Portal do IFFluminense**, Campos dos Goytacazes, 5 mar. 2023a. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/historico-do-iffuminense>. Acesso em 7. out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Edital REIT/IFFLU nº 188, de 8 de agosto de 2023**. Campos dos Goytacazes: IFF, 2023b. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/documentos/editais/reitoria/2023/agosto/edital-7>. Acesso em 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Histórico do IFFluminense. **Portal do IFFluminense**, Campos dos Goytacazes, 5 maio 2022. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/historico-do-iffuminense>. Acesso em 02. mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022**. Campos dos Goytacazes: MEC, 2018. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/o-iffuminense/desenvolvimento-institucional/planejamento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/pdi-2018-2022-com-resolucao-menor.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023 – 2028**. Campos dos Goytacazes: MEC, 2023c. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2023/resolucao-74>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Programa de extensão (Resolução nº 27/2020)**. Campos dos Goytacazes: IFF, 2020.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Pedagógico**: curso superior de Licenciatura em Biologia (campus Cabo Frio). Cabo Frio: IFF, 2021. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/cabo-frio/arquivo/ppc-licenciatura-em-biologia-2021-cabo-frio.pdf>. Acesso em 20 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Relatório de Atividades do Programa de Extensão**. Campos dos Goytacazes: IFF, 2023e.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Resolução nº 39, de 11 de marco de 2016**. APROVA o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2016. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-no-39-de-11-de-marco-de-2016>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Gov.br**, Rio de Janeiro, 2 ago. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governancafundiaria/processos\\_regularizacao\\_de\\_territrios\\_quilombola\\_sabertos\\_03.10.2023.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governancafundiaria/processos_regularizacao_de_territrios_quilombola_sabertos_03.10.2023.pdf). Acesso em: 3 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Regularização de território quilombola**: perguntas & respostas. Rio de Janeiro: INCRA, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governancafundiaria/perguntas\\_respostas.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governancafundiaria/perguntas_respostas.pdf). Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos remanescentes das comunidades dos quilombos de Maria Joaquina**. Rio de Janeiro: INCRA, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos remanescentes da comunidade do Prodígio**. Rio de Janeiro: INCRA, 2016.

LEITE, I. B. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 123 – 149, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/4CD96PrdycJX6xKSjLfrmbS/#>. Acesso em: 3 jul. 2023.

MANZO, A. **Manual para la preparación de monografías**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCONI, M. A. de; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSEMBA. [Compositor]: Roberto Mendes. [Intérprete]: Maria Bethânia. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2003. 1 CD, faixa 2 (4 min 16 s).

MEIRELES, G. A. **Acesso e permanência dos estudantes quilombolas do Instituto**

**Federal do Norte de Minas Gerais campus Araçuaí por meio de ações afirmativas no ensino superior.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2448>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis.** Durham: DukeUniversity Press, 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. **Gov.br**, Brasília, DF, 5 out. 2023. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plataforma Nilo Peçanha. Rede Federal EPTC. **Plataforma Nilo Peçanha**, Brasília, DF, 26 nov. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWw1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkaWVlIiwiaWYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MONTEIRO, E.; REIS, M. C. G. Patrimônio Afro-Brasileiro no Contexto da Educação Escolar Quilombola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-22, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/2175-623688369>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jWvpyWNWTJ65T4jGShpt6XS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MORAIS, T.; MELO, D.; MELO, M. A. V. de. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola: uma reflexão sobre a efetividade das políticas educacionais no quilombo urbano do Portão de Gelo, Nação Xambá. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Editora Realize, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59938>. Acesso em: 1. jul. 2023.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156 – 168, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057 – 1080, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNCtcD9CvkMMxfq8NyQy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 1. jul. 2023.

MULHERES do quilombo de Maria Joaquina participam de oficina gratuita de cerâmica. **PROLAGOS**, São Pedro da Aldeia, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.prolagos.com.br/mulheres-do-quilombo-de-maria-joaquina-participam-de-oficina-gratuita-de-ceramica/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NAZÁRIO, G. **Revolta do cachimbo — a luta pela terra no quilombo da Caveira**. Cabo Frio: Sophia Editora, 2022.

NAZÁRIO, G. Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico. *In*: DEALDINA, S. dos S. (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 97 – 107.

NUNES, G. H. L. Aquilombamento escolar, práticas revisitadas e possibilidades insurgentes: pedagogias e cirandas *In*: SILVA, G. M. da; SILVA, R. A. de A.; DEALDINA, S. dos S.; ROCHA, V. G. da. (eds.). **Educação Quilombola**: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 84 – 92.

O'DWYER, E. C. (org.). **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2012. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03L00030.pdf>. Acesso em: 1. jul. 2023.

O'DWYER, E. C. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos Remanescentes da Comunidade da Rasa**. Rio de Janeiro: INCRA, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília, DF: OIT, 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acesso em: 3 jul. 2023.

OSÓRIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. *In*: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília, DF: IPEA, 2008. p. 65 – 96. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf). Acesso em: 1. jul. 2023.

PAIM, E. A.; PINHEIRO, P. M.; PAULA, J. B. de. Educação, Relações Étnico-Raciais e decolonização na práxis de professores/as. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 437 – 452, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e52614>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e52614>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PORCIDONEO, G. Liderança quilombola, tia Uia morre de Coronavírus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/lideranca-quilombola-tia-uia-morre-de-coronavirus-1-24481418>. Acesso em: 3 jul. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. de S.; OLIVEIRA, R. R. de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 15 set. 2023.

RÔÇAS, G.; MOREIRA, M. C. do A.; PEREIRA, M. V. “Esquece tudo o que te disse”: os mestrados profissionais da área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional. *Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista*, Santo Ângelo, v. 8, n. 1, p. 59 – 74, 2018. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2624/1228>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SANTANA, J. V. J. de; EUGÊNIO, B. G.; FERREIRA, M. de F. de A.; REIS, C. S. S.; MOREIRA, J. T. S. Da Educação para as Relações Étnico-Raciais à Educação Quilombola: um estudobibliográfico. *Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 4, n. 3, p. 81 – 101, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/376>. Acesso em: 15 set. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE ARARUAMA. *Araruama no Tempo das Histórias*. Araruama: SMCA, 1992.

SILVA, G. M. da; SILVA, R. A. de A.; DEALDINA, S. dos S.; ROCHA, V. G. da. (eds.). *Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, N. N. da. A diversidade cultural como princípio educativo. *Paidéia*, Belo Horizonte, FUMEC, v. 8, n. 11, p. 13 – 29, 2011. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1307>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SOUSA, A. C. de; LIMA, D. G.; SOUSA, M. A. R. de. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. *In: DEALDINA, S. dos S. (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 87 – 96.

SOUZA, D.; BITTENCOURT, G.; GIFFONI, J.; ANDRADE, K. *Direitos quilombolas*. Teresina: Defensoria Pública do Piauí, 2021. Disponível em: [https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2021/06/Direitos-Quilombolas\\_Vozes-do-Quilombo\\_Defensoria-Publica-do-Piaui.pdf](https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2021/06/Direitos-Quilombolas_Vozes-do-Quilombo_Defensoria-Publica-do-Piaui.pdf). Acesso em: 11 jul. 2023.

TRUJILLO-FERRARI, A. *Metodologia da Ciência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

ZABALA, A. *A Prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

**APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DOS CURSOS DO  
PROJETO DE EXTENSÃO: COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO  
DA REGIÃO DOS LAGOS: *TERRA, RENDA, EDUCAÇÃO E TRABALHO*,  
REALIZADOS PELO IFF — *CAMPUS CABO FRIO***

1. Nome (opcional): \_\_\_\_\_

2. Nome do curso que participou: \_\_\_\_\_

3. Idade: \_\_\_\_\_

4. Gênero:

- a)  feminino;
- b)  masculino;
- c)  outros;
- d)  prefiro não informar.

5. Comunidade quilombola: \_\_\_\_\_

Observação: caso queira, pode marcar mais de uma opção nas perguntas abaixo.

6. Em qual sentido você considera que esse curso irá contribuir com o seu desenvolvimento profissional / pessoal?

- a)  maiores oportunidades profissionais;
- b)  ampliação de conhecimentos;
- c)  melhoria na área profissional que atua;
- d)  maior capacitação na área de formação;
- e)  certificação;
- f)  trazer novos conhecimentos para minha comunidade;
- g)  outros.

7. Qual curso você considera que contribuiria para seu desenvolvimento profissional / pessoal?

a) Cursos de curta duração:

- Informática;
- Empreendedorismo;
- Artesanato;
- Cozinha / Gastronomia;
- Línguas estrangeiras;
- Agricultura / Pesca;
- Música;
- Turismo;
- Educação;
- outros.

b) Curso técnico em:

- Controle e Processos Industriais (Eletromecânica, Mecânica, Eletrônica, Automação Industrial, dentre outros nesta área);
- Hospitalidade e Lazer (Guia de Turismo, Cozinha, Eventos, Hospedagem, Serviços de Restaurante e Bar, dentre outros nesta área);
- Ambiente e Saúde (Enfermagem, Radiologia, Cuidador de Idosos, Farmácia, dentre outros nesta área);
- Desenvolvimento Educacional e Social (Alimentação Escolar, Desenvolvimento Comunitário, Secretaria Escolar, Tradução e Interpretação de Libras);
- Produção Industrial (Química, Construção Naval, Petróleo e Gás, Planejamento e Controle de Produção, dentre outros nesta área);
- Recursos Naturais (Agricultura, Agroecologia, Geologia, Zootecnia, dentre outros nesta área);
- outros.

c) Curso superior em:

- licenciaturas na área de Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia);
- licenciaturas em outras áreas (Pedagogia, Matemática, Línguas, Ciências Humanas);
- Engenharias;
- Tecnólogos na área de Hospitalidade e Lazer (Hotelaria, Gastronomia, dentre outros nesta área);
- Gestão Ambiental;

- Medicina, Enfermagem, Radiologia (dentre outros nesta área);
- outros (especificar: \_\_\_\_\_);

d) Curso de pós-graduação em: \_\_\_\_\_;

8. Quais questões dificultam seu acesso aos cursos do IFF?

- a)  distância;
- b)  transporte;
- c)  período de realização dos cursos (dias e horários ofertados);
- d)  falta de tempo;
- e)  questões financeiras;
- f)  questões profissionais;
- g)  questões familiares;
- h)  formas de seleção do IFF;
- i)  outros.

9. Qual é a sua preferência de dias e turnos para realização de algum curso do IFF?

- a)  manhã (durante a semana);
- b)  tarde (durante a semana);
- c)  noite (durante a semana);
- d)  manhã (aos sábados);
- e)  tarde (aos sábados).

10. Quais fatores você considera importantes para você poder participar de algum curso do IFF?

- a)  local de realização do curso próximo a sua residência;
- b)  oferta de turmas em turnos flexíveis;
- c)  cursos ofertados na modalidade à distância;
- d)  cursos de áreas específicas (especificar: \_\_\_\_\_);
- e)  formas de ingresso diferenciadas;
- f)  outros.

11. Qual é sua opinião em relação à forma de ingresso aos cursos regulares do IFF (técnicos, superiores, pós-graduação)?

- a)  muito adequada;
- b)  adequada;

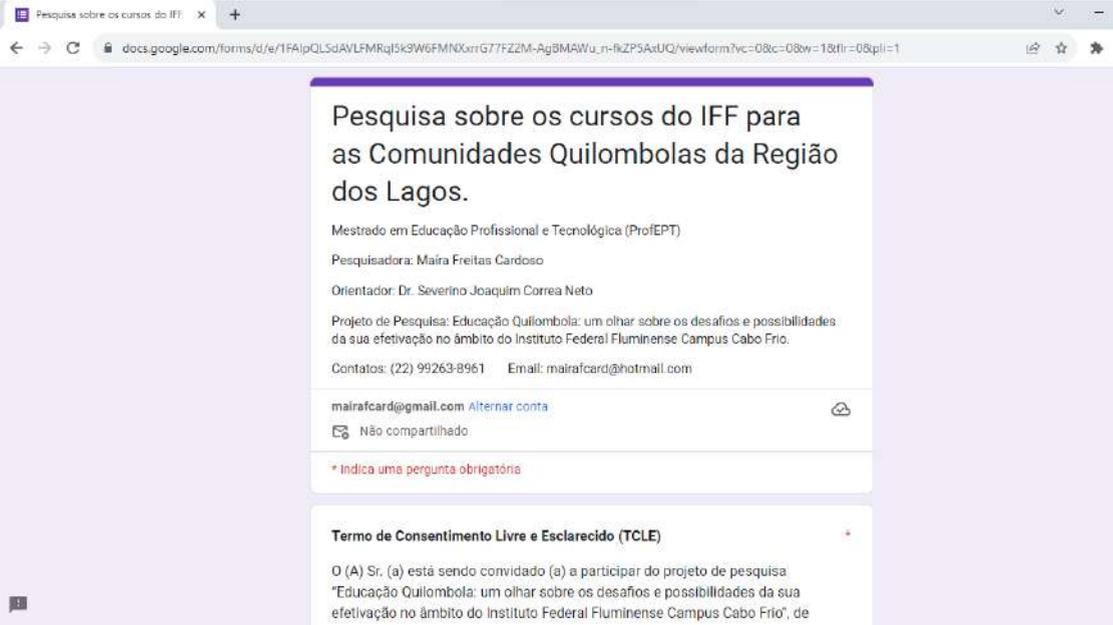
- c)  razoavelmente adequada;
- d)  pouco adequada;
- e)  inadequada;

12. Há quanto tempo você tem conhecimento da existência do IFF *campus* Cabo Frio?

- a)  até 1 ano;
- b)  até 5 anos;
- c)  até 10 anos;
- d)  até 14 anos;
- e)  não tinha conhecimento.

13. Você considera que a História e a Cultura quilombola estão inseridos no currículo escolar dos estudantes do ensino público de forma adequada, de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/03?

- a)  muito adequada;
- b)  adequada;
- c)  razoavelmente adequada;
- d)  pouco adequada;
- e)  inadequada.



Pesquisa sobre os cursos do IFF para as Comunidades Quilombolas da Região dos Lagos.

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisadora: Maira Freitas Cardoso

Orientador: Dr. Severino Joaquim Correa Neto

Projeto de Pesquisa: Educação Quilombola: um olhar sobre os desafios e possibilidades da sua efetivação no âmbito do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio.

Contatos: (22) 99263-8961 Email: mairafcard@gmail.com

mairafcard@gmail.com Alternar conta

🔒 Não compartilhado

\* Indica uma pergunta obrigatória

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa "Educação Quilombola: um olhar sobre os desafios e possibilidades da sua efetivação no âmbito do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio", de

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdAVLFMRqI5k9W6FMNXrrG77FZ2M-AgBMAWu\\_n-fkZP5AxUQ/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0&pli=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdAVLFMRqI5k9W6FMNXrrG77FZ2M-AgBMAWu_n-fkZP5AxUQ/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0&pli=1)

## APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: Educação Quilombola: um olhar sobre os desafios e as possibilidades da sua efetivação no Âmbito do IFF — *campus* Cabo Frio, que será realizada pela pesquisadora Maíra Freitas Cardoso, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), sob orientação do Prof. Dr. Severino Joaquim Correia Neto. O estudo pretende analisar os desafios e as possibilidades para efetivar a Educação Quilombola nos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, será realizada a aplicação de questionário pelo *Google Forms* para os alunos que concluíram os cursos do projeto de extensão – comunidades remanescentes de quilombo da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*, realizados pelo IFF — *campus* Cabo Frio, no ano de 2022. Também, realizaremos entrevistas com as lideranças das comunidades quilombolas da Região dos Lagos, de forma presencial ou pelo *Google Meet*.

A pesquisa em questão não oferece risco ou desconforto à sua integridade física. Os instrumentos utilizados no estudo não causam dor, não são invasivos e nem provocam prejuízo material ou psicológico. No entanto, podem ocorrer incômodos ou cansaço psicológico, ao responder o questionário e/ou entrevista. A fim de mitigar isso, incluiu-se a opção de salvamento automático das respostas, para o entrevistado poder interromper e retornar, quando for mais confortável. Nesse sentido, a pesquisadora também estará à disposição para auxiliar quaisquer dúvidas, por meio de contato via *WhatsApp*.

A pesquisa visa estabelecer vínculos com as comunidades quilombolas de seu entorno, bem como fomentar subsídios para que essas coletividades tenham lugar de fala garantido. Dessa forma, políticas públicas podem ser desenvolvidas de forma adequada. O direito de anonimato é garantido em sigilo, de modo que se guardam informações de identificação. Você receberá todas as informações necessárias sobre a pesquisa e poderá recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou abandonar a pesquisa em qualquer momento, sem acarretar penalidades ou perda de benefícios.

Ao participar da pesquisa, você não terá custos ou compensação financeira. Após a finalização, os resultados ficarão disponíveis. Os instrumentos utilizados e os dados coletados

estarão armazenados em arquivos, sob a responsabilidade da pesquisadora por um período de 5 anos.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Cultural de Campos, do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), no endereço: Rua Visconde de Alvarenga, 143/169, *campus* II, Parque Leopoldina, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, CEP: 28053-000, telefone: (22) 2101-355, *e-mail*: [cep@uniflu.edu.br](mailto:cep@uniflu.edu.br). Para esclarecimentos de outros aspectos acerca da pesquisa, ficam à disposição os contatos: Máira Freitas Cardoso; *e-mail*: [mairafcard@hotmail.com](mailto:mairafcard@hotmail.com); telefone: (22) 99263-8961; orientador: Prof. Dr. Severino Joaquim Correia Neto; *e-mail*: [profnetoseverino@gmail.com](mailto:profnetoseverino@gmail.com).

Declaro estar ciente dos propósitos e procedimentos da pesquisa. Concordo em participar voluntariamente, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante, sem penalidades ou prejuízos.

Cabo Frio, \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_.

---

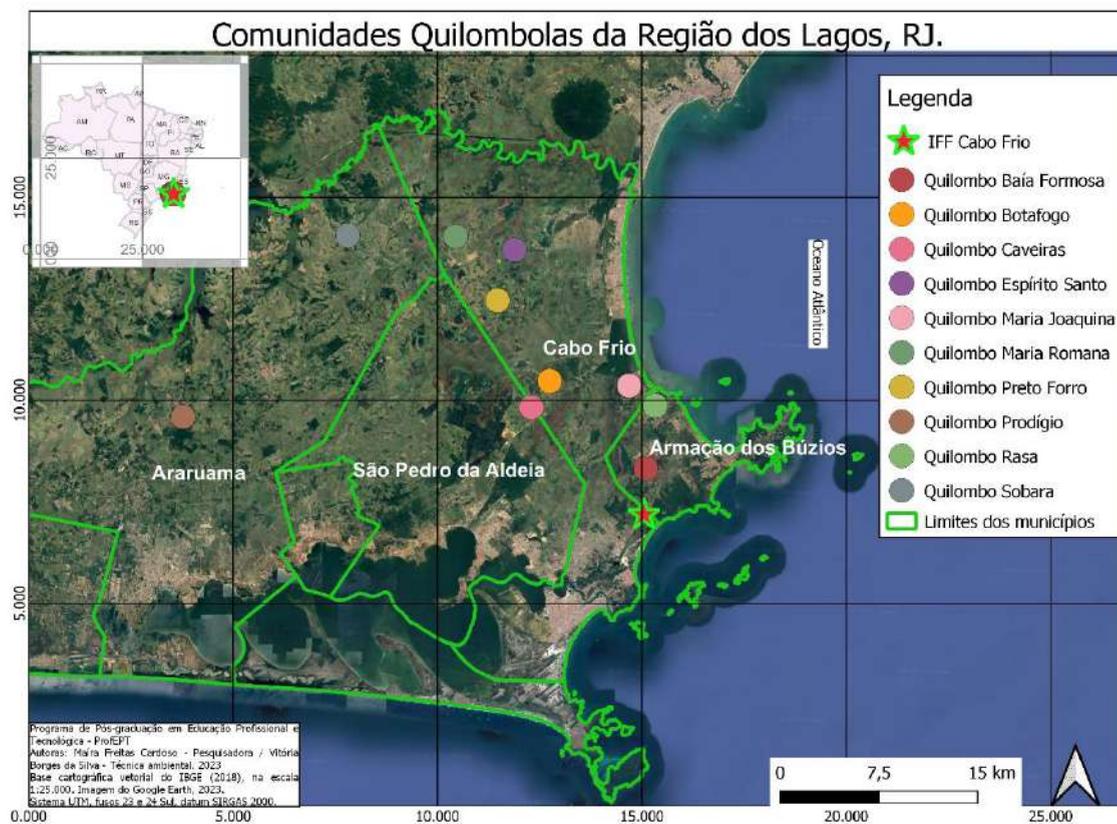
Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura da pesquisadora

Desde já, agradeço sua participação.

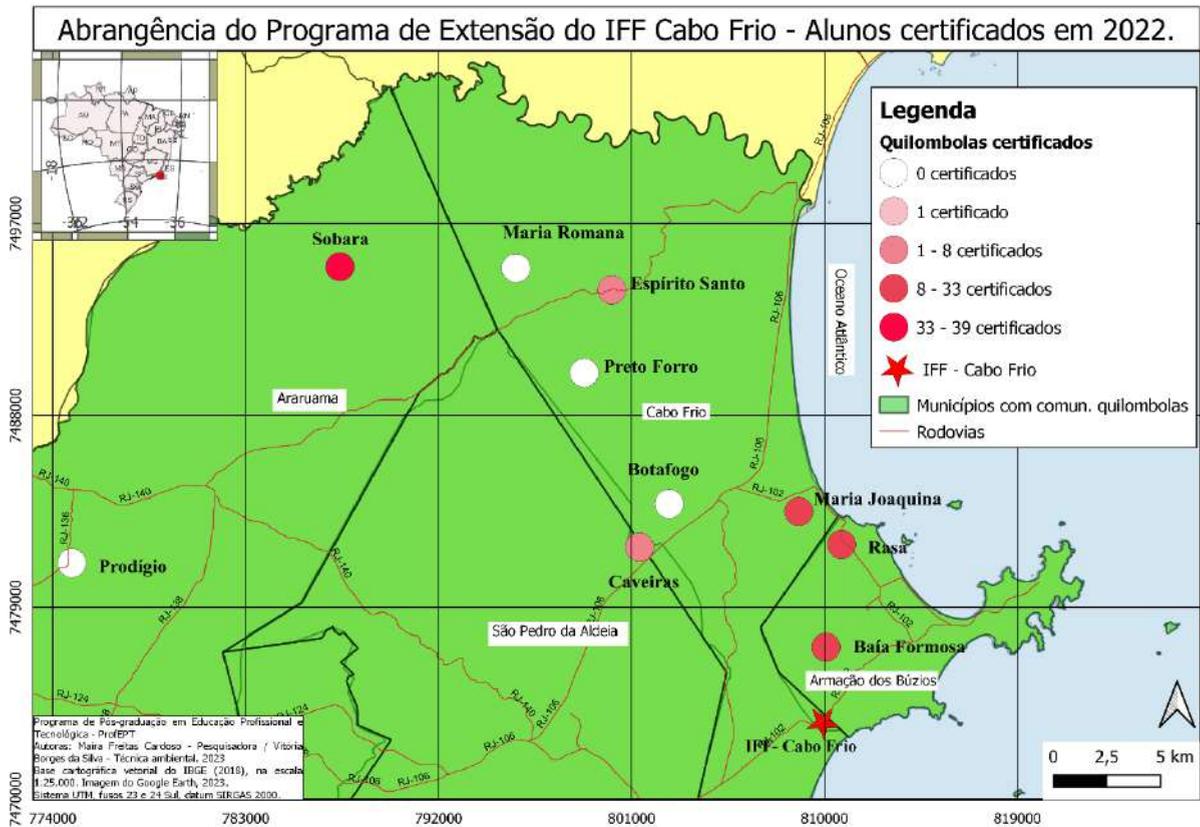
## APÊNDICE C — MAPAS ELABORADOS NOS SIGS DO PE



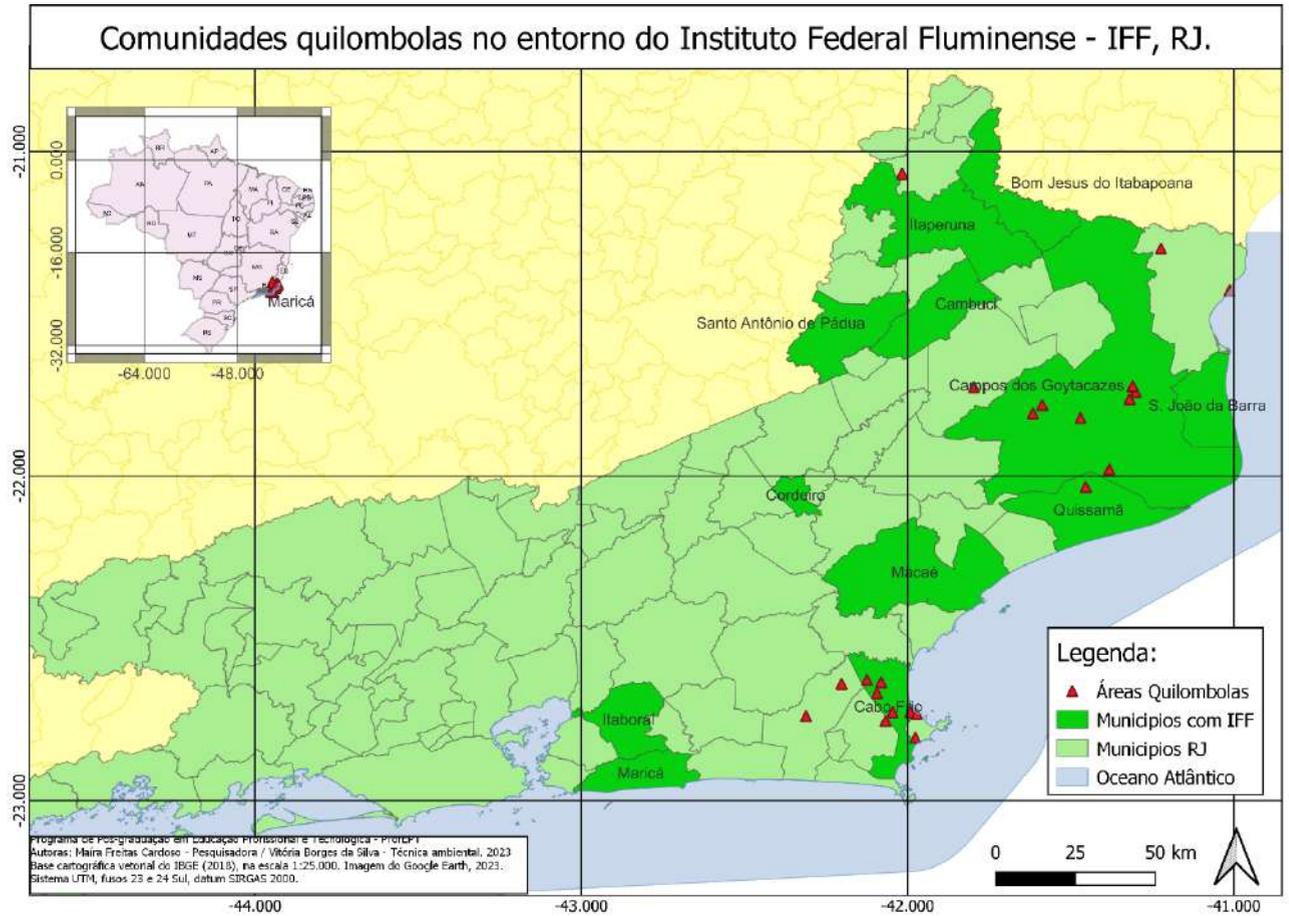
Fonte: A autora (2023).



Fonte: A autora (2023).



Fonte: A autora (2023).



Fonte: A autora (2023).

## APÊNDICE D — QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PE

Questionário de Avaliação do Produto Educacional referente à dissertação: Educação Quilombola: um olhar sobre os desafios e possibilidades da sua efetivação no âmbito do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio.

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisadora: Maira Freitas Cardoso

Orientador: Dr. Severino Joaquim Correa Neto

Título da Pesquisa: Educação Quilombola: um olhar sobre os desafios e possibilidades da sua efetivação no âmbito do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio.

Contatos: (22) 99263-8961 Email: mairafcard@hotmail.com

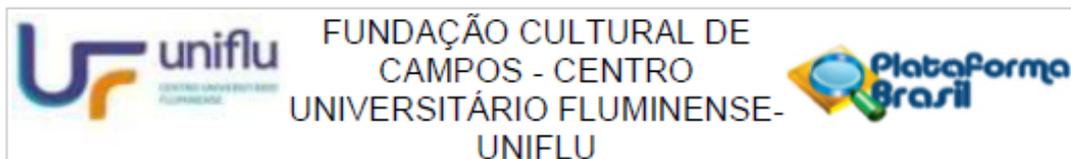
mairafcard@gmail.com Alternar conta

🔒 Não compartilhado

\* indica uma pergunta obrigatória

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd-YnhL7wJf0h1zk4lpdzAiMEVxDHi1mkwO6EVbFjBukBC6dA/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0>

## ANEXO A — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Educação Quilombola: um olhar sobre as possibilidades e desafios da sua efetivação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - campus Cabo Frio.

**Pesquisador:** MAIRA FREITAS CARDOSO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 67338323.8.0000.5583

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.118.482

#### **Apresentação do Projeto:**

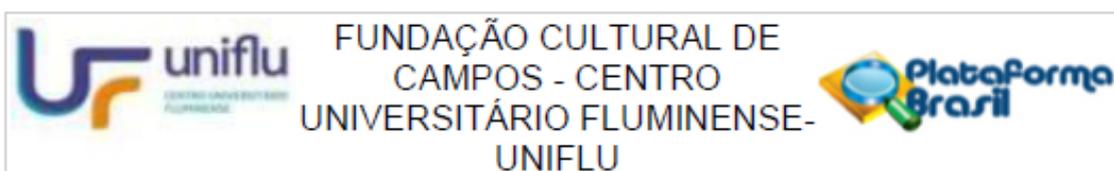
As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios", foram retiradas das Informações Básicas da Pesquisa com a data de submissão em nove de maio de dois mil e vinte e três.

No passado, os quilombos representaram a resistência dos escravos às desumanidades sofridas. Hoje, as comunidades remanescentes de quilombo, as quais possuem características culturais específicas, seguem uma história de luta, tentando

garantir seus direitos previstos nos instrumentos legais. Mesmo com a existência de normativas, algumas questões dificultam o seu cumprimento, fato que contribui para a manutenção das assimetrias sociais que cercam essas coletividades. Por isso, o tema desse trabalho é o estudo da importância da educação quilombola no interior das comunidades remanescentes de quilombo e também dentro do IFFluminense Campus Cabo

Frio, pois acreditamos que tal educação seja fundamental para a mudança do paradigma colonialista presente na contemporaneidade. Para tanto, analisaremos os desafios e as possibilidades para a efetivação da Educação Quilombola nos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, situados na Região dos Lagos (RJ). Desenvolveremos uma pesquisa de cunho exploratório descritivo, visando um exame qualitativo das informações, recolhidas através de: pesquisa bibliográfica; levantamento das legislações referentes às comunidades

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

quilombolas e à Educação Quilombola; e coleta de dados por meio de uma pesquisa de campo. Junto aos procedimentos metodológicos, utilizaremos os conceitos de: Quilombo; Direitos quilombolas; Educação Quilombola; Educação Multicultural; Folclorização; e Educação Profissional e Tecnológica. Como resultado, esperamos criar um produto educacional, em formato de vídeo, que possibilite a divulgação dos saberes e das histórias das comunidades remanescentes de quilombo.

#### Metodologia Proposta:

Resta ainda pontuarmos os procedimentos metodológicos que serão realizados para o desenvolvimento desse trabalho. Em primeiro lugar, faremos uma pesquisa bibliográfica para analisar as publicações existentes sobre o tema selecionado, a exemplo de artigos científicos, livros, monografias, dissertações, teses, entre outros.

Para nortear essa fase, pesquisaremos em algumas bases de referência, como: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scielo; Domínio Público; Banco de Dissertações e Teses Digitais (BDTD); Banco de Teses e Dissertações do Observatório do Profept; e Libgen.is. Neles, serão buscados os seguintes descritores: "Educação Quilombola", "estudantes quilombolas", "Educação

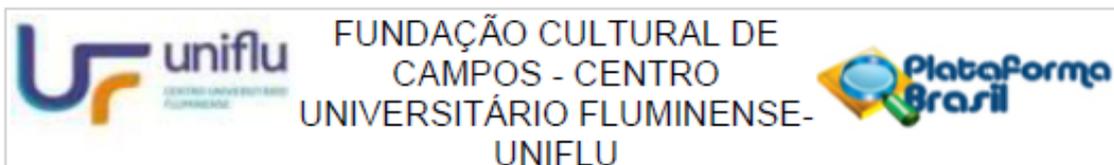
Escolar Quilombola" e "Educação Profissional e Tecnológica", sendo os mesmos traduzidos para a língua inglesa.

Também faremos um levantamento das legislações referentes às comunidades remanescentes de quilombo e à Educação Quilombola no site do Governo Federal. Vale frisar que o exame desses documentos ocorrerá em acordo com a afirmação das autoras Marina Marconi e Eva Lakatos (2010, p. 161), contida no livro Fundamentos de Metodologia Científica: o pesquisador "[...] não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados. Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável".

Após isso, passaremos à coleta de dados por meio de uma pesquisa de campo, a qual será composta de entrevistas focalizadas com as lideranças das comunidades quilombolas e com os alunos das escolas quilombolas. Escolhemos esse tipo de instrumento porque nele há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser, sondar as razões e dar

esclarecimentos. Ou seja, o entrevistador não necessita obedecer, a rigor, a uma estrutura formal (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 180).

Endereço: Rua Visconde de Alvaréncia 143/169 - Campus II  
 Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
 UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
 Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

Ao nos prepararmos, adotaremos quatro medidas: i) frequentaremos as salas de aulas e os espaços de convivência das escolas quilombolas; ii) visitaremos com antecedência as comunidades remanescentes de quilombo, no intuito de conhecê-las e agendar as entrevistas; iii) garantiremos aos entrevistados a confidencialidade de suas respostas e de suas identidades; e iv) organizaremos o roteiro de perguntas – o qual possui uma prévia anexada nos apêndices A e B.

#### Metodologia de Análise de Dados:

Todos os dados coletados serão organizados em planilhas do Microsoft Excel e interpretados a partir da abordagem qualitativa. Fontana (2018, p. 227) explica: com ela, far-se-á a descrição e à interpretação dos problemas atrelados hoje à efetivação de uma Educação Quilombola decolonial, considerando todos os componentes e suas interações. Articularemos essa abordagem aos princípios metodológicos propostos por Laurence Bardin, em sua obra *Análise de Conteúdo* (2002), cujo método é descrito como um “conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]” (BARDIN, 2002, p. 38).

O sistema comunicativo que a *Análise de Conteúdo* busca elucidar dar-se-á pela junção de quatro elementos: “[...] uma fonte ou emissão; um processo codificador que resulta em uma mensagem e se utiliza de um canal de transmissão; um receptor, e seu respectivo processo decodificador” (FRANCO, 2008, p. 24). Para o estudo dos sistemas comunicativos, Bardin propõe três procedimentos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, sua inferência e interpretação (BARDIN, 2002, p. 95). Em outras palavras, organização, codificação e categorização das respostas das entrevistas realizadas. Espera-se que os resultados do presente trabalho alcancem os objetivos propostos, subsidiando a elaboração do produto educacional.

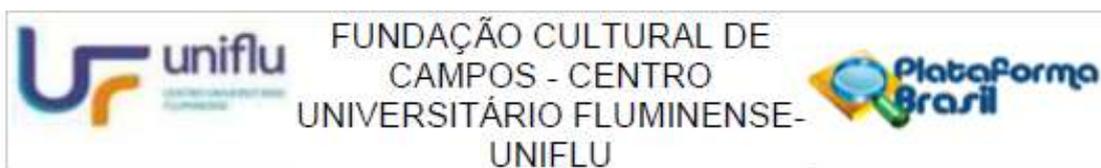
#### Objetivo da Pesquisa:

##### 3.1. Objetivo geral

Analisar os desafios e as possibilidades para a efetivação da Educação Quilombola nos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

##### 3.2. Objetivos específicos

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II	
Bairro: Parque Leopoldina	CEP: 28.053-000
UF: RJ	Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355	E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

Verificar a efetivação das leis federais n. 10.639/03 e n. 11.645/08 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), bem como a Resolução n. 8 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e demais legislações específicas no ambiente escolar. Compreender, simultaneamente, se as ações desenvolvidas pelo IFF campus Cabo Frio estão, de fato, contemplando os anseios das comunidades quilombolas, e se essas enxergam o Instituto como um espaço de pertencimento.

Desenvolver um produto educacional em formato de vídeo que possibilite a divulgação dos saberes e histórias das comunidades remanescentes de quilombo.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

A pesquisa em questão não oferece risco ou desconforto à sua integridade física. Os instrumentos utilizados no estudo não causam dor, não são invasivos e não provocam prejuízo material ou psicológico. NO ENTANTO, PODE OCORRER ALGUM INCÔMODO OU CANSAÇO PSICOLÓGICO AO RESPONDER O QUESTIONÁRIO E/OU ENTREVISTA. PARA QUE TAL FATO POSSA SER MITIGADO, FOI INCLUÍDA OPÇÃO DE SALVAMENTO AUTOMÁTICO DAS RESPOSTAS, PARA QUE O ENTREVISTADO POSSA INTERROMPER O PREENCHIMENTO, PODENDO RETORNAR A RESPONDER, NO MOMENTO EM QUE LHE FOR MAIS CONFORTÁVEL. NESTE SENTIDO, A PESQUISADORA TAMBÉM SE COLOCARÁ À DISPOSIÇÃO PARA RESPONDER QUAISQUER DÚVIDAS QUE POSSAM SURGIR, ATRAVÉS DE CONTATO PELO WHATSAPP.

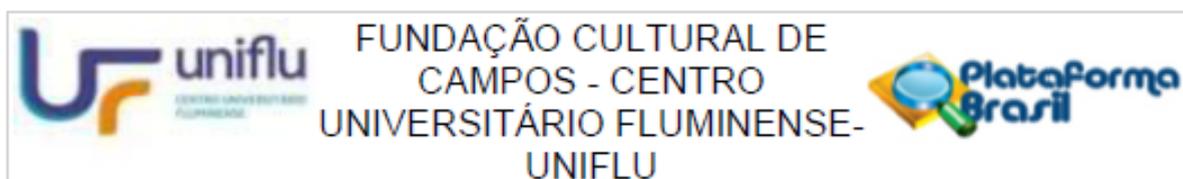
CABE RESSALTAR QUE A PESQUISA SERÁ REALIZADA COM PÚBLICO MAIOR DE IDADE.

**Benefícios:**

A pesquisa visa estabelecer vínculos com as comunidades quilombolas de seu entorno, bem como fomentar subsídios para que essas coletividades tenham seu lugar de fala garantido. Dessa forma, políticas públicas poderão ser desenvolvidas de forma adequada para as mesmas.

A pesquisadora responsável desenvolveu análise crítica dos riscos e benefícios indicando as medidas de proteção aos participantes da pesquisa.

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
 Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
 UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
 Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

Este colegiado avalia como favorável o binômio risco-benefício.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A proposta de pesquisa apresentada tem grande relevância acadêmica uma vez que pretende Analisar os desafios e as possibilidades para a efetivação da Educação Quilombola nos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia e Desenvolver um produto educacional em formato de vídeo que possibilite a divulgação dos saberes e histórias das comunidades remanescentes de quilombo.

Este colegiado entende que a proposta da pesquisa foi adequadamente apresentada pela pesquisadora.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Trata-se do cumprimento de pendências do parecer de avaliação Número 5.993.419 do dia dez de abril de dois mil e vinte e três, que gerou as pendências.

Pendência 1: TCLE: Não citar o CONEP e sim o CEP. Escrever os riscos. Escrever a forma da pesquisa (entrevista). Se houver menores de idade deverá ter o TALE e o TCLE para o responsável. Se forem maiores de idade o TCLE.

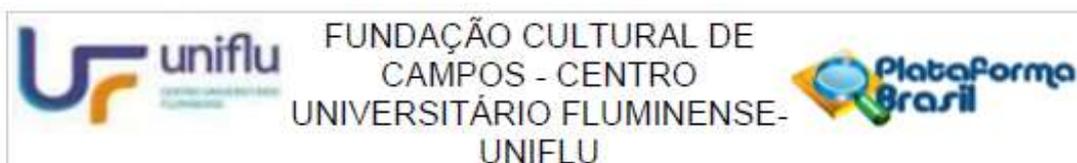
RESPOSTA DO PESQUISADOR: O Comitê de Ética da UNIFLU foi devidamente identificado no TCLE.

Ficando o seguinte texto:

Em caso de dúvidas, relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Fundação Cultural de Campos – Centro Universitário Fluminense - UNIFLU no endereço: Rua Visconde de Alvarenga, 143/169 – Campus II – Parque Leopoldina, Campos dos Goytacazes – CEP: 28053-000. Telefone: (22) 2101-3355 Email: cep@uniflu.edu.br

Quanto aos riscos, foi inserido no TCLE o texto a seguir: A pesquisa em questão não oferece risco ou desconforto à sua integridade física. Os instrumentos utilizados no estudo não causam dor, não são invasivos e não provocam prejuízo material ou psicológico. No entanto, pode ocorrer algum incômodo ou cansaço psicológico ao responder o questionário e/ou entrevista. Para que tal fato possa ser mitigado, foi incluída opção de salvamento automático das respostas, para que o entrevistado possa interromper o preenchimento, podendo retornar a responder, no momento em

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
 Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
 UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
 Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

que lhe for mais confortável. Neste sentido, a pesquisadora também se colocará à disposição para responder quaisquer dúvidas que possam surgir, através de contato pelo Whatsapp. Cabe ressaltar que a pesquisa será realizada com público maior de idade.

Em relação à forma de pesquisa, foi inserida no TCLE a seguinte informação: Para alcançar os objetivos da referida pesquisa, será realizada a aplicação de questionário pelo GoogleForms para os alunos que concluíram os cursos do Projeto de Extensão – Comunidades Remanescentes de Quilombo da Região dos Lagos: Terra, Renda, Educação e Trabalho, realizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – campus Cabo Frio, no ano de 2022. Também serão realizadas entrevistas com as lideranças dos comunidades quilombolas da Região dos Lagos, de forma presencial ou através do GoogleMeet.

Cabe ressaltar que foi incluído no Projeto atualizado o Questionário para os alunos dos cursos do Projeto de Extensão – Comunidades Remanescentes de Quilombo da Região dos Lagos: Terra, Renda, Educação e Trabalho, realizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – campus Cabo Frio, Apêndice B. Bem como já constava no referido projeto o Roteiro de entrevista para as lideranças quilombolas, Apêndice A.

SUBMISSÃO DOS ARQUIVOS: TCLEatualizado; PROJETO DETALHADO atualizado

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

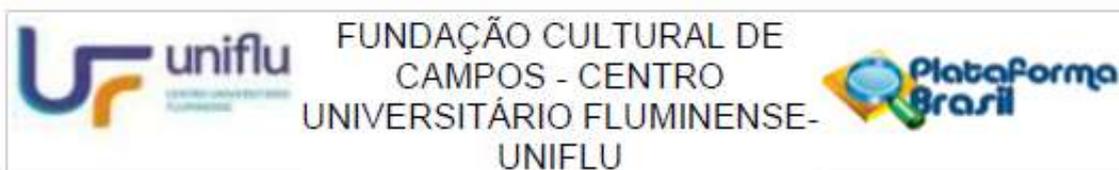
Pendência 2: Inserir documento específico para uso de imagem descrevendo a sua utilização (Youtube ou outras)

RESPOSTA DO PESQUISADOR: Foi inserido no Projeto o Termo de Autorização de Imagem, no Apêndice D do referido projeto, conforme abaixo:

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor \_\_\_\_\_ sob minha responsabilidade) em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho: Educação Quilombola: um olhar sobre os desafios e as possibilidades da sua efetivação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
 Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
 UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
 Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

e Tecnologia Fluminense - campus Cabo Frio.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada, da seguinte forma: Vídeo Educativo disponibilizado pelo YouTube.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

SUBMISSÃO DOS ARQUIVOS: TermoAutorizacaoUsoImagem;

PROJETODETALHADOatualizado

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Pendência 3: Adequar o cronograma

RESPOSTA DO PESQUISADOR: O cronograma de execução da pesquisa foi alterado, considerando a prorrogação em 6 (seis) meses do prazo de defesa da dissertação, autorizado pela coordenação do programa. Ressalta-se que a pesquisa documental, de campo e aplicação dos questionários serão iniciadas a partir da aprovação deste Comitê. A alteração foi realizada no Cronograma do Projeto Detalhado e na Plataforma Brasil.

SUBMISSÃO DO ARQUIVO: PROJETODETALHADOatualizado;

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Pendência 4: Escrever os critérios de inclusão e exclusão

RESPOSTA DO PESQUISADOR: Foi inserida no TCLE e na Plataforma Brasil a seguinte informação:

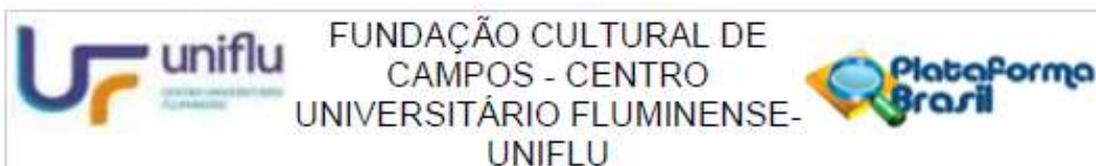
Para alcançar os objetivos da referida pesquisa, será realizada a aplicação de questionário pelo GoogleForms para os alunos que concluíram os cursos do Projeto de Extensão – Comunidades Remanescentes de Quilombo da Região dos Lagos: Terra,

Renda, Educação e Trabalho, realizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – campus Cabo Frio, no ano de 2022. Também serão realizadas entrevistas com as lideranças das comunidades quilombolas da Região dos Lagos, de forma presencial ou através do GoogleMeet.

SUBMISSÃO DOS ARQUIVOS: ; TCLEatualizado;

PROJETODETALHADOatualizado

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
 Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
 UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
 Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

**ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA**

Pendência 5: Escrever os riscos.

**RESPOSTA DO PESQUISADOR:** Foram incluídas no TCLE e na Plataforma Brasil as seguintes informações:

A pesquisa em questão não oferece risco ou desconforto à sua integridade física. Os instrumentos utilizados no estudo não causam dor, não são invasivos e não provocam prejuízo material ou psicológico. No entanto, pode ocorrer algum incômodo ou cansaço psicológico ao responder o questionário. Para que tal fato possa ser mitigado, foi incluída opção de salvamento automático das respostas, para que o entrevistado possa interromper o preenchimento, podendo retornar a responder, no momento em que lhe for mais confortável. Neste sentido, a pesquisadora também se colocará à disposição para responder quaisquer dúvidas que possam surgir, através de contato pelo Whatsapp.

**SUBMISSÃO DOS ARQUIVOS:** TCLEatualizado; PROJETO DETALHADOatualizado

**ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA**

Os critérios de inclusão e exclusão, bem como os riscos deverão ser acrescentados no projeto detalhado da mesma forma que já estão no TCLE e nas informações básicas do projeto.

**Recomendações:**

Os critérios de inclusão e exclusão, bem como os riscos deverão ser acrescentados no projeto detalhado da mesma forma que já estão no TCLE e nas informações básicas do projeto.

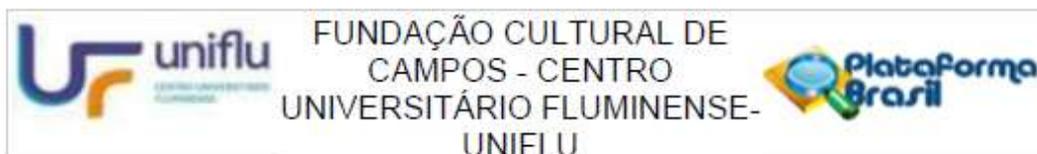
**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O pesquisador cumpriu todas as pendências apontadas no parecer Número 5.993.419 do dia dez de abril de dois mil e vinte e três, o projeto foi considerado aprovado por este Colegiado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Parecer sem óbices éticos. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
 Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
 UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
 Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 6.118.482

relatórios parcial e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/2012, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/2016, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2084494.pdf	09/05/2023 17:31:19		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	CARTARESPosta_PlataformaBrasil_MairaFreitasCardoso_maior2023.pdf	09/05/2023 17:30:37	MAIRA FREITAS CARDOSO	Aceito
Outros	TermoAutorizacaoUsolmagem.pdf	09/05/2023 17:28:59	MAIRA FREITAS CARDOSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatualizado.pdf	09/05/2023 17:28:24	MAIRA FREITAS CARDOSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoatualizado.pdf	09/05/2023 17:28:12	MAIRA FREITAS CARDOSO	Aceito
Declaração de concordância	Termo_de_anuencia_MairaFreitasCardoso.pdf	09/02/2023 20:54:14	MAIRA FREITAS CARDOSO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_PlataformaBrasil_MairaFreitasCardoso.pdf	09/02/2023 20:52:54	MAIRA FREITAS CARDOSO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 14 de Junho de 2023

Assinado por:  
Leila Corrêa Barreto Siqueira  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
Bairro: Parque Leopoldina CEP: 28.053-000  
UF: RJ Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Telefone: (22)2101-3355 E-mail: cep@uniflu.edu.br

## ANEXO B — CARTA DAS MENINAS QUILOMBOLAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

### CARTA DAS MENINAS QUILOMBOLAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Nós **somos meninas quilombolas** e hoje viemos denunciar e cobrar e queremos ser escutadas! Com a força das nossas ancestrais e a bênção das nossas mais velhas e mais velhos, hoje, **viemos tomar a palavra**. Queremos políticas para proteger o nosso povo, nossos saberes, nossos rios e florestas! **Porque o Estado não termina a titulação dos nossos territórios** e nos garante o que é nosso por direito? Sem titulação, ficamos na mão de conflitos que tiram a vida do nosso povo e do nosso território.

**Além de tudo isso, lutamos por uma educação pública e de qualidade**. Pois, muitas de nós têm os estudos interrompidos. São poucas as jovens quilombolas que conseguem chegar ao Ensino Médio. Se quisermos estudar mais, somos forçadas a deixar nossas comunidades. Todas nós sabemos que **a educação é uma política que pode mudar as nossas vidas**. Não lutamos por qualquer educação. Nossa educação tem nome: **É Quilombola!** E valoriza nossos saberes, nossas práticas e a nossa luta. É isso o que o Ministério da Educação diz, **mas a educação quilombola é desprezada**.

Nas escolas que querem nos ensinar a crescer, mas não ligam para quem nós somos. **Queremos ensinar e aprender com os saberes e os valores dos quilombos, com as nossas comunidades juntas de nós!**

Sabemos que só uma educação quilombola de qualidade pode nos dar o que precisamos para enfrentar o racismo e fazer com **que nossos direitos sejam respeitados**. E também temos o direito de sonhar. Nossos sonhos vêm da cabeça de quem luta.

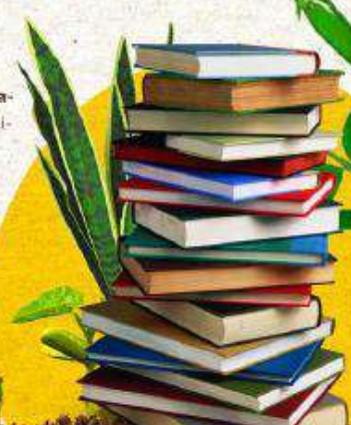
**Queremos um compromisso do Estado brasileiro com o nosso direito à educação**.

**Nós, meninas quilombolas queremos:**

1. Educação escolar baseada nas Diretrizes Nacionais da Educação Quilombola;
2. Regularização dos nossos territórios e valorização do que nossas famílias produzem;
3. Transporte escolar para chegarmos à escola com dignidade e segurança;
4. Manutenção frequente nas estradas que utilizamos para chegar às escolas;
5. Merenda escolar garantida e com qualidade;
6. Formação de nossas professoras e professores sobre a nossa realidade e os nossos saberes;
7. Fim da precariedade das nossas escolas; condições para estudarmos com dignidade.

Esta Carta foi escrita por **39 meninas e 11 meninos selecionados para a Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas**. A Escola é uma iniciativa do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Quilombos, a CONAQ.

A Escola tem o apoio do Fundo Malala.



## LETTER FROM THE QUILOMBOLA GIRLS FOR THE RIGHT TO EDUCATION

We are **quilombola girls** and today we came here to denounce and demand and we want to be heard! With the strength of our ancestors and the blessing of our elders. **Today, we came to speak.** Girls, quilombolas, we want policies to protect our people, our knowledge, our rivers and forests. **Why hasn't the State finished the titling of our territories and guarantees what is rightfully ours?** Without titling we are at the mercy of conflicts that take the lives of our people and our territory

And beyond all of this. We, quilombola girls, **are struggling for quality public education**, since many of us have had their studies interrupted. Very few young quilombolas are able to make it to high school. If we want to continue our studies, we are forced to leave our communities. **All of us know that education is a policy that can change our lives.** We, are not struggling for any kind of education. **Our education has a name. It's quilombola education!** And it values our knowledge, our practices and our struggle. That is what the Ministry of Education says.

**But quilombola education is neglected in the schools** that want to teach us to grow, but they don't care about who we are. We want to teach and learn with the knowledge and values of the quilombos, with our communities. Near us.

We know that a quality quilombola education can provide us with what we need to combat racism **and make sure our rights are respected. We want a commitment from the Brazilian State with our right to education.**

**We, quilombola girls. We want:**

1. School education based on national guidelines for quilombola education.
2. Regularization of our territories and appreciation for the food produced by our families.
3. School transportation to go to school with dignity and safety.
4. Frequent maintenance of the roads we use to get to our schools.
5. School meals guaranteed and with quality.
6. The training of our teachers about our reality and our knowledge.
7. An end to the precariousness of our schools. Conditions to study with dignity.

- This letter was **written by 39 girls and 11 boys selected for the National School for Quilombola Girls.** The School is an initiative of the National Education Working Group from the National Coordination of Quilombos, CONAQ. The School is supported by the Malala Fund.

